

**SIDICLEI ROQUE DEPARIS**

**UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS (UNI): CONTRIBUIÇÃO AO  
MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL (1980-1988).**

**DOURADOS  
OUTUBRO 2007**

SIDICLEI ROQUE DEPARIS

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS (UNI): CONTRIBUIÇÃO AO  
MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL (1980-1988).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD),  
para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Zorzato

DOURADOS  
OUTUBRO 2007

SIDICLEI ROQUE DEPARIS

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS (UNI): CONTRIBUIÇÃO AO MOVIMENTO  
INDÍGENA NO BRASIL 1980-1988

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador	Prof. Dr. Osvaldo Zorzato (UFGD)
2º Examinador (a)	Profª. Drª. Renata Lourenço Giroto (UEMS)
3º Examinador	Prof. Dr. Antônio Jacó Brand (UCDB)

Dourados, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**DADOS CURRICULARES  
SIDICLEI ROQUE DEPARIS**

NASCIMENTO 16/08/1974 – Severiano de Almeida/RS

FILIAÇÃO Juvelino Luiz Deparis  
Rita Deparis

2001-2007 Professor da Rede Estadual de Ensino – MS.

2001/2003 - Curso de Pós-Graduação em História (Especialização)  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de  
Dourados - Dourados MS.

1998/2000 - Curso de Graduação em Filosofia - Universidade Católica  
Dom Bosco (UCDB).

*Ao Professor ...*

*Pelo incentivo, pela dedicação e pelos caminhos apontados. Minha gratidão pela motivação, pela persistência e pela valorização de cada passo dado nestes anos que caminhamos juntos.*

***"De todos os caminhos da vida há um que importa mais: é o caminho que nos leva ao verdadeiro ser humano"*** (Indígenas Moicanos).

Muito obrigado...

Aos professores, pelo incentivo, dedicação e motivação.

A minha família, pelo apoio e pela compreensão na divisão do tempo.  
Samuel, Isabella e Ivonete... obrigado.

Aos colegas de turma pela experiência do convívio; aos apoiadores que conheci buscando material; suas colaborações foram fundamentais.

Aos povos indígenas, pelos ensinamentos fundamentados na persistência, na luta e no desafio.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o resultado deste trabalho.  
Aqui está um pedaço da contribuição de cada um de vocês.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
<b>CAPÍTULO I – MOVIMENTOS POPULARES: ORGANIZAÇÃO E RESISTENCIA NA DEFESA DOS DIREITOS .....</b>	<b>17</b>
1.1 .A organização popular.....	21
1.2 .O novo sindicalismo.....	24
1.3 .Os movimentos políticos de esquerda.....	28
1.4 .A Igreja Católica.....	32
1.5 .O novo indigenismo missionário proposto pelo CIMI.....	36
1.6 . Como os militares concebiam os indígenas .....	40
<b>CAPÍTULO II – MOVIMENTO INDÍGENA: UM CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DE POSSIBILIDADES.....</b>	<b>49</b>
2.1. Repensando atitudes.....	50
2.2. Estatuto do Índio: possibilidades e esperanças.....	54
2.3. Y Juca Pirama: a afirmação de um novo modelo missionário.....	57
2.4. As assembleias regionais do CIMI.....	62
2.5. O indígena e a cidadania.....	66
2.6. Outras entidades indígenas.....	70
2.7. As lideranças indígenas.....	75
<b>CAPÍTULO III – UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS (UNI) – A PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DAS LUTAS.....</b>	<b>81</b>
3.1. O Seminário de estudos indigenistas de Mato Grosso do Sul.....	82

3.2. A estruturação da UNI e ocupação de espaços internos pelas lideranças.....	90
3.3. A UNI e o movimento indígena.....	102
3.4. O movimento indígena e as conquistas político-sociais.....	105
3.5. Conquistas Constitucionais: vitória da ação conjunta.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
BIBLIOGRAFIA.....	120
FONTES DOCUMENTAIS.....	123

## RESUMO

O presente trabalho é o resultado de pesquisa bibliográfica e documental sobre o movimento indígena brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. De modo particular a iniciativa de organização conjunta de diversas etnias indígenas, culminada com a criação da União das Nações Indígenas (UNI) em 1980.

Entendido como fruto das mobilizações sociais que ganharam as ruas do país durante o regime militar, a organização indígena foi abordada também como resultado de outras lutas vivenciadas no período. Para tanto, o primeiro capítulo trata da organização popular voltada para a defesa dos direitos e das ações de contestação ao regime militar. No capítulo seguinte a ênfase foi dada às condições gerais que propiciaram a organização dos povos indígenas e a ampliação dos debates envolvendo estes.

Finalmente, o terceiro capítulo teve como objeto analisar o processo de criação da União das Nações Indígenas e sua contribuição ao movimento indígena do período. Discutiu-se os desdobramentos que levaram os indígenas a liderarem o movimento de auto-representação frente as autoridades constituídas e a organizarem uma proposta com pauta mínima de reivindicações dos direitos a serem defendidos nas discussões constitucionais do período.

## **ASBTRACT**

The related work is the documentary result of bibliographical research and on the Brazilian aboriginal movement in the decades of 1970 and 1980. Of particular way the approach of the research if came back toward the initiative of joint organization of diverse aboriginal etnias, initiative this that culminated with the creation of the Union of the Aboriginal nations (I JOINED) in 1980. Understood as fruit of the social mobilizations that had gained the streets of the country during the military regimen, the aboriginal organization was boarded also as resulted of other fights lived deeply in the period. For in such a way, the first chapter deals with the popular organization directed toward the defense of the rights and plea to the military regimen. In the following chapter the emphasis was given to the general conditions that had propitiated the organization of the aboriginal peoples. Finally, the third chapter had as object to analyze the process of creation of the Union of the Aboriginal Nations and its contribution to the aboriginal movement of the period. The unfoldings that had taken the aboriginals to lead the movement of auto representation front the consisting authorities and to organize a proposal with minimum guideline of rights to be defended in the quarrels constitutional of the period.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AIs = Atos Institucionais  
CEBs = Comunidades Eclesiais de Base  
CCPY = Comissão pela Criação do Parque Yanomami  
CDA = Comitê de Defesa da Amazônia  
CEDI = Centro de Documentação e Informação  
CIMI = Conselho Indigenista Missionário  
CNBB = Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil  
CPI = Comissão Pró Índio  
FUNAI = Fundação Nacional do Índio  
GRIN = Guarda Rural Indígena  
ISA = Instituto Sócio Ambiental  
OAB = Ordem dos Advogados do Brasil  
ONG = Organização Não Governamental  
OPAN = Operação Anchieta  
SBI = Sociedade Brasileira de Indigenistas  
SPI = Serviço de Proteção ao Índio  
UNE = União Nacional dos Estudantes  
UNI = União das Nações Indígenas

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho resultou como desdobramento de trabalhos anteriores relacionados ao surgimento da União das Nações Indígenas (UNI) no contexto dos movimentos sociais surgidos no Brasil nas décadas de 1970 e 1980.

Num período extremamente conturbado da história nacional, em meio a intensas dificuldades para iniciativas de organização, a mobilização popular enfrentou desafios grandiosos a fim de garantir possibilidades de sobrevivência mais digna a milhares de pessoas que eram cerceadas em seus direitos fundamentais. Foi através da ousadia destes, que importantes avanços puderam ser viabilizados trazendo garantias fundamentais aos segmentos sociais menos favorecidas em diversos países.

No Brasil, a segunda metade do século XX foi marcada significativamente pelo processo de migração da população rural rumo às cidades. A falta de estruturas adequadas que estas apresentavam para absorver este fluxo migratório expôs as mesmas a uma série de dificuldades para oferecer-lhes condições de sobrevivência.

Neste contexto, tornou-se imprescindível a organização dos grupos sociais menos privilegiados. Diversos segmentos de trabalhadores começaram a discutir e reivindicar os direitos que lhes eram negados. Em contraposição, a repressão imposta pelo regime militar, a partir de meados de 1960, representou uma ruptura no Estado democrático e nas lutas populares que buscavam via sindicatos, associações e outras entidades garantir os avanços sociais. No entanto, estas mesmas práticas repressivas, motivaram muitas a lutar até as últimas conseqüências para que os direitos da população fossem respeitados.

Em relação às populações indígenas, o quadro se mostrava ainda mais desolador. Historicamente expostos à ação agressiva da *sociedade civilizada*, os povos indígenas em muitas situações não viam horizontes que pudessem garantir-lhes a sobrevivência com o mínimo de respeito as suas singularidades. O processo de extermínio se mostrava, em alguns casos, praticamente inevitável.

Impulsionados pelas experiências produzidas pelas camadas sociais não-índias, ainda que em situações extremamente adversas, foi que os povos indígenas engajaram-se na luta para “*resgatar*” seus valores, tradições, enfim sua história. Este novo momento levou o indígena a reivindicar frente à sociedade seus direitos fundamentais, mostrando – se como povos imbuídos de sonhos e anseios, capazes de lutar como tantos outros.

A participação da sociedade nacional foi fundamental nesta retomada do direcionamento da organização destes povos. Os setores da sociedade que passaram a acreditar num país menos desigual, também sentiam que isto não seria possível se os direitos indígenas fossem negados mais uma vez.

A nova ação da Igreja Católica, representada entre os indígenas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), fundamentalmente abriu caminhos para a escrita de uma nova página na história de resistência destes povos. De usurpadora a aliada, a Igreja passou a rever sua prática missionária desenvolvida junto a estes, conscientizando-se de que também precisavam ser ouvidos em relação aquilo que esperavam para eles mesmos.

Este novo contexto resultaria posteriormente, na década de 1980, num momento particularmente significativo da história indígena. Amadurecidos, em que pese os graves problemas que enfrentavam as comunidades, estes passaram a organizar suas próprias lutas, buscando juntamente com outros setores da sociedade assegurar os direitos necessários à vida e a sobrevivência enquanto povos diferenciados.

Dividimos o presente trabalho em três momentos: primeiro, os movimentos sociais, particularmente da década de 1970, e sua organização das lutas contra a opressão imposta pelo regime militar. Segundo, as políticas indigenistas adotadas pelos governos militares e o nascimento de uma nova mentalidade social em relação às lutas indígenas; terceiro a criação da União das Nações Indígenas - UNI – e os desdobramentos desta nova fase do movimento indígena brasileiro.

No primeiro capítulo apresentamos os principais movimentos sociais e suas articulações para manter viva a luta, dentro de um contexto de extrema repressão imposta pelos governos militares. Destacamos a organização de alguns setores sociais, como os metalúrgicos, a nova mentalidade sindical, a mudança de postura da Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros. Amplamente conhecidas, estas entidades e movimentos sociais serviram de inspiração para muitos outros. Em relação aos povos indígenas, tivemos neste período, em

1972, a criação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, importante aliado nas lutas de autodeterminação desenvolvidas no período e nas décadas posteriores.

No segundo capítulo, abordamos as políticas dos governos militares em relação aos povos indígenas. Destacaremos um conjunto de ações voltadas aos povos indígenas, mostrando que os mesmos não foram esquecidos; ao contrário, receberam atenções especiais, uma vez que os militares tinham projetos específicos para estes, apesar de distantes das expectativas e das suas pretensões. É dentro deste contexto que parte da sociedade nacional e os próprios indígenas, buscaram construir alternativas que levasse em conta suas reais necessidades. Nascia assim o germe do novo modelo de ação indigenista.

O terceiro capítulo, parte central desta pesquisa, levanta a ação e os frutos deste novo momento, as articulações em torno da organização conjunta dos povos indígenas representados neste período pela União das Nações Indígenas – UNI. Apontamos algumas lutas desenvolvidas pela entidade e as conquistas produzidas pelo movimento indígena. Destacamos a luta conjunta com outras entidades sociais que resultaram na consolidação dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988.

Este debate soma-se a outro texto de monografia já elaborado sobre o tema (DEPARIS, 2003) e algumas idéias apontadas por outros autores considerados importantes para a elaboração deste trabalho. À dissertação de mestrado de EVANGELISTA (2004), discutindo o movimento indígena no Brasil que, ao fazer uma breve menção a UNI, contribuiu para o estabelecimento de um diálogo sobre o tema.

Outra importante contribuição está em MATOS (1997), cuja obra densa com acentuada ênfase antropológica ajuda a especificar relevantes aspectos do movimento pan-indígena brasileiro. Este trabalho serviu para situar-nos mais claramente, quanto a extensão do movimento indígena no qual as particularidades grupais como a diferenciação dos povos, o isolamento de outros, somadas a questões específicas, pôs e propôs caminhos neste processo de luta que foram se desdobrando segundo as condições de atuação e articulação dos povos e de suas lideranças. Dentre a bibliografia consultada, o trabalho de MATOS, abordou com maior ênfase a UNI, dando atenção especial para o processo de disputa vivenciado internamente e a reivindicação dos espaços de representação exercidos pelas diversas lideranças.

Outra bibliografia significativa para a discussão em torno do tema foi o texto de NEVES (2001) primeiro pelo destaque aos movimentos sociais no Brasil e, segundo, por

apontar o movimento indígena num contexto de luta contra hegemônica, processo que exigiu toda uma articulação própria em torno da questão.

Ainda que o tema não seja inédito, também este não foi abordado de forma específica por nenhum dos autores mencionados, assim, consideramos que este trabalho pode contribuir com outras pesquisas futuras. Destacamos, nesse sentido, o levantamento de fontes documentais, principalmente nos arquivos do Instituto Socioambiental (ISA). São fontes consideráveis, as quais não aparecem na citação de outros trabalhos. Da mesma forma, acrescenta-se uma quantidade razoável de documentos disponíveis no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Por fim, outros documentos levantados junto à Secretaria Nacional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), registrando a atuação deste órgão junto aos povos indígenas.

A análise dos documentos e dos acontecimentos que deram configuração a este movimento foi buscada dentro de uma perspectiva de abordagem voltada para a produção histórica vinda do interior das comunidades que emergiram no processo de resistência. Não uma construção histórica linear, cumulativa, mas a história como resultado de um conjunto de acontecimentos que se sucederam de maneira lenta e gradual, mas elaborada a partir das forças até então, concebidas como inertes pela historiografia tradicional.

Dentro da proposta de pesquisa adotada e dos encaminhamentos que se desencadearam durante o período de maior expressão do movimento indígena, buscamos abordar o tema numa perspectiva historiográfica que pudesse melhor expressar o contexto vivenciado. Para tanto, a abordagem buscou destacar a ação histórica de vários segmentos sociais e, sobretudo, o papel de atores históricos dos povos indígenas. Nesse sentido, nossa perspectiva segue sugestões indicadas por autores contemporâneos agrupados na chamada Nova História Indígena.

A existência da UNI não se materializou enquanto entidade concreta, mas desenvolveu um ideal de luta entre as lideranças indígenas, testemunha deste processo foi a tentativa destas de apropriar-se dos espaços da entidade, mesmo sem a mesma possuir uma organização sólida e institucionalizada. Consideramos este fato importante, pois a própria disputa interna estimulou a busca de parcerias que reforçaram as iniciativas de luta empreendidas no período.

Por ser um trabalho que buscou levantar as contribuições para a luta de uma minoria social historicamente espoliada pela ação do poder dominante, este não poderia ser

desenvolvido fora de um enfoque de valorização da luta nascida no interior destas comunidades. Para tanto, a compreensão de todo o emaranhado de acontecimentos que envolveram os setores que se organizavam para impor resistência à política centralizadora dos governos militares foi imprescindível.

## CAPITULO I

### MOVIMENTOS POPULARES: A ORGANIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA NA DEFESA DOS DIREITOS.

A discussão proposta neste capítulo visa compreender a organização social construída pelos movimentos populares e entidades sociais durante os anos de *linha dura* do regime militar. As circunstâncias que motivaram a união de diversos segmentos durante as décadas de 1960 e 1970 em torno da defesa dos direitos sociais, pautaram as discussões relacionadas à vida política, econômica e social do país, naquele momento.

O objetivo deste capítulo é contextualizar o movimento de oposição aos governos militares, conhecer suas principais articulações, seus atores, os avanços assegurados e situar o movimento indígena como parte inserida neste processo. Compreender de que maneira o modelo de organização social implantado pelo regime militar infligiu a articulação de uma série de segmentos sociais que vinham ao longo de algumas décadas aprimorando os debates sobre os direitos dos trabalhadores brasileiros.

A interrupção deste ciclo gerou na classe trabalhadora profunda insatisfação pela forma que passou a ser conduzida as políticas voltadas para o aprimoramento dos direitos sociais destes segmentos. Estas insatisfações passaram pautar os debates das organizações de trabalhadores que viam nesta forma de condução das políticas trabalhistas um retrocesso nos avanços acumulados até então. Neste sentido, o enfrentamento ideológico passou a ser utilizado como instrumento de posicionamento pela sociedade organizada a fim de demonstrar a força da reação e o descontentamento com adoção de uma política de fechamento das discussões relativas aos interesses dos trabalhadores.

A prática autoritária adotada pelo Estado, passou a imprimir uma visão unilateral de relações com a utilização de mecanismos de força. Esta postura centralizadora visava à imposição de seus interesses fundamentados em medidas rígidas e centralizadoras sobre os quais estavam assentados os valores compreendidos como imprescindíveis pela lógica militar.

No entanto, os diversos segmentos sociais que possuíam uma experiência de luta e de enfrentamento às políticas do Estado ampliaram no interior da sociedade os debates direcionados as condições vivenciadas pelos trabalhadores. As discussões foram intensificadas no sentido de desenvolver a conscientização sobre a importância da organização e da implementação de medidas que pudesse resguardar os direitos adquiridos.

Todo este processo foi marcado por experiências variadas, desde importantes vitórias, até a perda da própria vida de muitos militantes, dentro de um conjunto de lutas repelidas com atos de violência e crueldade. O grande mérito das organizações articuladas pela sociedade civil foi o de ter escrito uma das páginas mais importantes da história do país em se tratando de um modelo de organização emergido do interior desta sociedade.

É importante destacar que o mérito deste processo deve-se a um conjunto de fatores que somados deram contornos as lutas sociais. Atuando cada qual em seu espaço de influência, os movimentos sociais construíram uma teia de organização em que o sentimento de enfrentamento ao processo autoritário contagiou pessoas em diversos setores. Estes não mediram conseqüências, atuando de forma decidida e corajosa com o intuito de defender os direitos da classe trabalhadora e daqueles onde estes não chegavam.

Entender este contexto é fundamental para compreender o desenrolar de um movimento, que de forma singular, propiciou a articulação dos grupos indígenas, e os levaram à construção de um processo de auto organização, capaz de elaborar uma pauta de reivindicações, na qual expressaram a real situação que enfrentavam.

A mobilização popular, em relação à forma que os governos militares tratavam às lideranças das organizações que manifestavam descontentamento com o norte das políticas governamentais, constitui-se no mote principal de mobilização dos diversos segmentos que promoveram o enfrentando as duras práticas militares. Esta reação motivou a luta possibilitando a renovação das esperanças de parte da sociedade que não mediu esforços para promover a reabertura democrática consolidando o direito à liberdade e o acesso as garantias fundamentais para aos setores populares.

Este espírito aproximou diversos agrupamentos sociais que se empenharam no rompimento das estruturas vigentes e no desejo de conquistar melhores condições de vida. Para tanto, promoveram importantes transformações sociais através das mudanças que lentamente foram acontecendo, ainda que estas só alterassem pequenas estruturas sobre as quais se assentou o projeto político militar.

A chegada dos militares ao poder alterou significativamente o curso de abertura sinalizada aos movimentos sociais organizados durante a década de 1960. No início desta década foi possível sonhar com melhorias sociais mais amplas. Um clima de otimismo espalhava-se em diversos setores, motivados por uma série de medidas governamentais que vinham sendo adotadas. Mesmo sendo paliativas, visando atacar os pontos mais frágeis das crises sociais, as medidas governamentais, apontavam uma série de avanços com a chamada reforma de base. O pacote de reformas que incluía a nacionalização das refinarias de petróleo e a desapropriação de terras para reforma agrária entre outras medidas, era tido como ameaçador a ordem nacional pelos setores mais conservadores da sociedade. Apesar de as mudanças não serem provenientes de um governo alinhado com os movimentos sociais, assustavam as elites, pois mexiam nas estruturas sobre as quais se assentavam os setores mais resistentes às mudanças sociais.

O ano de 1964 representou um divisor de águas na história do Brasil. O golpe militar de 31 de março marcou o rompimento de um ciclo de lutas construídas no país. A adoção de medidas violentas, acompanhadas de práticas repressivas desencadeadas contra as manifestações de oposição ao regime, entrariam para a história como um dos capítulos mais violentos do período republicano brasileiro.

O rompimento deste ciclo pretendia frear um período marcado por governantes de cunho populista e o avanço de movimentos populares de cunho reivindicatório. A este respeito assim se posicionou FIGUEIREDO (1980):

Esta quebra, em termos políticos, expressou-se pela posse, no país, do primeiro governo militar neste século. A militarização ideológica do sistema, entretanto, não percorreu um trajeto linear, pautado por um projeto já pronto e acabado, pré-estabelecido. Ao contrário, expressou-se através de um processo naturalmente carregado de ambigüidade, típico da ação política. Isto, contudo, não significou, obviamente, que fosse destituído de sentido, porque neste, na verdade, se caracterizou pelo gradual, mas persistente, fechamento do sistema político (FIGUEIREDO: 1980:128-129).

O cerceamento imposto pelo Estado restringiu o poder de organização em torno de um projeto capaz de promover avanços aos trabalhadores. As medidas autoritárias adotadas visavam reprimir a oposição restringindo ao máximo a participação popular na vida política do país. As estratégias governamentais se concentraram em promover investimentos de grande porte buscando impressionar e ganhar o apoio da opinião pública.

Passado o período eufórico e ufanista, que prometia avanços extraordinários, o chamado *milagre econômico*, bandeira de frente do projeto militar, mostrou-se incapaz de proporcionar um desenvolvimento sustentável e duradouro que pudesse gerar melhorias mais abrangentes para a população.

Concomitantemente as medidas para recuperar a credibilidade do país no exterior atingiram diretamente a classe trabalhadora. A contenção de salários, aumento de impostos, restrição de crédito, diminuição dos direitos trabalhistas, entre outros, passaram a gerar insatisfação e reação popular, o que colocou gradativamente em choque o desenvolvimento econômico propagado pelo governo. Conforme afirmou VIEIRA (1985):

A sociedade brasileira, principalmente os setores populares, carregava o peso do arrocho salarial e da falta de liberdades, garantidos por legislação ilegítima e pela repressão policial. Os grupos de oposição foram se unindo precariamente, atuando em grandes manifestações e passeatas de protesto nos anos de 1967 e 1968. O movimento estudantil, a ação dos trabalhadores e a Frente Ampla irromperam em diversos lugares do País. Opunha-se ao governo, tanto nas ruas, nos comícios, nas passeatas, quanto no Congresso Nacional, por meio de parlamentares, em especial do MDB, eleitos em 1966 (VIEIRA:1985:25).

As manifestações contrárias ao regime foram se avolumando na proporção em que o fechamento social foi sendo ampliado com repressões cada vez mais duras. A adoção dos Atos Institucionais (AIs), utilizados entre os anos de 1964 e 1969, atingiam diretamente os direitos constitucionais, revogando decretos, cassando direitos sociais, mandatos políticos, fechando o congresso, demitindo e perseguindo funcionários públicos.

Estas medidas motivaram o surgimento de diferentes frentes de protesto ao regime militar, aproximando estudantes, religiosos, líderes políticos, advogados, donas de casa, lideranças comunitárias, entre outros, fortalecendo as organizações civis que passaram a atuar conjuntamente. Quanto mais se intensificava a repressão, mais pessoas aderiam a luta; ganhava força o movimento que absorvia as camadas populares insatisfeitas com a forma como se procedia o processo que dizia ter a finalidade de transformar o Brasil numa nação economicamente desenvolvida.

O ingresso nestes movimentos reivindicatórios e de protesto aproximou pessoas e organizações, gerando um sentimento mútuo de pertencimento a luta, sentimento que fortaleceu a ação engajada, estimulando a participação popular na conquista dos direitos almejados. Segundo BONIM (1997),

A participação no movimento gera uma socialização, um sentimento de coletividade negado pelo modo de produção capitalista. Os movimentos nascem da luta por algo concreto ou contra algo, são produtos da luta por um direito (por terra, educação, saneamento, condições de trabalho, salário...). No entanto, o próprio processo de luta tece os fios que dão sentido a outras lutas, há um aprendizado político e social, gesta-se sentimento de indignação que impele a ação coletiva (BONIM:1997:05).

A possibilidade de reconstruir a socialização e ampliar a oportunidade de participação nos acontecimentos cotidianos do país motivou o ingresso de pessoas que se empenharam para reconquistar os espaços públicos perdidos e ainda ampliou o sentimento de pertencimento motivando a luta concreta de setores da sociedade que atuando de forma isolada, poucos avanços podiam assegurar.

Em muitos momentos as conquistas não puderam ser sentidas, mas em contrapartida foi a vitória das construções conjuntas, da sociabilidade sobre a individualidade que estimulou aqueles que se dispuseram a lutar. O sonho de construir um país onde a livre expressão pudesse ser um direito garantido em lei e vivenciado na prática constituiu a motivação principal de toda a organização.

### **1.1. A Organização Popular**

As mobilizações do início da década de 1960, que visavam mudanças sociais como: a reforma agrária, ampliação da oferta de empregos, melhorias na educação, valorização das riquezas nacionais e ampliação dos direitos dos trabalhadores, perderam força em função de um modelo governamental centralizador, elaborado sob a ótica de projetos faraônicos, implantados distante da realidade da maioria da população brasileira.

A perspectiva dos governos militares fundamentava-se em instrumentos que viam à ação do Estado centralizador como agente responsável pelo desenvolvimento político, econômico e social. No entanto, as bases econômicas sobre as quais estavam assentadas as propostas de desenvolvimentos demonstraram suas fragilidades em vários aspectos,

principalmente pela combinação de fatores internacionais que sinalizavam o esgotamento do modelo proposto para a economia brasileira. HABERT (1992) destaca esta condição:

A economia se apoiava na expansão das exportações de bens manufaturados baratos e dependia da importação de equipamentos e tecnologia avançados e caros. Até então as exportações haviam sido favorecidas pelas condições excepcionais do mercado internacional, mas com a crise e a desvalorização do dólar, caíram os valores das exportações, ao mesmo tempo em que continuavam aumentando o volume e os valores das importações, significando déficit na balança comercial e o recurso de novos empréstimos (HABERT:1992:41).

A posição de exportador de matérias primas apontava para a fragilização da economia nacional em função da crise financeira vivenciada pela economia internacional. Outro agravante econômico foi a crise internacional do petróleo, uma vez que para país este representava majoritariamente o principal combustível utilizado no transporte de bens e serviços.

Gradativamente as manifestações contrárias ao regime foram ganhando força, na medida em que o projeto de desenvolvimento trazia poucos resultados objetivos para a população. O propagado modelo de desenvolvimento não apresentava avanços significativos que pudessem promover melhorias nas condições sociais das classes mais pobres do país. Em reação as manifestações de contestação, os governos utilizaram os mais diversos instrumentos de coerção disponíveis ao Estado, além de adotar medidas radicais que extrapolaram principalmente os limites legais que amparavam a população.

A adoção de uma série de Atos Institucionais (AIs), culminados com o AI-5 em 1969, o mais rigoroso ato contra as liberdades civis, demonstrou a face autoritária e impositiva do governo em relação a sociedade. Entre os anos de 1969 a 1974 a “*linha dura*” do regime instrumentalizada pelas medidas repressivas impôs sua força agindo de maneira rigorosa. Utilizando práticas violentas, como prisões, tortura e perseguições, esta fase expôs a face brutal de um modelo governamental incapaz de dialogar e de aceitar críticas. O autoritarismo despertou em vários segmentos sociais um sentimento de indignação, de descontentamento entre diversos segmentos sociais que passaram a fazer o enfrentamento ao regime, não permitindo a anulação da vontade popular em detrimento do interesse dominante exercido pelo Estado.

A partir do final da década de 1960, no ABC paulista, ganhou força, frentes de organização popular contrárias ao regime militar, constituindo-se ao mesmo tempo movimentos de contestação e reivindicatórios. Estes conquistavam a simpatia popular principalmente nas regiões onde se concentravam os maiores problemas sociais. Suas propostas atraíam e incorporavam pessoas que se engajavam ao movimento, dispostas a lutar, particularmente contra a situação de pobreza em que se encontravam. Com maior ênfase na grande São Paulo, a atuação destes movimentos foi fundamental, para os avanços conquistados. O engajamento do movimento operário, de setores sindicais, da Igreja Católica além das organizações de jovens, grupo de mulheres, associações comunitárias, grupos de posição política de esquerda, movimento pela saúde, Movimento do Custo de Vida (MCV), entre outros, possibilitou uma conjuntura favorável, em condições de contrapor no cotidiano a postura radical adotada pelo governo.

Segundo HABERT (1992), a metodologia de atuação desenvolvia-se na perspectiva de paulatinamente transformar o caráter imediatista e massivo de um benefício para um estágio de politização do processo de enfrentamento do Estado. A conquista imediata configurava-se como elemento importante, no entanto, não deveria ser o fim em si, mas instrumento de engajamento efetivo para uma ação política mais ampla.

Fundamentalmente a proposta de contraposição se constituiu ancorada nas novas leituras da realidade, elaboradas a partir de três matrizes discursivas capazes de absorver a população que sofria o impacto das medidas políticas e econômicas. *A Igreja Católica, os movimentos de esquerda e o novo sindicalismo*. Essas três perspectivas de abordagem social se constituíram a partir da reestruturação de tradicionais pilares de representação que necessitaram se adequar as novas realidades para fazer o enfrentamento à política estatal. SADER(1988) destaca o deslocamento das ações tradicionais para as novas perspectivas de organização,

Da igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. Dos grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um “novo sindicalismo (SADER:1988:144).

Esta remodelação destes segmentos possibilitou a construção social de um leque de ações com capacidade de atuar contrapondo o autoritarismo adotado pelos governantes.

A perseguição imposta à organização sindical e aos movimentos populares desenvolveu na sociedade um sentimento de união para o enfrentamento da realidade, resultando numa ampla gama de organizações dispostas a combater os abusos praticados pelo governo contra os cidadãos.

Juntamente com a luta pela defesa dos direitos, vão se abrindo caminhos que levam inúmeras pessoas a um nível de conscientização mais elaborado; foi possível então, sonhar com uma sociedade transformada, capaz de dar aos cidadãos maiores possibilidades de usufruir plenamente dos direitos. Na concepção de EVANGELISTA (2004) a afirmação destes direitos fez parte do contexto que devolveu a população um Estado assentado sobre os princípios democráticos:

A ampliação e reconhecimento de direitos fizeram parte da luta pelo restabelecimento democrático na política brasileira. Ao refletir sobre esta conquista deve-se ter em mente que os direitos não podem ser pensados de nenhuma forma como absolutos, e por isso, devemos entendê-los como suscetíveis a mudanças e históricos (EVANGELISTA: 2004:34).

O conjunto de reivindicações sociais do período mais radical do regime militar serviu de base para uma nova pauta que seria elaborada nos anos de 1980. Pouco a pouco, o regime perdia apoio, não apenas como consequência das medidas impositivas e impopulares, mas também, graças à atuação de pessoas que se dispuseram a não aceitar a prática autoritária adotada pelos governantes. O resultado deste trabalho pôde ser colhido em meados dos anos de 1980 com a reabertura política e a retomada das liberdades democráticas pelos cidadãos.

## **1.2.O novo sindicalismo**

A década de 1970 entrou para a história como um dos momentos de maior tensão social vivido no país. Paralelamente este período ficou marcado pelas grandes transformações sociais. As cidades passaram por um crescimento populacional expressivo. A economia impulsionada, pelo *milagre econômico*, apesar de sua inconsistência, promoveu um aumento contingencial do operariado, o qual migrava para os grandes

centros urbanos em busca de novas oportunidades e na expectativa de melhorias nas condições sociais. Os dados apresentados por HABERT destacam esta expansão:

...O operariado industrial havia praticamente duplicado em dez anos, passando de 5,5 milhões em 1970 para 11 milhões em 1980, representando 80% do conjunto do proletariado brasileiro – trabalhadores do campo e da cidade - estimado em 14 milhões (HABERT:1992: 57).

O crescimento populacional dos grandes centros, principalmente a grande São Paulo, num curto período de tempo provocou uma série de transformações nas relações sociais das grandes cidades. O conglomerado populacional e os problemas gerados pelas bruscas mudanças na estrutura populacional brasileira, fortaleceram a possibilidade de uma organização social mais sólida, capaz de contrapor de forma organizada e sistematizado as elites e o poder estatal.

A repressão imposta pelos governos militares, estimulou o avanço da organização popular e sindical em várias regiões do país. Devido a uma série de fatores singulares, como já citado anteriormente, foi a grande São Paulo que gestou o maior foco de resistência às políticas dos governos militares. A articulação popular e sindical; especialmente o operariado organizado a partir do *novo sindicalismo*, aglutinando trabalhadores das indústrias automobilísticas, têxtil, de alimentos, entre outras, que constituíram-se em símbolos de contraposição aos governos.

No final da década de 1970, a eclosão de greves de grandes proporções e as concentrações públicas que reuniram milhares de trabalhadores resultou como desmembramento conseqüente das lutas travadas durante mais de uma década. Começava a surtir resultados, o lento, mas resistente trabalho desenvolvido durante vários anos pelas lideranças sindicais renovadas que emergiram neste período.

Com os primeiros sinais de articulação, a *oposição sindical* propôs no final da década de 1960, um novo rumo para atuação sindical. Este avanço foi possível graças ao modelo sindical gerado a partir de novas idéias e pequenas articulações de base, gestadas no interior das fábricas e dos próprios sindicatos. A tradicional cúpula sindical mantinha no período laços estreitos de relação com o governo e com a classe patronal, desempenhando muito mais papel de mediadores dos interesses da classe patronal, que propriamente porta vozes dos interesses dos trabalhadores. SADER (1988) chama a atenção para o processo de acomodação das lideranças sindicais, alimentadas pelos impostos sindicais, exercendo

funções burocráticas e assistenciais. Isso provocou em alguns líderes um sentimento de que era necessário avançar. E o avanço constituiu-se dentro de um processo marcado por intensas disputas, que proporcionaram importantes vitórias, mas também derrotas e muitas decepções.

Construídas durante a década de 1970, as articulações tinham como objetivo principal atingir as bases sindicais inseridas nas diversas fábricas que concentravam o maior contingente de trabalhadores. Esta estratégia visava à estruturação das bases para poder chegar ao controle das direções sindicais, instância maior das decisões em torno das lutas dos trabalhadores. As experiências vivenciadas nas disputas foram extremamente ricas no sentido de acúmulo de bagagem dentro de uma realidade de disputa marcada pela repressão e uso de práticas pouco leais, por parte do poder dominante. Dentro destas condições, segundo SADER (1988) a “*oposição sindical*” amargou uma série de derrotas nas disputas pela direção dos principais sindicatos da grande São Paulo.

A construção de uma alternativa sindical capaz de fazer o enfrentamento à estrutura sindical e governamental vigente levou mais de uma década de articulações e disputas a fim de que um grupo de sindicalistas com maior autenticidade assumisse a direção de vários sindicatos. SADER (1988) faz menção a este modelo sindical, apontando seu caráter minoritário dentro da conjuntura do período:

Aí tivemos a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos 70, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo” (SADER:1988:181).

Foi o acúmulo de experiências destes anos de atuação, que forneceu elementos para a elaboração de um projeto mais consistente de enfrentamento às políticas governamentais. A vitória das eleições sindicais, em 1975 por parte dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo reafirmou uma nova dinâmica de representatividade na relação dos trabalhadores com a classe patronal. O resultado desta eleição abriu caminho para uma nova dimensão nos embates de resistência e de reivindicação por parte do segmento de trabalhadores ligados as metalurgias do ABC paulista.

A nova perspectiva de atuação das lideranças populares e a nova prática sindical nascida neste contexto contribuíram significativamente para articular organizações mais

sólidas de resistência ao regime militar. As manifestações de protesto ganharam gradativamente não só em números, com a reunião de milhares de pessoas nos atos de protesto, mas particularmente na estratégia de enfrentamento feita de forma mais incisiva e determinada. A classe trabalhadora organizada em sindicatos, especialmente em algumas regiões da grande São Paulo, ampliou as lutas a partir desta nova concepção de sindicalismo, fruto de uma circunstância em que não seria mais possível avançar na defesa dos trabalhadores com um modelo sindical estritamente ligado a classe patronal. VIEIRA (1985), historicizou os passos da organização sindical daquele período:

A luta sindical tomou corpo com a chamada "oposição sindical". Em 1967, militantes de oposição começaram a caminhada para recuperar os cargos eletivos dos sindicatos, então ocupados por interventores do governo. A oposição sindical avivou as campanhas eleitorais, buscando transformar as fechadas estruturas corporativas dos sindicatos. Pelas eleições, sindicalistas de oposição queriam dar mais representatividade aos trabalhadores, no interior dos sindicatos (VIEIRA:1985:25).

A defesa dos interesses dos trabalhadores ganhou a partir desta realidade uma dimensão macro. O engajamento sindical não foi apenas motivado pelo atendimento de demandas peculiares. Seu objetivo passou a ser a reivindicação de um conjunto de propostas que defendiam os interesses dos trabalhadores representados.

Conforme apontou HARBET (1992) a *oposição sindical metalúrgica* foi criada justamente num momento de profundas críticas a estrutura sindical cupulista combatendo o modelo tradicional de atuação praticado pelas correntes sindicais elitistas. Ainda segundo a autora, a atuação conjunta com outras organizações sindicais foi um elemento norteador do novo sindicalismo, desenraizado do tradicional modelo cupulista. A postura combativa que se construiu a partir desta nova mentalidade sindical fortaleceu a classe trabalhadora no propósito de reivindicar melhorias nas condições de trabalho, avanços salariais, possibilitando também maior resistência a repressão praticada pelo regime militar. Como consequência, milhares de trabalhadores cruzaram os braços para protestar contra a política do governo aderindo às greves que se difundiram por todo país demonstrando assim a força adquirida pelos movimentos sociais.

Mas a grande vitória dos movimentos sindicais, certamente aconteceu quando os trabalhadores incorporaram o processo de luta e se sentiram agentes de transformação. A inserção nos espaços organizados, buscando mudanças concretas dentro de um momento

de relações conturbadas vivida pela classe trabalhadora, foi o maior patrimônio acumulado pela mesma. Testemunha desta capacidade de mobilização adquirida pelo movimento sindical no período, foi as paralisações e greves organizadas entre os anos de 1978 e 1980; momentos de grande êxito, não apenas pela adesão maciça dos trabalhadores em determinados momentos, mas também pela expansão das experiências do movimento em diversas cidades brasileiras.

As conquistas deste movimento foram importantes para a geração que fez parte do conjunto de acontecimentos do período. Por outro lado, toda esta mobilização, deixou um legado importante para as gerações posteriores. Dentre eles destacam-se: o valor da organização, o papel da classe trabalhadora e principalmente a afirmação dos direitos trabalhistas na Constituição elaborada no período pós regime militar.

### **1.3. Os movimentos políticos de esquerda**

Os grupos de ideologia política ligados a esquerda enfrentavam uma crise de identidade no auge das lutas sociais, durante a década de 1970. SADER (1988) destacou que o modelo de luta inspirado na revolução, bandeira principalmente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), apresentava sinais de esgotamento em 1971 em razão das mortes de Lamarca e Barreto. Os grupos políticos com esta ideologia atuavam, neste período, quase que unanimemente na clandestinidade, dificultando articulações mais práticas, uma vez que esta condição restringia o eixo de atuação de seus membros.

Os espaços tradicionalmente ocupados pela ideologia revolucionária acabaram perdendo lugar gradativamente para outras formas de organização que capitalizavam pessoas, propondo novas formas de resistência. Estas produziam resultados mais concretos em relação às práticas tradicionais que vinham demonstrando esgotamentos.

O Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), a Polícia Operária (Polop) e a Ação popular (AP), movimentos estes de forte cunho de esquerda enfrentavam em meados da década de 1970, crises de identidade em suas estratégias de luta. Uma resolução do MR8, deste período, aponta para a necessidade de direcionar o objetivo da atuação para a organização da resistência dos trabalhadores, promovendo uma resistência ativa, unificada e direcionada. Os movimentos de esquerda sentiram a necessidade de se rearticular com a

finalidade de propor atuações mais objetivas por parte de seus militantes. Tornava-se fundamental elaborar novas estratégias que estimulassem o engajamento nas fileiras de luta sem perder de vista as motivações prioritárias. Parte da nova dinâmica de atuação dos movimentos de esquerda concentrou-se na proposta de educação popular. Esta era ministrada a partir de uma metodologia de envolvimento das lideranças com as massas populares, facilitando a integração e a disseminação das idéias de contestação ao modelo político-social. Dentro deste contexto aconteceu paulatinamente a reaproximação destes setores de militância com as classes populares. Ainda que, desenvolvendo ações isoladas, muitos membros mantinham a atuação política empenhando-se em combater a repressão.

A nova atuação do movimento de esquerda estimulou a retomada dos movimentos estudantis que passaram a resistir veementemente à repressão imposta no interior das Universidades. Com um início tímido, a organização estudantil foi adquirindo extrema importância, formando uma extensa corrente de luta, e se transformando no final da década de 1960 como um dos movimentos de maior capacidade de mobilização social.

As intensificações da perseguição e da repressão não foram suficientes para impedir que o movimento estudantil construísse uma rede de organização mais duradoura, ampliando no interior da sociedade a contestação ao regime militar:

A classe estudantil enfrentou períodos de intensa “perseguição” pós-golpe. Entretanto, uma vez cumprida essa etapa, o regime militar não demorou a procurar uma estratégia mais duradoura para o movimento estudantil, com o objetivo central de impedir as atividades políticas dentro das faculdades (MARTINS:1987:83-84).

A estratégia de agir de maneira radical contra o meio estudantil expõe a face temerosa dos militares em relação a este importante segmento. Formadores de opinião, os estudantes, acumulavam as condições necessárias para alertar a opinião pública que a propaganda positiva mostrada pelo governo, não passava de uma ferramenta para escamotear uma postura política, elaborada sob medidas autoritárias.

Esta postura combativa da classe estudantil do pós-golpe destaca-se pela característica do movimento. A gama mais ampla de estudantes vinha da classe média, que num primeiro momento não foi alvo das práticas repressivas do regime, que se concentraram nos setores populares da sociedade brasileira.

A reação estudantil ganhou espaço na medida em que o movimento assumiu uma postura simpática aos partidos de esquerda, engrossando as manifestações populares que passaram a ganhar corpo pelo país. Esse amadurecimento da conscientização estudantil transformou-a na principal organização social de resistência as políticas militares nos primeiros anos da implantação do regime.

O ano de 1968, paralelamente ao endurecimento do regime, foi um dos mais importantes para a luta estudantil. Segundo MARTINS (1987) o movimento ganhou eco entre os outros setores organizados da sociedade. Sob a liderança da UNE, as passeatas de protesto ao regime ganharam às ruas, diversas concentrações populares aglutinaram milhares de pessoas, demonstrando que a força popular estava disposta a fazer o enfrentamento em defesa dos direitos que vinham sendo restringidos. Em contrapartida o governo respondeu com duras ações no intuito de conter a capacidade de mobilização popular. A perseguição imposta com o fechamento de Universidades, prisões de estudantes, controle dos conteúdos ministrados, não se mostraram suficientemente eficazes para conter as lideranças estudantis. Empenhadas na difusão dos ideais democráticos, contrários as restrições promovidas pela ditadura, outras prática de articulação foram sendo adotadas no intuito de continuar o processo de contestação.

Com lideranças articuladas e mesmo com vários membros vivendo na clandestinidade, os estudantes promoveram manifestações e comícios em favor dos direitos sociais em várias cidades do país, culminando com a passeata dos cem mil, realizada em 25 de julho de 1968 no Rio de Janeiro, uma das maiores concentrações públicas da época.

O fechamento de espaços ao movimento estudantil foi apenas uma das faces do *terror cultural* que se desencadeou pelo país. A música, as artes, o cinema, o teatro entre outros, também sofreram com o cerceamento que se abateu sobre a sociedade. Importantes artistas, escritores e autores, foram obrigados a trabalhar na *escuridão* para fugir do intenso controle sobre suas produções feito através dos órgãos responsáveis pela censura.

Paralelamente ao período das maiores repressões, surgiram algumas das produções mais importantes do país. O protesto ao regime militar fazia-se por meio de músicas, teatro, cinema, enfim, da arte em geral o que paradoxalmente, ampliou a riqueza das criações culturais, em razão da criatividade que nossos artistas dispunham a fim de transmitir mensagens *cifradas* com duplo sentido. Este mecanismo, em determinadas circunstâncias se mostrou eficiente, uma vez passou despercebido ao regime, quando ele

agia obcecado na tentativa de reprimir violentamente a oposição destes segmentos culturais.

Transcorrido uma década de governos militares, uma significativa parcela da população havia se colocado em choque frontal com o Estado autoritário. O desejo popular era vê-lo substituído por um modelo de Estado que oferecesse abertura para as manifestações de livres da sociedade.

Neste aspecto, o apoio de setores da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contribuiu significativamente para reconstituição dos direitos civis. Parceira em vários momentos, esta instituição participou ativamente das manifestações em defesa da liberdade ampla e irrestrita e da anistia aos presos políticos, empenhando-se na devolução à população dos direitos cerceados.

As pressões pelo fim do regime e pela convocação de uma Assembléia Constituinte mobilizaram milhares de brasileiros que sonhavam com a liberdade de escolha como direito fundamental do cidadão. A *Carta aos Brasileiros* publicada em 1977 explicita claramente o anseio para o retorno da democracia. Em um de seus itens a carta expressava:

Afirmamos, portanto, que há uma ordem jurídica legítima e uma ordem jurídica ilegítima. A ordem imposta, vinda de cima para baixo é uma ordem ilegítima. Ela é ilegítima porque, antes de mais nada, ilegítima é sua origem. Somente é legítima a ordem que nasce, que tem raízes, que brota da própria vida, no seio do povo (JUNIOR: 1977:02).

A Carta aos Brasileiros além de fazer uma defesa profunda ao restabelecimento do Estado de Direito, reforçou a valorização dos direitos humanitários reiterando que a evolução do homem somente seria possível se acompanhada da evolução de sua consciência e da sua cultura. O documento reafirmava a convicção de que as condições vividas pela população inviabilizavam a construção de um projeto de nação. Os valores morais e espirituais deveriam estar acima das propostas de segurança e de desenvolvimento econômico adotadas pelos governantes:

Sustentamos que os Estados somente progredem somente se aprimoram, quando tendem a satisfazer ansiedades do coração humano, assegurando a fruição de valores espirituais, de que a importância da vida individual depende (JUNIOR:1977:07).

As contestações ao regime procuravam denunciar os mecanismos brutais adotados pelo mesmo, os quais desumanizavam as pessoas, restringindo a possibilidade de acesso aos direitos em nome de um projeto de desenvolvimento elaborado distante do anseio da população.

#### **1.4. A Igreja Católica**

Outra instituição que teve papel preponderante no combate às práticas do regime militar foi a atuação da Igreja Católica, através de seus setores conhecidos como progressistas. Historicamente empenhada no combate ao comunismo, mantendo vínculos estreitos com as elites brasileiras, foi durante o regime militar, que a Igreja passou por importantes transformações, principalmente no que tange a sua forma de relacionar-se com as bases.

Foi neste período que a Igreja desempenhou papel importante na motivação e na organização popular. Sob a liderança de religiosos com uma postura de atuação chamada *progressista* (Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Helder Câmara, Frei Tito entre outros religiosos), estes protagonizaram juntamente com os leigos, um importante avanço na ampliação da organização popular. No entanto, a mudança de posição adotada por setores da Igreja nasceu dentro de um contexto de renovação proposto pelas transformações mais amplas que estavam em curso.

No início dos anos 1960, motivados pelas primeiras mudanças promovidas pelo Concílio Vaticano II, setores da Igreja manifestavam seu caráter conservador impondo resistências às mudanças sociais. Sua proximidade às elites conservadoras era visível em posições adotadas publicamente como a participação ativa da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, realizada pouco antes da tomada do poder pelos militares.

A instalação do regime, em 31 de março de 1964, contou com o apoio de importantes setores da Igreja ao novo governo; o temor do avanço do comunismo levou diversos de seus movimentos a declarar-lhe apoio sob bandeira de que era preciso salvar a sociedade do “mal” que ameaçava os cristãos.

Relatos de experiências vivenciadas pelos seus membros em países de posição ideológica voltadas para o comunismo, freqüentemente eram utilizados para afastar os católicos de possíveis contatos e adesões às manifestações populares. O discurso adotado pela Igreja ia ao encontro do conservadorismo representado pela elite econômica brasileira do período.

Este vínculo com as elites perdeu espaço à medida que as idéias do Concílio passaram a serem vistas, nos setores internos, como um apelo à transformação não apenas religiosa, mas em outros aspectos da sociedade brasileira. Ironicamente são as medidas políticas adotadas internamente pelos primeiros presidentes militares que fizeram com que setores da Igreja Católica repensassem suas posições. Foram os setores “progressistas” motivados pelos acontecimentos internos vivenciadas pela Igreja que irão construir na prática uma nova relação com os fiéis e, conseqüentemente, uma nova relação com o poder político.

As posições nascidas no Concílio Vaticano II, durante os anos de 1962 – 1965, reforçadas nas Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano de Medellín (1968) e Puebla (1979) vão ao encontro dos anseios da maior parte da população deste continente que carece não apenas de bens espirituais, mas de necessidades elementares da vida cotidiana. São estas circunstâncias que alteram a relação existente há séculos e fizeram com que setores da Igreja repensassem suas práticas.

Para SUESS (2001) a Igreja sai de um período sombrio, para uma primavera transformadora ao lado das classes sociais com menor possibilidade de acesso aos bens materiais, espirituais, políticos e culturais. Medellín é um chamamento para viver mais intensamente a proposta de transformação que mobiliza o seu interior:

No inverno pós – 68 a Igreja latino-americana despertou mundialmente esperança por causa de sua primavera teológica-pastoral. A luta estudantil, as greves dos operários, a miséria do povo e a arbitrariedade do regime militar aproximavam setores significativos da Igreja ao seu povo e suas lutas (SUESS:2001:92).

A “*opção preferencial pelos pobres*” – termo de identificação desta nova linha pastoral - aproximou setores da Igreja dos segmentos mais carentes da sociedade, passando a impulsionar um modelo de evangelização inserido na realidade das pequenas comunidades. Esta inserção exigia das lideranças religiosas uma integração capaz de

produzir experiências evangelizadoras que aproximassem as comunidades da Igreja numa vivência capaz de fazer acontecer a prática de fé moldada na proposta do evangelho encarnado.

O desafio posto era o acolhimento do “novo” povo de Deus que emergia dos setores mais fragilizados da sociedade, que passavam a ser inseridos e chamados a vivenciar a fé a partir de uma postura religiosa que tinha como base a reflexão da própria realidade cotidiana das pessoas.

Os pequenos projetos comunitários nascidos a partir da proposta de construção de uma sociedade mais igualitária, ainda que em menor grau, contrapunham-se com o modelo econômico desenvolvimentista baseado em grandes projetos e obras vultosas propagadas pelos governos militares. Era o contraponto, realizado através de ações conjuntas organizadas em pequenos grupos, buscando alternativas inovadoras através da reflexão e da ação comunitária.

Estudos eram realizados tendo como fundamento a leitura bíblica interpretada através da realidade em que estavam inseridas as pessoas. Sobre isso discorre DUARTE (1982):

Outra característica é o incentivo das classes populares na vida da Igreja. A nova Igreja da América Latina converte-se ao Evangelho e volta seu olhar para os pobres. Em Puebla, os Bispos reunidos procuraram descobrir o rosto de Jesus Cristo, não mais nas imagens de barro ou nos tratados de teologia; o procuraram nos rostos dos pobres, dos sem poder, dos índios, dos operários, dos velhos, das crianças, dos desempregados, dos subempregados...(DUARTE:1983:44).

As linhas gerais que passaram a conduzir a ação da Igreja no Brasil refletem as mudanças de ação elaboradas nas grandes discussões internas que aconteceram neste período. As conferências episcopais latino-americanas reordenaram os rumos e o modelo de evangelização, voltando a Igreja Católica para uma prática de defesa dos mais empobrecidos.

Impulsionada pela corrente teológica conhecida como *Teologia da Libertação*, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), emergiram como uma resposta a perda de espaços ocasionados pelo crescimento de outras denominações religiosas. Por outro lado, esta nova concepção de evangelização apresentava-se como um mecanismo eficiente de aproximação da Igreja Católica com setores sociais menos privilegiados.

As CEBs se constituíram em torno de um projeto de libertação não só religiosa, mas de todas as esferas da vida humana, particularmente da vida política e social. A leitura teológica adquiriu uma conotação, não mais revelada verticalmente, mas algo que brotava da própria vida das pessoas, a partir do cotidiano onde as mesmas estavam inseridas.

A utilização de uma forma de organização diferenciada, formando pequenos grupos, em que as pessoas podiam partilhar suas experiências, possibilitava ao leigo sentir-se parte da construção de uma proposta de sociedade, tendo como norte o Evangelho. Esta pedagogia possuía êxito, particularmente por servir de motivação para a luta por uma sociedade menos desigual.

Esta forma de atuar possibilitou a ligação da população com outros setores organizados, como estudantes, lideranças políticas e milhares de trabalhadores que se opuseram ao regime, fazendo um enfrentamento que gerou perseguição, restrição de direitos, violência; mas que promoveu importantes avanços na organização social despertando novas e importantes lideranças populares.

Em várias cidades a infra-estrutura da Igreja serviu de ponto de encontro, para reuniões, articulações e mesmo de abrigo para pessoas perseguidas pelo regime militar. Nestes encontros as pregações doutrinárias sistemáticas, cederam lugar, para uma pregação mais humanizadora, tornando a Igreja ouvinte, interlocutora e motivadora de seus fiéis, a fim de que a libertação fosse construída na prática concreta, na realidade onde as pessoas almejavam mudanças através da organização.

O estilo novo de pensar é referido à teologia da libertação e, resumidamente, consistia em tomar como ponto de partida exposições que testemunhavam as condições de vida da população, apresentadas pelas próprias pessoas implicadas; efetuar uma reflexão teológica sobre os fatos, confrontando esta realidade vivida com as sagradas escrituras; e concluir com a definição de pistas para a comunidade do trabalho coletivo de evangelização (SADER:1988:147).

É justamente a realidade cotidiana enfrentada pelas pessoas que servirá de ponto de partida na organização destas comunidades. Motivados pela busca de melhorias nos bairros e comunidades onde os problemas sociais a situação de miséria era mais gritante, estas organizações passaram, num segundo momento, a ser um importante instrumento de conscientização da população em relação à vida política do país; despertando nela a necessidade de uma ampla transformação social.

A inserção na política, nos sindicatos e associações, passou a ser mais constante, colaborando para o fim de práticas viciadas que pouco contribuíam para a população. Um relato de 1982 mostra a presença desta forma organização em outros setores de representação social:

Por toda parte, as CEBs tem participado fortemente na renovação sindical. Todos sabem como a organização de classe estava estragada pelo peleguismo. Então, a turma das comunidades entrou de cheio em campanhas da “chapa dois”. Devagar, a situação foi cedendo e, agora, muito sindicato já está realmente a serviço da causa dos trabalhadores. Tanto na cidade como no Campo (FERNANDES:1984:88).

Os pequenos núcleos progressivamente exerceram contribuição significativa para inúmeras organizações de trabalhadores que se articulavam para reivindicar melhorias nas condições de vida, liberdade de expressão e mudanças sociais capazes de diminuir as desigualdades que infligiam o país. A luta pelos direitos humanos, contra a violência e na defesa da justiça foram bandeiras que impulsionaram a organização social durante os anos mais rigorosos da ditadura militar.

A presença de movimentos de cunho religioso atingiu parcela significativa da população devido a inserção da Igreja Católica entre as camadas populares. A motivação para lutar, vinda de uma perspectiva religiosa transformadora, onde a presença do divino inserido na dimensão humana estimulava os leigos a ingressarem em diversos movimentos que se dispunham a lutar por mudanças na vida da população.

O empenho na defesa da democracia construiu uma cadeia importante de organizações que se somaram ao longo do processo participando ativamente da vida social do país durante este período. Dentre estas organizações destacam-se aquelas com atuação voltada para o novo indigenismo.

### **1.5. O novo indigenismo missionário proposto pelo CIMI**

Os fatores que proporcionaram este novo momento serão melhor compreendidos se analisarmos alguns agentes que protagonizaram os principais acontecimentos daquele período, dentre estes: o Governo Militar e a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

A política dos governos militares sinalizava cada vez mais com um rigoroso controle sobre os povos indígenas, negando as particularidades, característica principal da multiplicidade de etnias. Estas comunidades ocupavam espaços nas atenções das políticas governamentais principalmente devido a localização estratégica e a diversidade de riquezas naturais existentes em seus territórios. Devido a estas condições, havia o entendimento de que deveriam ser incorporados à sociedade nacional. Os recursos naturais presentes nas terras indígenas deveriam ser disponibilizados ao país como mecanismo de produção e fonte de progresso. GIROTTO (2001) destaca a ansiedade do governo em expandir os projetos de desenvolvimento para as áreas indígenas a fim de satisfazer os interesses econômicos de determinados grupos:

É preciso enfatizar que o processo de militarização da questão indígena esteve integralmente vinculado aos projetos de interesses dos grupos econômicos e das oligarquias locais. O modelo centralizador e autoritário de cunho militar impresso à FUNAI durante todo o período da ditadura serviu para garantir o sucesso da aliança entre o grande capital, representado pelos grupos hegemônicos no poder, e o governo militar (GIROTTO:2001:57).

A postura política que visava o desenvolvimento do país através de uma visão de priorização da economia como fonte de progresso, norteava as medidas governamentais adotadas pela política desenvolvimentista dos militares. Nesta perspectiva, as riquezas naturais localizadas em territórios indígenas alimentavam a ânsia dos militares pela incorporação dos mesmos ao processo produtivo planejado para o país. Em contraposição uma série de ações eram propostas junto as comunidades por meio de entidades de apoio, entre as quais estava a Igreja Católica, representada pela atuação missionária do CIMI.

O espírito de renovação que ganhava espaço em setores da Igreja foi decisivo para promover uma reflexão na postura doutrinária adotada ao longo de séculos em relação as comunidades tradicionais. Integrando um contexto mais amplo de mobilizações sociais, membros da Igreja ampliaram o leque de lutas ao compreenderem a questão indígena como algo relevante. A partir de uma leitura diferenciada sobre o modo de vida destes povos, foi sendo desenvolvida esta nova concepção.

Relevante neste processo de revisão de postura, o Encontro de Barbados de 1971, permite uma crítica e alteração na postura tradicional de evangelização da Igreja Católica:

A obra evangelizadora das missões religiosas na América Latina corresponde à situação colonial imperante, de cujos valores está impregnada. A presença missionária significou uma imposição de critérios e padrões alheios às sociedades indígenas dominadas e que encobrem sob o manto religioso a exploração econômica e humana das populações aborígenes (DECLARAÇÃO DE BARBADOS: APUD:SUESS:1980:22).

A proposta de uma relação diferenciada com as comunidades indígenas passou a ser desenvolvida como consequência das discussões iniciadas pela Igreja latina. Valorizar as lideranças, construir bases para que estas conduzissem suas próprias organizações, trazer para dentro das comunidades os foros de discussão e de tomada de decisão sobre os rumos das políticas sociais a serem desenvolvidas junto as comunidades indígenas, foram os nortes desta nova proposta de evangelização.

Motivados na opção preferencial pelos pobres e no apoio às lutas pela consolidação dos direitos sociais no país, um grupo de religiosos assume mais diretamente esta ação fundando em abril de 1972, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Em seu contato com os povos indígenas o CIMI buscou construir relações inversas das experiências missionárias até então adotadas em favor da causa indígena, começando por ouvi-los. Esta nova mentalidade missionária, nascida nos setores internos da Igreja reafirmava a convicção de que esta deveria atuar como porta-voz de uma nova pedagogia dos trabalhos desenvolvidos junto a essas comunidades.

Vale ressaltar que este rumo adotado para o CIMI, se deu dentro de um contexto de conflitos internos, nos quais estavam em disputa os caminhos que deveriam ser tomados pela atuação missionária. PREZIA (2003) destacou que a perspectiva de um trabalho missionário progressista aconteceu após a renúncia do seu primeiro presidente, ocorrida nos primeiros meses após a sua fundação. Este fato consolidou uma política combativa ao modelo tradicional de atuação, pois os religiosos que permaneceram a frente do órgão entendiam que o mesmo deveria atuar aos moldes da proposta de evangelização vinda das conferências religiosas realizadas no período.

De acordo com SUESS (1989) a orientação da evangelização passou a ser dirigida por cinco princípios básicos: a) promover a pastoral missionária; b) dar assistência jurídica aos missionários; c) promover sua formação teológica e antropológica; d) criar o espírito missionário na população brasileira; e) promover o relacionamento da CNBB, com os órgãos governamentais, principalmente com a FUNAI, e dos missionários entre si. Nesta perspectiva, o CIMI passou a articular-se em diversas regiões do país, junto aos povos indígenas em diversas dioceses. Com um novo modelo de trabalho missionário, o órgão, legitimava-se como porta-voz destas questões:

Se antes o grande aliado do índio era o Estado, enquanto portador de uma ideologia rondoniana e preocupado em pô-la em prática, apesar de todas as dificuldades e contradições já mencionadas, agora o maior aliado do índio passava a ser a igreja, particularmente o seu setor progressista representado pela CNBB e pelo CIMI. Isso ficaria patente na mobilização das lideranças indígenas feita pela entidade católica – a partir dos anos 70 – com já mencionei, e como bem ilustram as Assembléias Indígenas, sistematicamente registradas no jornal O Porantim e no Boletim do CIMI (OLIVEIRA:1988: 25-26).

A nova prática pastoral exercida por estes setores da Igreja Católica conquistou importante respaldo frente às comunidades indígenas e passou a ser um mecanismo de aproximação entre a Igreja e a realidade destes povos. Contrariando as tradicionais experiências missionárias, a nova prática exercida pelo CIMI procurou promover a autonomia e não a submissão. Para tanto, a proposta de organização indígena caracterizava-se pelo desvinculamento das amarras tradicionais, buscando através das reivindicações, agilizar a efetivação dos direitos que tropeçavam na burocracia dos órgãos oficiais.

Com a realização de assembléias regionais e, posteriormente nacionais, o CIMI aproximou diferentes etnias com traços culturais variados, mas que enfrentavam problemas semelhantes. Estes encontros serviam para despertar os indígenas para a necessidade de organização, construindo uma pauta de reivindicação unificada dentro daquilo que fosse possível. Esta proposta de atuação missionária fez com que o CIMI ganhasse aceitação conquistando paulatinamente durante o auge da ditadura militar o reconhecimento de aliado na luta pela defesa de seus direitos.

As linhas de ação foram se construindo ao longo da existência do CIMI, com ênfase maior ou menor em algum aspecto, de acordo com as necessidades impostas nos vários momentos de sua trajetória. Conscientes de que somente a ação missionária junto às bases seria um trabalho inócuo, os membros do CIMI elaboraram um conjunto de estratégias visando apoiar outras dimensões e necessidades das comunidades. Documento publicado em parceria CIMI/CNBB, reafirmava na década de 1980, o papel a ser desempenhado pelo trabalho desenvolvido pelos missionários junto as comunidades:

A Igreja quer apenas reforçar a voz dos povos indígenas e oferecer a sua colaboração no campo próprio da sua missão evangelizadora. Ela entende essa missão – no interior da sociedade civil – como um serviço de solidariedade e a apoio aos povos indígenas – um apoio, porém, que para ela “não é uma contribuição facultativa, é um dever que lhe incumbe por mandato do Senhor Jesus. E, sempre de acordo com a situação concreta dos povos indígenas, é a própria igreja que define o conteúdo e que escolhe os ministros de sua ação evangelizadora (CNBB:1986:53).

O documento apresentado a direção da Funai, reafirma o papel do trabalho missionário, inserido nas situações concretas dos povos indígenas. Este trabalho incluía serviços de assessoria, formação, comunicação e articulação, motivando o resgate da auto-estima e, impulsionando os indígenas a assumirem um processo de ordenado na defesa de seus direitos.

Esta nova visão motivou o engajamento de muitas pessoas durante os anos de maior fervor da atuação missionária junto aos indígenas. A criação do CIMI e sua ação propôs novos rumos a organização destas comunidades, fortalecendo bandeiras de luta em torno dos seus direitos básicos; como saúde, educação e a demarcação das terras, entre outros.

## **1. 6. Como os militares concebiam os indígenas**

A postura governamental adotada em relação às alternativas surgidas entre os indígenas foi marcada pelo cerceamento e pela restrição das possibilidades de contatos dos missionários com as comunidades. As medidas oficiais tinham como marca a negação dos

projetos alternativos que vinham sendo desenvolvidos em parceria com diversos povos indígenas. Para Suess, a declaração do presidente da Funai, explicita a postura política do governo quando este tema estava em discussão:

No Seminário Funai-Missões, em Manaus, em abril de 1975, Ismarth declara à imprensa que não reconhece o Cimi como interlocutor da Igreja e pressiona missionários, mediante promessas de verbas, para se desligarem do Cimi. Das Missões exigem-se “Convênios” como condição prévia para a sua presença em áreas indígenas (SUESS:1989:23).

O fechamento restringindo o poder de atuação é lançado como instrumento para dificultar a atuação missionária. A proposta governamental imposta à nação brasileira pelos militares seguiu como referência a ordem estabelecida pelas classes dominantes que historicamente exerceram o controle do Estado.

Para HECK (1996) estas medidas destacam dois fatos significativos nas relações Estado e pluralismo cultural. Primeiro: o Estado tem atuado inversamente aos interesses nativos; segundo: as classes dominantes não aceitam a diversidade. O Estado moderno, na proposta de promover a igualdade entre os cidadãos, rejeita a existência das minorias étnicas. Como defensores incansáveis do Estado os militares trilharam, ou pelo menos agiram, de forma muito próxima às práticas das classes dominantes:

Os militares defendem, ardorosamente, os interesses do Estado, identificados como interesses nacionais, que por sua vez seriam interesses da sociedade. Shiguenoli Miyamoto aponta para a incongruência de tal argumentação. Uma vez que na verdade, o que se faz de fato é defender os interesses dos grupos hegemônicos (HECK,1996:23).

Observando algumas ações, percebemos a utilização de rótulos em relação aos indígenas, como classificá-los de *atrasados* e *selvagens*. Estes rótulos geralmente são detentores de um poder simbólico intrínseco, poder este, alimentado pela idéia de que era preciso conduzir estas populações a um processo de *avanço civilizatório* a fim de homogenizá-los culturalmente alinhando-os ao restante da sociedade brasileira.

A construção do mito de que os indígenas representavam ameaça a segurança nacional mostrava claramente a visão de que eram compreendidos como algo que desafinava o todo, particularmente o projeto de nação homogênea. Enfim, toda a iniciativa no sentido de ver a nação como um corpo único, demonstrava a transplantação dos ideais internos das organizações militares para a vida cotidiana do país. Sendo assim, muitos esforços foram feitos durante os anos da ditadura militar para que a incorporação dos indígenas à sociedade nacional pudesse ser efetivada. No imaginário militar a incorporação era uma forma de efetivar a proposta de uma sociedade em que os princípios, interesses, lutas e anseios da população fossem unificados, voltados em direção ao desenvolvimento econômico.

O controle rigoroso sobre esta população, interessava aos militares visto suas condições e principalmente a localização estratégica que muitos povos ocupavam. Foi neste contexto que foi criada, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão encarregado pela condução das políticas indigenistas durante os governos militares.

A atuação da Fundação Nacional do Índio nos primeiros anos de sua existência orientou-se na busca de recuperar a imagem negativa que permeava na sociedade em relação ao órgão governamental que lhe antecedeu. Esta e outras ações que passaram a ser desenvolvidas visavam conquistar a credibilidade junto aos indígenas e a sociedade nacional. As medidas adotadas nos primeiros anos de existência do órgão conquistaram simpatia de vários setores da sociedade, principalmente pela eficácia na execução de políticas indígenas que o mesmo prometia. No entanto, não foram necessários muitos anos para vir à tona as intenções imanentes que trazia o projeto militar. Os interesses ideológicos e econômicos presentes aos pouco foram se tornando evidentes. Por outro lado, os reais anseios das comunidades indígenas mais uma vez passaram a serem protelados.

Esta nova fase das políticas oficiais reforçava as pressões sobre os movimentos sociais. NEVES (2001) destaca a atuação de diversos segmentos governamentais na tentativa de impedir o surgimento de organizações ligadas aos indígenas:

Da parte do órgão oficial indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e de outros órgãos públicos, como Polícia Federal e Militares, os povos indígenas passaram a sofrer oposição às <<assembléias>> e uma repressão aberta da ditadura militar contra os esforços iniciais de formação de um movimento indígena (NEVES:2001:03).

A princípio, empenhada em desenvolver políticas que visavam oferecer avanços para a luta indigenista, dentro da perspectiva militarista, a FUNAI viu suas atividades passarem a emperrar frente as contradições de seus dirigentes e a falta de conhecimento de causa que os mesmos apresentavam. Conduzida por ministros militares, o órgão não conseguia promover avanços em relação as enormes expectativas que os povos indígenas possuíam. Como agravante, os caminhos delineados pelas políticas do governo tomavam rumos opostos aos esperados. A utilização de mecanismos de pressão frente às comunidades passou a ser um instrumento do qual o órgão governamental utilizava-se frequentemente a fim de consolidar seus objetivos.

Por sua vez, o principal anseio das populações indígenas na década de 1970 era a efetivação da demarcação das terras. A aprovação do Estatuto do Índio em 1973 consolidou esta expectativa. Porém, a FUNAI desenhava outros rumos para a questão. Preocupada em integrar os indígenas dentro do sistema produtivo, toda a política indigenista passou a ser praticada aos moldes do projeto desenvolvimentista que os militares tinham para o país.

A dificuldade no avanço das políticas indigenistas concentrava-se na falta de clareza das ações. Estas frequentemente eram alteradas mostrando a instabilidade que permeava nesse órgão, retardando a aplicação de medidas que trouxessem resultados práticos e, conseqüentemente, frustrando as expectativas que as comunidades indígenas depositavam nestas políticas.

Segundo HECK (1997) a criação do Guarda Rural Indígena (GRIN) e a intenção de oferecer aos indígenas autodefesa frente às ameaças enfrentadas no interior das comunidades, foram entre outras, medidas adotadas visando favorecer as comunidades indígenas. No caso da experiência com GRIN, chamava atenção composta pelos próprios indígenas recebia armas e treinamento; organizada a partir de uma hierarquia de poderes, seguindo os moldes das organizações militares.

A expectativa depositada na Guarda mostrou-se frustrada logo em seguida; ao contrário do esperado a insegurança aumentou, uma vez que as armas e o dinheiro que os guardas recebiam, tornaram-se sinônimo de dominação sobre os demais membros da comunidade. Alguns passaram a encarar as tarefas básicas do grupo, como a pesca e outras

atividades de sobrevivência como algo indigno; para isso pagavam outras pessoas para a execução destas tarefas, produzindo um enorme mal estar entre as comunidades.

Este projeto de defesa transformou-se num grande problema que a FUNAI teve que administrar. Pouco tempo após a criação da GRIN evidenciava-se seu fracasso pela falta de conhecimento, por parte do órgão tutor, das peculiaridades das comunidades na aplicação de projetos como este. As soluções efetivas distanciavam-se cada vez que iniciativas mal sucedidas aumentavam o descrédito do órgão em relação as comunidades. A experiência aplicada através da criação da Guarda, como várias outras, visava valorizar as aptidões naturais indígenas para o trabalho de defesa de seus grupos e do país. No entanto, estes projetos, possuíam intenções que iam além da proposta de oferecer segurança aos mesmos.

Em vários momentos foram desenvolvidas experiências, na tentativa de aproximar os indígenas do restante da sociedade nacional. Estas ações buscavam fazê-los autênticos servidores da Pátria como a proposta de inclusão e o recrutamento de jovens para as fileiras do Exército Brasileiro. Indiretamente as iniciativas visavam colocar em prática o projeto de integração indígena a sociedade majoritária.

A demarcação das terras dentro de um prazo de cinco anos, proposta pelo Estatuto do Índio, aprovado em 1973, reascendeu as esperanças de que o problema indígena seria solucionado; mais uma vez não passou de ilusão. Na medida em que os verdadeiros interesses do Estado eram expostos, a demarcação das terras representava um entrave para as próprias pretensões do governo e o projeto ia sendo protelado:

Para comprovar que de fato o Estado não tinha intenção de garantir a terra aos índios, basta verificar quais as terras que foram demarcadas: onde os índios foram atingidos por estradas ou pressionados por frentes de expansão econômica, gerando tensões e conflitos. Portanto, não havia iniciativa de cumprir o Estatuto, mas sim de possibilitar o avanço do desenvolvimento (HECK:1996:94).

Segundo Heck, era visível a falta de esforço e interesse do governo em demarcar as terras. O projeto de defesa nacional, bandeira encampada pelo exército, chocava-se frontalmente com a questão da demarcação das terras indígenas situadas em faixa de fronteira, principalmente na região Amazônica.

Para esta região, além de conflitar com a questão fronteira, a demarcação, conforme propunha o Estatuto do Índio, acentuava o conflito com os projetos governamentais de ocupação dos “vazios” demográficos do país. A demarcação de terras em região de fronteira, segundo o pensamento militar, abriria espaços para a fragmentação do território, abrindo caminho para o possível surgimento de países indígenas com territórios próprios.

Por sua vez, o projeto de emancipação indígena proposto durante a década de 1970 tendia a confirmar a linha das políticas implantadas pelo governo. O projeto colocava os mesmos em condições de igualdade com o restante da sociedade. Segundo a proposta, emancipar representava autonomia sobre as decisões que interessavam as comunidades, era a oportunidade de integrá-los a sociedade brasileira, ao processo produtivo efetivando o sonho de uma nação única e coesa.

Nesta proposta identificam-se os ideais militares mesclados com o poder político, a idéia de nação com ideais comuns, própria das organizações militares, expressa-se nos projetos governamentais. Reproduzia-se socialmente o modelo de organização militar:

... militarizam-se vários ministérios, não só porque eles passaram a ser dirigidos por generais ou coronéis, mas porque em sua política, no seus métodos ou também no estilo decisório, refletiam-se o espírito e o comportamento militares (BRIGAGÃO: Apud:HECK:1996:69).

Para o Estado a emancipação indígena, aliviaria um fardo que causava desgastes do governo em relação à opinião pública, tendo em vista os episódios negativos envolvendo funcionários da FUNAI causando mal estar e aranhando a imagem da instituição. Esta medida poderia solucionar definitivamente um sério problema que era a questão da demarcação de terras; além disso, diminuiria as divergências internas entre projetos da FUNAI e projetos desenvolvimentistas de ocupação da Amazônia propostos por alguns Ministérios do próprio governo.

As contradições nas políticas governamentais nesta área eram evidentes. Na contramão do Estatuto do Índio, que previa a demarcação das terras num prazo de cinco anos, surgiam projetos de desenvolvimento propostos ao país. Estes sinalizavam uma ocupação intensa desses territórios, com a abertura de rodovias, permissão da exploração

de riquezas naturais, estimulando a expansão das frentes agrícolas e confrontando os direitos reafirmados estatuto.

A atuação da FUNAI mostrava-se cada vez mais mediadora de conflitos abrindo mão de sua função de defesa da causa. Sua postura não era de enfrentamento ao projeto econômico cujo elemento central era utilização das riquezas naturais disponíveis nos territórios indígenas. Conseqüentemente, o órgão passou a enfrentar uma crise de identidade, gerada não apenas pelas divisões internas na condução de suas políticas, mas também na constante alteração no quadro de funcionários que enfraquecia a capacidade de implantação das ações.

Como agravante a postura de muitos funcionários comprometia a imagem do órgão; estes atuavam como representantes dos interesses dos arrendatários ou de empresas exploradoras de riquezas minerais, extrativistas, entre outras, relegando em segundo plano a defesa dos interesses das comunidades. Este modelo de política indigenista fazia com que o respaldo oferecido pela FUNAI fosse incapaz de atender a enorme demanda de apoio exigido pelos mesmos. Gradualmente, a legitimidade da FUNAI perdeu forças dentro do próprio governo. A diminuição no quadro de funcionários com conhecimento de causa e as decisões autoritárias restringiam o poder de atuação daqueles que mantinham o compromisso com a questão indígena:

Estes seguidamente eram desautorizados a certas ações, por pessoas que apresentavam conhecimento ínfimo de causa, desmoralizando cada vez mais o respaldo do órgão frente à opinião pública. Muitos funcionários que possuíam profundo engajamento histórico com a questão foram demitidos e seus lugares eram ocupados por pessoas que apresentavam pouquíssimo engajamento e interesse pela questão (DEPARIS:2003:29).

A publicação feita em uma das edições do jornal, O Porantim em 1980, ressalta esta linha política assumida pelo governo. A desestabilização do trabalho que vinha sendo executado é perceptível neste novo formato que é introduzido na FUNAI:

É incrível a FUNAI ter despedido todos os antropólogos e ter colocado coronéis e sargentos para substituí-los... Tudo isso significa uma sociedade dominada, escravizada por uma estrutura de poder cujo projeto não é dessa sociedade, não expressa seus

interesses e necessidades, expressa outros interesses... Os coronéis que estão lá são tão armados de preconceitos que tem vergonha que o Brasil tenha índio... A FUNAI é anti-rondoniana. O problema é que o coronel da FUNAI é o militar aposentado, o que está encostado, o que fracassou... (Porantim:1980:14).

A militarização acentuada da questão indígena abriu uma grande crise no órgão no decorrer da década de 1970. A rigidez adotada pelo governo acentuou a ingerência na instituição, o que levou muitos funcionários a solicitar a exoneração de seus cargos, pois não se sentiam mais à vontade para desempenhar suas funções. O despreparo e a pouca afinidade de grande parte dos novos funcionários tornaram o órgão lento e ineficaz para atender a demanda indígena, frustrando as expectativas depositadas no mesmo.

O início da década de 1980 foi marcado por um conjunto de fatos que provocaram um agravamento nas relações dos povos indígenas com a FUNAI. O despontar de políticas alternativas nascidas nas comunidades indígenas teve como contraposição o endurecimento das ações de controle por parte da direção do órgão deste período. O processo de demarcação dos territórios indígenas passou a emperrar ainda mais com a burocracia e os novos empecilhos introduzidos. A nova proposta aumentava a força dos órgãos regionais dentro do processo de demarcação das terras. Essa medida tornava o delicado trâmite das demarcações ainda mais suscetível as pressões das elites regionais, maiores interessadas no fracasso da efetivação destes territórios.

Neste período as ações repressivas acentuaram-se por parte da FUNAI. A restrição à ação de outras entidades de apoio aos indígenas passou a ser um mecanismo utilizado constantemente na tentativa de evitar que estas estimulassem alternativas de organização independentes a política assimilacionista praticada pela Funai.

Para reforçar a atuação governamental as políticas oficiais passaram a ser desenvolvidas de maneira rigorosa e com o aumento do controle do Estado sobre as mesmas, demonstrando a acentuação da crise de um modelo, gerada por conjunto de fatores próprios daquele período. HECK (1996) destaca algumas razões que apontam a crise institucional do órgão indigenista:

Uma série de razões conjunturais – transição para a democracia, após 20 anos de governos militares autoritários; eleições para presidente da República, nas quais o

Ministro do Interior, Mário Andreaza era candidato; a desmoralização dos militares, que estavam atuando diretamente na questão indígena, o esvaziamento da FUNAI - demonstraram um momento de crise do modelo indigenista militar. Ou melhor, forçou mudanças de estratégia, para não perder espaço e poder (HECK:1996:100).

As expectativas de avanços na consolidação dos direitos das populações indígenas através dos órgãos governamentais ficaram muito aquém do esperado. A esperança nascida com a criação da FUNAI pouco a pouco perdeu o entusiasmo e os 20 anos de governos militares não promoveram mudanças significativas na consolidação dos direitos indígenas. As medidas formuladas na tentativa de solucionar os problemas que historicamente degradaram esses povos lograram poucos êxitos, pois geralmente seguiam rumos adversos às expectativas manifestadas no interior de suas comunidades.

As políticas oficiais mostravam-se ineficientes diante dos anseios de transformações que as populações indígenas possuíam. Por outro lado, uma nova linha de atuação passou a ser tecida pelo trabalho desenvolvido pelas entidades de apoio a causa indígena, particularmente pelo CIMI. Este contexto deu origem a um momento singular nas lutas organizadas junto a diversas comunidades, como veremos no capítulo seguinte.

## **CAPITULO II**

### **MOVIMENTO INDÍGENA: UM CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DE POSSIBILIDADES**

Se olharmos os avanços produzidos pelo trabalho e empenho de um conjunto amplo de segmentos sociais, que assumiram a causa indígena como prioridade nas lutas sociais brasileiras vivenciadas durante os anos de maior opressão imposta pelo regime militar, teremos como somatória, importantes resultados para a afirmação dos direitos sociais desta minoria, que historicamente foi ignorada pelo projeto de nação que as elites brasileiras procuram produzir.

No entanto, os resultados do trabalho daqueles que acreditaram na possibilidade de uma vitória, ainda que ao custo do sangue e do sacrifício de inúmeras pessoas, principalmente líderes indígenas, mostrou-se vitorioso nas décadas de 1970 e 1980. Neste período os indígenas puderam mostrar ao país outra dimensão do seu modo de vida, a existência de um processo de resistência e o vislumbrar outras possibilidades para as décadas posteriores.

Obviamente como grupo minoritário, excluído historicamente da participação política, do desenvolvimento econômico e das transformações sociais do país, as importantes vitórias conquistadas estiveram distantes de preencher a lacuna deixada pelo isolamento e espoliação que as elites imprimiram aos povos nativos ao longo do período de contato.

A adoção de uma perspectiva positiva em relação ao futuro dos povos indígenas pôde ser concretizada nestas duas décadas, quando os movimentos de apoio e o emergir de novas lideranças deram as lutas indígenas uma nova conotação, invertendo o tradicional modo de pensar a questão indígena. Para que isso se efetivasse uma série de acontecimentos somaram-se gradativamente. A efetivação de uma nova agenda de

discussões, prioridades e possibilidades, articulada com outros segmentos da sociedade foi sendo desenvolvida como sinal concreto da independência em relação as políticas oficiais do Estado.

A proposta deste capítulo é apresentar os principais atores deste processo e compreender a dinâmica adotada a qual propiciou a organização do movimento indígena e sua legitimação como porta-voz das questões de interesse das comunidades.

Segundo, mostrar que o movimento indígena, não foi um fato aleatório, sem conexão com os demais acontecimentos e lutas vivenciadas pelos movimentos populares deste período. Compreender que o mesmo não nasceu como uma proposta salvadora, mas como resultado das discussões e compromissos que muitas entidades solidárias a questão assumiram, através de parcerias com as comunidades. Parcerias efetivadas na atuação de missionários, antropólogos, estudantes, pesquisadores e outros que assumiram a causa e acreditaram na possibilidade da efetivação de outro modelo de sociedade.

Obviamente as articulações foram amplas e fogem em muitos casos a compreensão, uma vez que muitas delas possivelmente nunca ficaram conhecidas por terem sido articuladas longe dos centros do poder e das decisões. Mas no interior das comunidades cumpriram seu papel, pois puderam almejar novas possibilidades para o futuro sem mesmo compreender ao certo as dimensões dos fatos vivenciados dentro deste processo.

## **2.1. Repensando atitudes**

O processo de construção do movimento indígena constituiu-se dentro de um contexto de contradições das políticas oficiais destinadas aos povos indígenas durante a década de 1970 e como resultado da mudança de mentalidade de alguns setores sociais que mantinham contato e elaboraram uma pauta de lutas conjuntas para essas. Uma sociedade marcada historicamente por uma mentalidade conservadora, pensada por uma elite que se desenvolveu a partir de uma perspectiva do capitalismo periférico, sempre negou a possibilidade de participação social, acesso aos bens materiais, culturais e a ampla participação na vida política do país por parte das minorias.

Os resultados da atuação de entidades, antropólogos, missionários e outros adeptos da causa puderam ser sentidos no decorrer dos anos quando lideranças formadas dentro das próprias comunidades gradativamente passaram a assumir o processo de representação de suas etnias. Parte significativa dos trabalhos desenvolvidos em conjunto com as comunidades indígenas visava oferecer condições para que no decorrer do processo emergissem líderes, com identidade ligada às comunidades e em condições de representá-los, quanto aos seus interesses.

A abordagem do desenrolar deste processo merece ser destacado como maneira de obter uma compreensão mais ampla das condições e dos acontecimentos vivenciados naquele período. São inúmeros os fatos que gradativamente forneceram uma bagagem de experiências enriquecedoras e favoráveis à constituição de novas perspectivas.

Estes fatos criaram uma atmosfera positiva motivando novos segmentos a adotar políticas de apoio às populações indígenas. No decorrer do processo criam-se uma teia de relações que deram consistência às lutas, tornando a organização indígena uma realidade consolidada. Como atores da elaboração das mudanças estiveram à frente do processo, antropólogos, missionários, estudantes, entidades de apoio, simpatizantes e outros segmentos, além dos próprios indígenas. Destaca-se a atuação de setores da Igreja Católica, pela inserção no interior de diversas comunidades, promovendo transformações estruturantes em suas práticas tradicionais.

O trabalho missionário desenvolvido no início da década de 1970 demonstrava-se pouco apropriado para o processo de estruturação das comunidades aonde chegava à sua atuação. Preocupadas em doutrinar as comunidades sem se atentar para processo histórico e cultural, as experiências missionárias provocavam em maior parte de suas inserções, profundas seqüelas nas estruturas internas que delineavam a organização das diversas etnias.

As críticas em relação à atuação religiosa faziam-se crescente devido às conseqüências provocadas pela imposição de padrões, que negavam a historicidade e singularidades tradicionais existente em cada povo. Neste contexto, algumas alternativas foram sendo desenhadas a partir de outros fatores que envolviam a questão indígena e que passaram a influenciar o modelo de relação estabelecido pelos contatos. No calor das discussões que buscam propostas alternativas nas relações estabelecidas entre as sociedades latino americanas, com as comunidades nativas, surgiam no início da década de 1970, algumas pistas de ação que passaram a nortear este novo momento.

A Declaração de Barbados, documento que resultou do encontro de antropólogos realizado no ano de 1971, discutiu a situação indígena na América e formulou duras críticas em relação à atuação das Missões Religiosas, do Estado e da Antropologia. Reconheceu que as práticas tradicionais utilizadas para relacionar-se com os indígenas foram as causadoras das profundas destabilizações culturais, nas quais se encontravam significativo número de etnias indígenas. O documento propunha o protagonismo indígena como alternativa viável para a constituição de uma organização social capaz de garantir os interesses próprios, que a sociedade majoritária restringia. Em sua conclusão o documento reiterava:

Reafirmamos aqui o direito que têm as populações indígenas de experimentar seus próprios sistemas de autogoverno, desenvolvimento e defesa, sem que essas experiências tenham que adaptar-se ou submeter-se aos esquemas econômicos e sociopolíticos que predominam em um determinado momento. A transformação da sociedade nacional é impossível se estas populações não sentirem que têm em suas mãos a criação do seu próprio destino (DECLARAÇÃO DE BARBADOS: APUD: SUESS: 1980:26).

Os antropólogos foram enfáticos em afirmar a necessidade de garantir a autodeterminação das comunidades indígenas, sem a qual não seria possível a construção de uma sociedade socialmente igualitária em seus direitos e justa em suas relações e no acesso aos bens naturais disponíveis. As críticas vindas do Encontro de Barbados reafirmavam em setores da Igreja a consciência de que as ações missionárias desenvolvidas entre os indígenas, necessitam urgentemente serem repensadas. São novas atitudes de respeito as particularidades, que poderão garantir a reprodução do modo peculiar de vida destes. Não seria a imposição de valores externos que não encontrava ressonância e causava desagregação social que possibilitaria condições de vida mais humanitárias.

O encontro de Assunção, realizado em 1972, resultou na elaboração final de um documento assinado pelos bispos latino-americanos o qual reflete a preocupação e o desafio posto à Igreja Católica que necessita mostrar-se compromissada no cotidiano da vida indígena. O documento inicia-se com uma autocrítica e reconhece que a Igreja foi conivente com as práticas de destruição do modo de vida tradicional dos indígenas. O trabalho histórico da Igreja é reconhecido como cooperador das práticas maléficas que

estabeleceram as relações entre dominadores e dominados, neste processo de disputa pelo poder econômico, que gera uma sociedade destruidora dos valores próprios dos grupos minoritários.

O foco de atuação necessitava ser repensado, a passividade que levava a uma atuação alheia de setores da Igreja frente a questões anti-evangélicas, como o preconceito aos valores minoritários, apresentava-se como o grande desafio a ser enfrentado. Reconhecendo a necessidade de estabelecer um franco diálogo a respeito das condições culturais indígenas, dos problemas raciais e da exploração impostas aos trabalhadores, este grupo de evangelizadores efetiva o compromisso de atuar em consonância com as necessidades daqueles que mais sofrem.

A posição em relação à autonomia indígena também passou a ser visto pelos missionários como a alternativa no processo de valorização e afirmação dos valores indígenas e tidos como fundamentais para a sobrevivência das comunidades em seus diferentes espaços que ocupam:

As Igrejas não devem temer, mas sim apoiar decididamente a formação de organizações propriamente indígenas. Além disso, com sua força moral devem empenhar-se em difundir, através dos meios de comunicação de massa, a imagem do indígena como sujeito de direitos inalienáveis (DOCUMENTO DE ASSUNÇÃO: APUD: SUESS:198:30).

Os encontros realizados em nível latino-americano, passaram a produzir resultados efetivos nos países onde a questão indígena constituía-se como desafio a ser enfrentado. A dimensão dos problemas se diferenciava pelas particularidades de cada grupo; no entanto, alguns problemas eram comuns em praticamente todos os países onde se registrava a existência de comunidades indígenas.

O reconhecimento do indígena como sujeito capaz de liderar suas próprias lutas e anseios, os quais brotavam do interior das comunidades passava gradativamente a consolidar-se como uma marca da nova relação que se constituiu nos contatos entre missionários e os grupos indígenas. Em relação à Igreja, é o reconhecimento da necessidade de mudança de postura e da valorização do potencial interno de auto-representação dos indígenas que emergem como desafios a serem assumidos. O apelo apresentado sugeria a inversão dos valores, com reconhecimento das riquezas existentes

nas culturas indígenas, questionando a imposição de práticas alheias e sem vínculo com estes povos. A postura tradicionalmente utilizada para dirigir-se aos indígenas não garantiriam uma reparação daquilo que historicamente lhes foi arrancado.

A criação do CIMI constituiu-se no marco mais importante deste processo do repensar missionário no Brasil, no entanto, isso aconteceu de forma vinculada com a Igreja latina, a qual buscava a abertura para construir uma relação mais participativa junto às comunidades socialmente menos favorecidas pelo processo de dominação implantado pelas práticas capitalistas. Em suma, a perspectiva de mudanças vividas no interior da Igreja, passou a ser compreendida por alguns religiosos como um desafio de estabelecer junto a tais comunidades uma relação diferenciada, respeitando suas particularidades e reconhecendo nestes a capacidade de gerirem seus próprios destinos a partir de suas experiências históricas.

O trabalho desenvolvido pelo CIMI, mesmo com suas limitações, constituiu-se na mais importante experiência de atuação missionária. Foi um trabalho de estímulo a valorização das potencialidades indígenas para autodeterminação e para a formulação de uma pauta de reivindicações relacionadas aos direitos.

## **2.2. Estatuto do Índio: possibilidades e esperanças**

As expectativas indígenas acentuaram-se em meados da década de 1970, para a execução do Estatuto do Índio, aprovado sob a lei de número 6,001, de 19 de setembro de 1973. Dentro de um momento sombrio, por consequência das duras práticas adotadas pelo regime militar, a aprovação do Estatuto trouxe certa euforia entre aqueles que se dedicavam à questão; por sinalizar positivamente na perspectiva da obtenção de avanços significativos para tais comunidades, principalmente no tocante ao conturbado processo histórico que envolvia a demarcação das terras.

Estas expectativas eram justificadas, uma vez que importantes direitos, que há décadas se faziam presente na pauta de reivindicação dos indígenas e simpatizantes que atuavam em favor da causa, passavam a ser oficializados na forma da lei. O art. 6º afirmava:

Serão respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum (ESTATUTO DO ÍNDIO: 1973:02).

Este artigo sinalizava a possibilidade de maior autonomia entre os indígenas. Teoricamente, apontava condições para a efetivação da sonhada autonomia em relação as mais variadas dimensões culturais próprias de cada povo. As práticas tradicionais presentes nessas comunidades vislumbravam a possibilidade de poder se reproduzir. Ao garantir o direito a posse definitiva de suas terras pertencente aos indígenas apontava-se também para soluções definitivas em relação aos históricos conflitos gerados pelo contato com a sociedade nacional.

As conquistas asseguradas em Lei, abriam caminhos para uma nova fase de atuação das lideranças que apoiavam e organizavam o movimento reivindicatório. Os passos subseqüentes passavam a ser a efetivação na prática dos direitos assegurados pelo Estatuto. É dentro desta nova conjuntura que muitos foram levados a atuar cobrando posicionamento das autoridades responsáveis e estabelecendo contatos com lideranças que pouco a pouco emergiram entre os indígenas. A necessidade de uma articulação capaz de mostrar que os indígenas estavam dispostos a lutar pela garantia de seus direitos ganhava força, na medida em que se tornava compreensível que o reconhecimento dos direitos exigia uma organização que cobra-se do poder competente a implantação concreta da conquista garantida em lei.

Esta conscientização da necessidade de unir forças entre algumas comunidades indígenas amadureceu, e a aplicação do Estatuto possivelmente tenha sido um dos germes fundamentais, que resultaria no sentimento coletivo da importância da ampliação das forças para a firmação dos direitos. O mais polêmico tema, fonte de inúmeros problemas de enfrentamento entre indígenas e outros setores da sociedade estava relacionado às disputas territoriais. A aprovação do Estatuto sinalizava para um desfecho positivo, uma vez que o processo de demarcação das terras deveria acontecer dentro de um prazo limite.

A organização e a pressão eram vistos como instrumentos imprescindíveis para a concretização desta ação. Afinal, um governo marcado por contradições e pouca agilidade, quando os interesses em jogo eram os direitos das classes populares, dificilmente se

esforçaria para enfrentar uma questão polêmica e conflituosa como esta. Esta perspectiva de conscientizar os povos indígenas para a importância de promover ações que demonstrassem a necessidade de solucionar a questão foi o grande estímulo por parte dos simpatizantes a fim de intensificar as articulações junto às comunidades.

Objetivamente a grande preocupação estava na forma como se protagonizava os projetos de avanços econômicos que vinham executados sob a argumentação da necessidade de desenvolver o país. A política de desenvolvimento proposta pelo governo voltava-se para a ocupação de regiões do país com baixa densidade populacional, entre os quais estavam os territórios tradicionalmente habitados pelas comunidades indígenas.

Os rumos internos que tomavam as políticas governamentais, no período pós aprovação do Estatuto do Índio, contrariavam todas as expectativas de efetivação das políticas de demarcação de terras, melhorias na saúde, educação e cultura como propunha o documento. Os direitos assegurados contrariavam os interesses do latifúndio, das elites locais e do próprio governo que trabalhava na perspectiva de um projeto de nação distante daquele almejado pelos indígenas.

Os anos seguintes foram marcados por um sentimento de expectativa e frustração. Aos poucos o Estatuto entrou num processo de dormência; as ações vindas do governo que visam promover o desenvolvimento do país não eram as desejadas pelos povos indígenas. A demarcação das terras poderia interromper projetos desenvolvimentistas que necessitavam abrir novos caminhos rumo aos locais mais distantes do país na busca de explorar as riquezas naturais presente nestas regiões.

Passados alguns anos percebeu-se a falta de esforço vindo do governo no sentido de não priorizar ações que trouxessem soluções duradouras em relação aos povos indígenas. Os avanços previstos pelo Estatuto não passaram de letra morta, pois na prática o mesmo não possuía respaldo, como instrumento que pudesse viabilizar soluções concretas. A frustração mais visível fazia-se notório na questão relacionada com a demarcação dos territórios. A legislação previa um prazo de cinco anos para a efetivação desta conquista. No entanto as questões envolvendo demarcações tornaram-se estritamente contraditórias, além de não ser visível os esforços governamentais para a concretização deste direito.

Vale ressaltar que o Estatuto, embora oferecesse uma perspectiva de avanço, apresentava ainda uma visão acentuada de tutela, mostrando a preocupação de exercer o

controle sobre os indígenas, mantendo estes dependentes das políticas indígenas propostas pelo órgão governamental responsável.

### **2.3. Y Juca Pirama: a afirmação de um novo modelo missionário**

A militância de setores Igreja Católica representada por um grupo de membros que assumiram o desafio de atuar de maneira mais ousada, passou a ser efetivada quando um grupo de Bispos publicou o documento chamado “*Y Juca Pirama*” – *Aquele que deve morrer*”. O conteúdo do documento criticava as condições sociais enfrentada pelos indígenas, causadas pela falta de perspectivas e pela inércia das políticas oficiais desenvolvidas junto a estes.

A Funai, órgão responsável pela execução das políticas oficiais, foi duramente criticada pela incapacidade de se impor e garantir seu espaço dentro da estrutura política governamental. Sua atuação era extremamente limitada, dependente dos projetos desenvolvimentistas implantados pelo governo, os quais, na maioria dos casos, afrontavam os interesses indígenas, principalmente aqueles relacionados com a luta pela terra.

A falta de políticas claras, elaboradas independentemente dos projetos governamentais colocavam a Funai, numa situação de submissão, sem força dentro do governo para elaborar uma proposta capaz de oferecer possibilidades concretas de mudanças para as condições fragilizadas que assolavam e ameaçavam a sobrevivência dos diversos grupos indígenas.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado no período era questionado por não levar em consideração as condições sociais de pobreza e sofrimento que se abatia sobre a população brasileira:

“Os dirigentes políticos brasileiros, no afã do “desenvolvimento”, promovem os interesses econômicos de grupos internacionais e de uma minoria de brasileiros a eles integradas. Só podem fazer e de fato só fazem uma política economista, sobrepondo o produto aos produtores, a renda nacional à capacidade aquisitiva da população, o lucro ao trabalho, a afirmação da grandeza nacional à vida dos brasileiros, a pretensão de hegemonia sobre a América Latina ao crescimento harmônico do Continente (CNBB: 1973: 08).

O projeto macro econômico que se pretendia implantar no continente americano no qual o Brasil dedicava todos os esforços para assumir a liderança, era um projeto completamente desalinhado com as necessidades da grande maioria da população. Os interesses hegemônicos não respeitam as dificuldades da população; ao contrário, agravavam ainda mais a condição de pobreza, uma vez que o Estado colocava-se a serviço do capital financeiro sem medir as conseqüências negativas que o avanço deste produzia em diversos setores da sociedade.

Ainda que indiretamente a crítica reportava-se ao comportamento do Estado que se tornou cada vez mais submisso à exploração imposta pelo grande capital; enquanto isso, os trabalhadores e minorias sociais caminhavam para uma condição de sujeição mais acentuada imposta pelas regras do avanço econômico liderado pelas grandes empresas multinacionais.

As comunidades indígenas foram vítimas diretas deste processo. As riquezas econômicas e culturais, bens inalienáveis destes povos, eram usurpadas em nome do desenvolvimento econômico. A desestabilização da organização interna das comunidades provocadas pela abertura de estradas, pela exploração de madeira e minérios em territórios tradicionais, ameaçava diretamente a existência destes povos que foram enfraquecidos pelas transformações que alteraram seu modo de vida. O documento Y Juca Pirama reafirmava:

Todos percebem que, com uma mentalidade e programa assim desenvolvimentistas que tem presente “somente o rendimento econômico, caminharemos fatalmente para a extinção total das populações indígenas, por mais belas que sejam as nossas intenções, estatutos e leis”...As palavras progresso e desenvolvimento seguem de escudo para a destruição do ambiente natural brasileiro e para o extermínio dos indígenas...(CNBB:1973:09).

As críticas ao modelo de desenvolvimento ganharam corpo em diversos setores da sociedade. As organizações civis, a imprensa e demais entidades que desenvolviam trabalhos junto as camadas populares, adotaram uma postura de maior enfrentamento ao

modelo social que além de não respeitar a diversidade indígena, ampliava a frágil situação em que essas se encontravam.

A falta de um órgão que atuasse a partir de uma política incisiva foi o principal fator que promoveu a reação de alguns setores sociais que passam a liderar uma postura mais clara em defesa dos povos indígenas. Dentro de uma realidade em que os problemas relacionados aos indígenas avolumavam-se, não era aceitável que a Funai, atuasse de forma retraída como se a responsabilidade em não fosse dela.

Os interesses do projeto governamental estavam sobrepostos aos anseios que envolviam as minorias. Nesta concepção as melhorias sociais deveriam ser alcançadas pela inserção ao modelo de desenvolvimento, entendido como mecanismo capaz de promover *avanços*, que solucionassem os problemas que as afligiam. Todo o contexto que envolveu a incapacidade da Funai para apresentar políticas eficientes é tido como consequência da adoção de um modelo global de desenvolvimento que não possuiu consonância com o processo histórico e com as particularidades indígenas. Portanto, uma perspectiva de desenvolvimento que explorava radicalmente os recursos naturais e que desintegrava as relações cotidianas, não vislumbra outro futuro a não ser a destruição total daquilo que restava ao fragilizado projeto de resistência:

Se apresentarmos aqui a atual política indigenista como causa mais próxima da situação em que vivem (ou morrem) nossos índios, temos clara consciência de que a CAUSA real e verdadeira está na própria formulação global da política do “modelo brasileiro”. E se dizemos que é necessário modificar profundamente a política da FUNAI, afirmamos que isto somente será possível com uma modificação radical da política brasileira. Sem esta modificação global, não poderá a FUNAI ou outro organismo passar dos limites de um assistencialismo barato e farisaico aos condenados à morte, para camuflar o inconfessado apoio aos grandes proprietários e exploradores das riquezas nacionais (CNBB:1973,10).

Novamente o documento apontava para formulação global da política implantada no país como o grande vilão que impõe restrições dificultando a sobrevivência dos grupos sociais que não se integram ao modelo de desenvolvimento proposto. A reformulação do órgão responsável pela política indigenista do país não faziam sentido se as linhas gerais de ação do governo caminham num rumo contrário. Fazia-se necessário uma nova

mentalidade que construísse outros horizontes, novas perspectivas de vida para os indígenas, caso contrário, qualquer tentativa de mudança interna da Funai não merecia crédito.

O objetivo do documento, publicado pela CNBB, não se restringia a apontar falhas na política econômica e indigenista. Pretendia promover uma reflexão que ajudasse a encontrar soluções eficazes de transformação da realidade vivenciada. As críticas surgiam de vários setores da sociedade, mas a apresentação de propostas alternativas deveria acompanhar os questionamentos expostos, para que não fossem críticas meramente vazias. Este é o caráter do documento, propor uma nova dimensão relacionada as práticas utilizadas pelo trabalho missionário, o qual deveria inverter a postura tradicional partindo das experiências internas, valorizando a vida comunitária, para construir uma relação diferenciada dos padrões tradicionais de contato. Alinhado com esta proposta evangélica, o documento propunha o respeito e a valorização das especificidades da cultura indígena, reafirmando que o reconhecimento dos seus direitos era fundamental, particularmente ao direito que estes possuíam de gerir seus próprios destinos:

A única atitude válida será respeitá-los como povos e, num diálogo real e positivo, progredirmos juntos com a humanidade. Qualquer tipo de intervenção que vise ensinar-lhes costumes e padrões de nossa cultura será ou dominação direta ou caridade farisaica. Só um diálogo assentado no reconhecimento de seus valores e direitos será autêntico e positivo par os dois lados (CNBB:1973:14).

O respeito àquilo que é próprio da cultura em todas suas dimensões possivelmente seja o principal avanço dentro de uma nova mentalidade que emerge em torno da questão. A imposição de padrões de organização social vindas externamente não contribui para o estabelecimento de um diálogo que possibilita a troca de experiências e a valorização do diferente. Culturas diferenciadas podiam caminhar juntas, mas para que isso se tornasse realidade era fundamental o respeito ao outro e as suas possibilidades de enaltecer a valorização das qualidades humana.

#### **2.4.As Assembléias Regionais do CIMI**

O período posterior à criação do CIMI teve como fator importante a estruturação da entidade. Este processo passou desde o apaziguamento das disputas e diferenças

internas sobre divergências nas propostas de atuação, até a elaboração de uma pauta de trabalho norteadora das atividades desenvolvidas nas comunidades entre as quais o órgão possuía inserção.

O grupo missionário, com características voltadas para uma forma de atuação com uma perspectiva mais humanitária e encarnada na realidade circundante dos indígenas, ganhou espaços e se consolidou. Sua marca passou a ser impressa na forma como se convencionou articular o trabalho de apoio e de organização junto às comunidades. Com uma metodologia de valorização das características próprias dos grupos o CIMI, abriu possibilidades de efetivação das propostas de autodeterminação indígena, dentro de uma perspectiva surgida das discussões que emergiam em diversos campos da sociedade latina americana.

Dentre os primeiros trabalhos de maior vulto que passam a ser desenvolvidos destacam-se as assembléias regionais. Estas se constituíram no fórum mais importante de discussão e busca de alternativas viáveis para a superação da condição de exclusão que infligia a vida de milhares de pessoas:

As assembléias indígenas não devem ser pensadas simplesmente como um mecanismo de organização política importado do mundo dos não-índios, mas sim parte de um processo de formação de uma nova tradição política entre os povos indígenas, fundada a partir de uma consciência coletiva da situação de contato. Elas serviram para socializar os índios na nova comunidade política criada com o movimento pan-indígena (MATOS: 1997:214).

Realizadas periodicamente de dois em dois anos, as primeiras assembléias desempenharam um papel importante na medida em que deram uma conotação regionalizada dos problemas mais evidentes. As discussões extrapolaram as limitações das comunidades e ganham maior densidade quando passaram a ser entendidas como problemas conjuntos, encontrar soluções dependia da elaboração de ações coletivas. Os problemas mapeados passaram a ser socializados e compreendidos como questões que necessitavam de articulação ampliada para poder ganhar a opinião pública e a atenção das autoridades responsáveis.

Um novo momento surgiu, uma nova conjuntura com perspectivas diferenciadas estavam sendo vivenciadas. As assembleias propiciavam uma visão mais ampla da luta indígena, aproximando diferentes situações dentro de uma conjuntura comum. Tomou-se consciência do processo histórico e das possibilidades postas a esses dentro desta realidade que passo a passo foi cristalizando o movimento indígena.

Os desafios a serem enfrentados foram se tornando mais claros e pouco a pouco uma pauta de reivindicações e prioridades foram sendo elaboradas, dando significado e sentido a existência das assembleias e posteriormente a organização coletiva. A postura de maior proximidade entre a Igreja e as comunidades indígenas estabeleceu uma nova relação no processo de pensar alternativas possíveis e concretas, que trouxessem outras perspectivas para o futuro indígena.

Segundo MATOS (1997), depois de um período razoável de debates e busca de alternativas, as assembleias eram realizadas buscando a efetivação de um modelo nacional de movimento indígena, entendido como modelo ideal a ser atingido. Para a concretização do mesmo, diretrizes objetivas eram tiradas visando orientar a atuação dos líderes:

Os líderes eram orientados para atuar em uma esfera nacional, tanto com relação à política indígena, como também com a relação à política do Estado brasileiro. A experiência pan-indígena nessas assembleias foi fundamental para a criação, posteriormente, da União das Nações Indígenas, uma organização que pretendia representar nacionalmente os índios do Brasil (MATOS:1997:224-225).

Este encaminhamento deu respaldo aos líderes indígenas que gradativamente assumiram o movimento. As reivindicações passaram a ser instrumentos concretos que apresentavam à sociedade as comunidades indígenas como parte ativa, capazes de promover a auto gestão e não meros grupos que necessitavam da intervenção externa para solucionar problemas. A defesa da autodeterminação tornou-se uma das bandeiras de luta, sinalizando para a sociedade e para os órgãos competentes a necessidade de enfrentar concretamente os problemas que se arrastavam a gerações. Contudo, a construção deste processo enfrentou um caminho extremamente controverso. A luta pela autodeterminação e pela afirmação da identidade indígena fez emergir uma realidade marcada pela pluralidade de comunidades com características diferenciadas.

Se por um lado esta pluralidade apresentava-se como uma grande riqueza, diferenciando os indígenas das experiências vividas pelos demais grupos sociais, por outro, trazia em seu interior a dificuldade de unir o diferente em torno de um projeto alternativo conjunto. Para EVANGELISTA (2004) a experiência de cada comunidade era singular, esta condição dificultava propostas mais amplas, uma vez que as condições e, em certos casos as necessidades reais de cada grupo, eram extremamente diferentes:

A dificuldade de construção de uma identidade coletiva única no movimento indígena se apresenta devido a múltiplos fatores: a diversidade cultural entre os vários povos existentes; a diversidade na construção de cosmovisões (compreensão do mundo, relação com a natureza e o sobrenatural) e as diferenças históricas das situações de contato com a sociedade envolvente provocando diferentes posições políticas. (EVANGELISTA:2004:36).

As assembleias indígenas defrontavam-se com esta realidade, na prática elas buscavam dirimir as diferenças mais visíveis, procurando a partir das idéias consensuais elaborar um projeto que mostrasse as comunidades a importância da organização e da demarcação de espaços no processo de luta social pelos seus direitos.

A tentativa de envolver a sociedade brasileira através das discussões sobre os temas pertinentes envolvendo a situação das comunidades indígenas, era um instrumento importante para mobilizar a sociedade sobre a questão. As dificuldades e as potencialidades indígenas apontavam, de um lado, os grandes problemas comuns; por outro lado, alertava para a necessidade de valorização das riquezas internas, proporcionando perspectivas futuras para a sobrevivência das comunidades.

A primeira assembleia apontou como diretriz a necessidade de elencar e fazer o enfrentamento às questões mais críticas. No entanto, o problema relacionado a demarcação das terras era entendido como prioridade a ser defendida. O desafio colocado estava na elaboração de roteiro de atividades que envolvesse a identificação, medições das áreas reivindicadas e o posterior encaminhamento junto à Funai. Desta forma seria possível cobrar uma ação mais efetiva e colher os resultados práticos.

As temáticas das assembleias realizadas nos anos seguintes reiteravam a linha de atuação da defesa dos direitos e valores indígenas a partir de uma perspectiva de inversão

do modo tradicional de atuação dos missionários. As propostas e encaminhamentos reafirmavam a valorização interna das comunidades, estimulavam iniciativas desenvolvidas no interior destas, reforçando a luta conjunta, uma vez que os problemas demonstravam-se semelhantes nas diversas comunidades.

Uma evangelização inculturada, a qual promovesse as condições necessárias para o despertar de um processo de autodeterminação, apresentava-se como a linha mestra deste trabalho. No entanto, para a concretização da mesma, tornava-se imprescindível a organização, pois não seria possível autodeterminação sem a garantia do direito a terra, a educação e a manutenção dos valores culturais.

A relação histórica das comunidades indígenas com a terra é vista como um ponto de partida importante a fim de que seja efetivado este conjunto de conquistas. Reconhece-se que o êxito das ações propostas nesta relação CIMI e indígenas, dependiam diretamente da compreensão dos missionários sobre a visão diferenciada que estes possuíam em relação a terra. Para tanto, era essencial que a atuação missionária se despisse da visão tradicional e adotasse um comportamento baseado no comportamento na convivência endógena das comunidades. A posse da terra deveria ser entendida dentro de uma perspectiva ampla, como sendo um espaço sagrado carregado pelo simbolismo e por representar a base da sobrevivência. O documento da terceira assembléia regional chamava atenção para a necessidade deste olhar desarmado de preconceitos, os quais estavam fortemente presentes na sociedade não índia:

Os missionários devem crescer na consciência inclusive teológica, de que a terra é o “chão cultural” do índio e educar nesta consciência a população envolvente, a fim de superar a ideologia capitalista da terra como “ocupada”, produtiva (SUESS:1980:85).

O direito a posse da terra como valor fundamental para a vida da comunidade foi reforçado, no entendimento de que qualquer discussão relacionada aos indígenas não poderia ser feita fora da discussão da importância desta. Toda a história indígena se construiu tendo como base a relação com a terra; a reafirmação deste valor significava o ponto de partida para as discussões sobre os direitos indígenas.

Outros aliados vão somando-se ao processo de luta gradativamente. A imprensa alternativa que ganhou espaço dentro de um contexto social conturbado, marcado por proibições e restrições de liberdade, adquire importância, principalmente como veículo de interlocução entre os indígenas. Foi *O Porantim*, jornal editado sobre a responsabilidade do CIMI outro instrumento importante no sentido de divulgar e ampliar uma visão social mais crítica em relação às condições vividas pelos indígenas. O trabalho desenvolvido por este modelo de imprensa que buscava desconstruir a tradicional prática de valorização dos grandes fatos em detrimento do esquecimento cotidiano das minorias, vem ao encontro das necessidades postas. A conquista de novas formas de interação entre os grupos sociais com menor poder econômico, possibilitou a eles uma maior projeção e conseqüentemente um respeito maior de seu modo de organização. VIEIRA (2000) destaca o papel desempenhado pela imprensa alternativa:

A comunicação alternativa ou os meios de comunicação alternativa, em geral, questionam o status quo, tendo em vista contribuir para que haja uma mudança social que venha a beneficiar o grande número de “marginalizados” do processo social, sobretudo em nosso país. Assim, a comunicação alternativa tem um público específico, estreitamente ligado ao conteúdo por ela transmitido numa sintonia quase direta; o receptor deste tipo de comunicação é alguém predisposto a assimilar e concretizar a mensagem veiculada através dos meios específicos (VIEIRA: 2000:26).

A dificuldade de ocupar espaço na mídia tradicional detentora dos mecanismos de inserção mais ampla, justamente com a coibição imposta a esta e o ufanismo propagado pela imprensa oficial, atribuía um papel fundamental às edições publicadas pela imprensa alternativa. Mostrar a imagem do indígena dentro de uma conjuntura a qual perpassava a visão romântica que a sociedade mantinha significava um desafio a todos os setores da sociedade simpatizantes a causa. Sua imagem não era mais entrevista como elemento passivo da ação externa, mas como indivíduo atuante, conhecedor e defensor de seus direitos. A ênfase dada ao indígena como sujeito histórico fazia do jornal um importante veículo de informação e cooperação.

Como parte de um instrumento de alicerçamento das políticas missionárias, *O Porantim* representou uma ferramenta de ligação entre o trabalho missionário e as comunidades onde a atuação era exercida. Era o espaço onde indígena e os missionários

veiculavam opiniões, propostas, expunham seus ideais de luta e fortaleciam o sentimento de atuação social. Dentro de um processo global de organização e da criação de possibilidades a imprensa alternativa desempenhou sua função de importante organizadora desta nova rede de integração que se constituiu gradativamente.

Por sua vez a aproximação entre as comunidades foi incentivada através da realização das assembléias, como forma de aumentar a capacidade de luta e articulação por parte dos indígenas. Esta aproximação pressupunha um aumento na solidariedade coletiva, maior interação com os problemas, uns dos outros. As dificuldades que afetavam as comunidades de forma particular passam a ser entendidos, em certo sentido, como problemas coletivos. As assembléias desenvolvem esta concepção de comunidade imaginária, na medida em que as lideranças assumem as questões e se propõe a lutar em busca de soluções coletivas.

## **2.5.O indígena e a cidadania**

A ocupação dos espaços sociais que propiciam a um determinado grupo maior ou menor participação na vida ativa da sociedade, configurou-se em uma das principais marcas que motivaram a organização e atuação em busca da consolidação do objeto almejado. A sociedade brasileira, particularmente em seus setores dominantes, historicamente se mostrou fechada quanto as possibilidades de reconhecer e inserir os grupos minoritários que destoam do ritmo social que os segmentos privilegiados tendem a impor.

Este tem sido um fator preponderante, que levou ao longo da história a proposição de medidas que visavam consolidar uma marca capaz de representar uniformemente a sociedade brasileira. As elites e seus representantes tidos como intelectuais, dedicaram esforços a fim de vislumbrar esta sociedade com características uniformes, com traços que perpassassem a mistura miscigenal, imprimindo a mesma, diversas características que atendessem seus interesses.

Esta mentalidade conservadora, fechada ao diferente, serviu historicamente para impedir a inserção dos povos indígenas dentro de um processo de construção do Brasil nação. Afinal o diferente, em particular o indígena, nunca foi entendido como qualidade, mas sim como uma característica de inferiorização em relação à sociedade majoritária. Como agravante a diversidade étnica, que compõe o universo indígena tem sido entendido como característica de dispersão, dificultando qualquer projeto de nação coesa. Para MACHADO (1994) a dinâmica interna das comunidades indígenas segue modelos que atribuem outra dimensão a organização social, diferente dos modelos de organização tradicional:

Os Povos Indígenas, em suas formas originais de organização, seguem as mais variadas formações, mas que podem, no seu conjunto, ser identificadas dentro de modelos genericamente denominados “holistas”. Por modelos “holistas” se entendem sistemas sociais que constroem sua identidade privilegiando a noção do “todo” sobre a “partes”, e um “todo” que se constitui como a combinação das “partes” em torno de princípios de reciprocidade e hierarquia. Essa noção tem por objetivo o contraste com os diferentes modelos ‘individualistas’ dos Estados-Nações modernos, tal como foi elaborada por Dumont(1980). Um Povo Indígena não se concebe assim como uma sociedade contratual entre indivíduos, o que coloca uma nova problemática para se pensar as novas configurações das relações entre os Estados-Nações e as novas formas de autonomia dos Povos Indígenas (MACHADO:1994,03).

O processo de efetivação da autonomia sonhado por estes povos passava necessariamente pelo respeito ao diferente. Autonomia não significava apenas se reconhecer diferente, mas, ter a possibilidade real de conviver com o diferente respeitando aquilo que é próprio e singular em cada grupo. Neste sentido, a organização e reivindicação de seus direitos eram prioridades a serem efetivadas, pois entendia-se que se não houvesse a garantia dos direitos a diferença, não haveria autonomia que possibilitasse gerir os próprios caminhos.

Em contraposição ao processo de hegemonização defendido por setores da sociedade nacional os povos indígenas atuaram historicamente dentro de uma dinâmica de resistência, lutando contra o extermínio, reivindicando seus espaços e reafirmando a importância da diversidade cultural. Esta diversidade se configura como um símbolo da alteridade indígena, enriquecida pelas experiências próprias de cada comunidade. A

vocação ao pluralismo é inerente a estes povos. RAMOS (1990) reafirma esta tendência própria dentre os indígenas:

Em contraste com sociedades nacionais como a brasileira, que tem insistido na negação das diferenças, mesmo que seja preciso eliminá-las por decreto e transformá-las à sua própria imagem, os povos indígenas têm demonstrado uma vocação para o pluralismo e para a aceitação da diversidade cultural, o que não quer dizer ausência de estereótipos, antagonismos e conflitos (RAMOS:1990,04).

Portanto, nessas comunidades a luta em torno da consolidação de uma pauta mínima de direitos a serem assegurados legalmente e consolidados nas práticas cotidianas, passava necessariamente pelo reconhecimento das diferenças internas. A concretização da cidadania dentro do processo de organização que pouco a pouco ganhou consciência entre os indígenas percorreu um caminho que somou ganhos importantes. Durante o período de articulação dos movimentos surgidos a partir das experiências concretas pelas quais passaram os grupos indígenas brasileiros, realizou-se uma gama de experiências significativas, proporcionando o acúmulo de importantes conquistas.

A importância da inclusão do indígena como cidadão e seu reconhecimento pela sociedade nacional, assumem outra dimensão na medida em que as lideranças e a conjuntura de apoio aos mesmos expõem suas condições e particularidades. Por um lado, estava a condição de miserabilidade enfrentada por muitas comunidades, por outro, um mundo pouco conhecido detentor de um patrimônio de riquezas sociais e culturais significativa na composição de uma sociedade pluriétnica.

Os primeiros sinais de reversão destas condições, paulatinamente aconteceram nos enfrentamentos feitos às propostas governamentais que pretendiam emancipar, dividir terras de forma individualizada e outras medidas que historicamente não estavam em consonância com a vida e a história indígena. A cidadania somente poderia ser concretizada se o amparo legal ao conjunto de reivindicações fosse assegurado. A luta pela terra, educação e saúde, por exemplo, necessitava ser discutida dentro de um espaço social relevante, no qual ações concretas pudessem fluir a partir de decisões sociais e políticas.

Visando assegurar o avanço que se construiu em torno de uma proposta de efetivação da cidadania, a participação em fóruns que até então não fazia parte do

cotidiano indígena, ampliou a dimensão dos debates. O deslocamento de membros das comunidades até os centros das decisões, desenvolveu a conscientização da necessidade de expor externamente as questões que até então se restringiam aos círculos de debates próprios dos indígenas.

A imagem exótica, deslocada de grande parte da sociedade, ganhou outra dimensão; configurou-se como a de alguém, que antes de possuir marca de maldade ou bondade, possuía anseios, problemas, qualidades, defeitos, etc... É o indígena real, concreto, que se mostra à sociedade nacional como parte desta, buscando desta o reconhecimento dos espaços que lhe fora negado no processo de contato. Dito de outro modo, os indígenas elaboraram uma nova dimensão, um novo enfoque, invertendo o procedimento que durante séculos utilizaram como tentativa de fundir a diversidade na formação de uma nação única. RAMOS (1999) enfatizou:

Tanto o índio de carne e osso como a imagem ou imagens que dele se tem feito sempre foram ingredientes fundamentais para a construção da nação Brasil. O de carne e osso deu sangue e vida para que o açúcar adoçasse os paladares europeus e enchesse os cofres da Coroa Portuguesa; para erigir o que se tornaria o centro industrial e financeiro do país, a cidade de São Paulo; para que missionários ambiciosos semeassem em solo brasileiro uma das fés mais sanguinárias da história da humanidade (RAMOS:1999:12).

É na luta pela desvinculação do processo que durante séculos foi posto como desafio a políticos, religiosos, pensadores, indianistas e a outros que imbuídos de intenções diversas pretenderam apresentar soluções ou mesmo impuseram práticas de desumanização às etnias indígenas. A organização independente que desafiava, mas ao mesmo tempo motivava a construção de um novo momento no conturbado capítulo da história brasileira, representava a integração indígena à sociedade nacional através de outras alternativas.

O rompimento com a postura política que insistia em exigir da parte dos indígenas sua incorporação à sociedade dominante, começou a ser efetivada pela demonstração de que a organização interna proposta pelo movimento, possuía a capacidade de tornar-se um espaço de luta pela defesa do diferente e pela inclusão do indígena dentro do processo de discussões importantes para o país.

## 2.6.Outras entidades indígenas

A dimensão territorial brasileira, associada a diversidade étnica, além de outras características próprias dos diferentes grupos, fizeram do momento de organização interna indígena um painel diversificado de atores, instituições, grupos de apoio, ONGs e outras formas de representação nas quais estavam em pauta a discussão relativas as questões indígenas.

Associado ao processo de expansão da organização alternativa, que se constituía desvinculada do poder governamental, o período compreendido entre as décadas de 1970 até meados da década de 1980, caracterizou-se pela organização e articulação de organismos de apoio às lutas indígenas. As relações mantidas por estas entidades com as comunidades indígenas incorporavam uma diversidade de projetos que propunham desde a politização das lideranças para ocupação dos espaços políticos até a preservação de certas características particulares das comunidades, as quais eram negadas pelas atitudes de dominação implantadas pela sociedade não indígena.

No conjunto as perspectivas das entidades de apoio apontavam caminhos de superação e principalmente de elaboração de uma pauta de medidas que fossem implantadas possibilitando a organização e a efetivação da cidadania indígena. O trabalho de mobilização desenvolvido pela Comissão Pró Índio somado a atuação missionária do CIMI, além de entidades como a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), Centro de Documentação e Informação Indígena (CEDI), entre outras, conduziam discussões propositivas no sentido de reiterar o apoio na elaboração de uma pauta de propostas efetivas, relacionadas a defesa dos direitos indígenas.

Algumas das organizações obtiveram êxito em seu trabalho, no entanto, outras, por questões que internamente dificultaram a efetivação das propostas de trabalho pouco contribuíram efetivamente para estabelecer uma nova ordem no processo de estruturação dos povos que se propunham defender. No entanto, as particularidades, característica própria de cada etnia indígena possivelmente tenham sido um fator de dificuldade na efetivação de alguns projetos. Algumas entidades não tinham a confiança das comunidades e desta forma não eram reconhecidas como parceiras indígenas. Estes laços geralmente passavam a existir depois de um longo período de atuação, resultado de esforços e

sensibilidade para compreender as necessidades mais explícitas da comunidade. Caso estes laços não se efetivassem as experiências geralmente eram frustradas. Por outro lado, a atuação destas entidades foi imprescindível para o êxito do processo vivenciado naquele período, principalmente pela organização de informações que hoje servem de base para trabalhos de pesquisa produzidos sobre o tema.

E preciso afirmar, sobretudo, que o sentido principal da existência destas entidades esteve diretamente ligado às reações políticas governamentais que propunham implantar projetos, que ameaçavam o futuro dos grupos étnicos indígenas brasileiros. Medidas como a emancipação e posteriormente a estadualização da legislação foram interpretadas pelas entidades de apoio e defesa, como projetos de fragilização ainda maior das comunidades indígenas. O êxito, ou pelo menos, a sobrevivência destas entidades de apoio esteve fundamentado no apoio constituído a partir do estreitamento de laços destas entidades com outros setores sociais que desenvolviam atividades ligadas ao indigenismo.

Segundo MATTOS (1997) a articulação destas entidades através da Secretaria Executiva das Entidades de Apoio à Luta Indígena foi fator decisivo para que houvesse prosperidade em várias ações desenvolvidas nas regiões onde as entidades atuavam. O papel de mediadora exercido pela Secretaria possibilitava que as experiências produzidas por qualquer uma das entidades pudessem servir de apoio e em alguns casos de referência para a implementação de novas formas de luta. A divulgação impressa das informações agilizava os contatos e motivava a continuidade de trabalhos que produziam efeitos positivos em diversas comunidades.

Atuando paralelamente ao trabalho da Secretaria Executiva, outras formas de apoio também auxiliavam na execução dos projetos desenvolvidos por estas entidades. Alguns parlamentares adotaram a questão e passaram a exercer seus mandatos em sintonia com os acontecimentos do período. Esta sintonia contribuiu para ampliar a interlocução das lideranças indígenas, na medida aumentavam o apoio logístico permitindo maior contato entre lideranças e membros das entidades. Em 1982, durante o curto ciclo da existência deste modelo de organização, os resultados deste trabalho, começavam a fluir. A organização indígena vivenciou um importante fato: a eleição do líder indígena Mário Juruna para a Câmara dos Deputados.

O trabalho das ONGs foram exitosos em alguns momentos, fracassaram em outras, mas produziram um sentimento, possivelmente jamais experimentado na história

recente envolvendo as relações interétnicas. Para RAMOS (1993) este trabalho promoveu a universalização de fatores particulares de muitas comunidades:

Tradutores da linguagem do universalismo para o idioma da cidadania, as ONGs injetam no indigenismo não só recursos materiais, mas uma retórica libertária facilmente dirigível pelos índios envolvidos no movimento pan-indígena. Não foram poucas as vocações político-civis despertadas entre os índios pelo ímpeto humanista das ONGs. Sem dúvida elas imprimiram o timbre característico da voz universalista no campo indigenista dos direitos humanos, ainda que com pouca virtuosidade para modulações e uma perceptível tendência ao purismo moral (RAMOS:1993:144).

O papel central desempenhado pelas entidades denominadas ONGs foi justamente o de propiciar condições para a humanização dos direitos, humanização que perpassou a comunidade e ganhou ressonância dentro de uma conjuntura ampliada. Através da promoção do contato entre o diferente, estes se tornaram *iguais* na medida em que passaram a tomar consciência das condições semelhantes em que estavam submetidos. Mesmo dentro da diferença, esta consciência possibilitou o despertar para a importância da cidadania e da auto-representação como direitos essenciais e possíveis de serem estendidos a todos.

Com maior ou menor capacidade de organização, estas entidades estenderam sua atuação, durante este período, em praticamente todo o país onde havia a presença indígena. Algumas expandiram sua organização nacionalmente, como a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) e a Comissão Pró-Índio (CPI) que mantiveram durante certo período a atuação em diversos Estados. Outras atuaram com ênfase mais regionalizada, por motivações próprias, como a necessidade maior exigida por algumas comunidades, ou mesmo, a dificuldade financeira de ampliar a atuação.

A Comissão Pró-Índio, fundada em 20 de outubro de 1978, reunindo antropólogos, professores, advogados, médicos, entre outros, desenvolveu um dos trabalhos mais consistentes do período, junto aos indígenas brasileiros. Sediada em São Paulo, a mesma deteve uma capacidade de articulação extremamente abrangente durante a década de 1980. Sua atuação se deu dentro de um contexto similar as iniciativas do movimento indígena que despertava em diversas regiões do país.

Importante frente de atuação da Comissão Pró-Índio, foi sua ênfase nos trabalhos voltados para ampliar as iniciativas de atuação junto aos indígenas. Foi este o principal foco de sua atuação logo após a fundação da entidade. Ainda em 1979, a realização de um encontro para debater as questões voltadas para a educação indígena, reuniu mais de cinquenta educadores, indigenistas, missionários, antropólogos, sociólogos, lingüistas, médicos e juristas para propor iniciativas voltadas ao tema. Essas questões diziam respeito à filosofia da Educação Indígena, pedagogia e problemas práticos e políticos enfrentados pelos educadores.

Esta iniciativa se demonstrou inovadora, pois até então, os trabalhos de educação indígena vinham apenas de algumas experiências realizadas individualmente, por particulares. Em 1981, a CPI-SP publicou o livro *A Questão da Educação Indígena*, sob a coordenação de Aracy Lopes da Silva, contendo um resumo geral dos relatórios dos grupos temáticos deste Encontro, além de uma série de relatos e experiências de educadores, atuantes em aldeias de todo o Brasil.

A força desta entidade foi demonstrada na sua capacidade de mobilização, quando esta promoveu um seminário para discutir assuntos pertinentes às questões indígenas. Com ênfase na proposta de apoio a autodeterminação, o evento organizado pela CPI-SP foi um dos mais bem sucedidos daquele período. Realizado entre 26 e 30 de março de 1981, no Mosteiro dos Dominicanos, em São Paulo, reuniu representantes de 32 povos indígenas vindos de 17 estados, além de 33 entidades de apoio à causa indígena.

Esta estrutura e suas condições de promover importantes ações em favor das questões de interesse das comunidades, legitimaram a CPI, como uma parceira do movimento indígena. Em documento circular assinada pelos líderes Álvaro Fernandes Sampaio e Ailton Krenak, estes destacam a importância para as atividades da UNI, do apoio recebido da Comissão Pró-Índio:

A UNI deve muito ao Trabalho e ao assessoramento da Comissão Pró-Índio de São Paulo, porque tivemos que utilizar o espaço físico e os materiais de escritório, inclusive o telefone, por que junto com as outras entidades espalhadas pelo Brasil, a UNI nunca teve espaço de trabalho (Circular UNI:S/N:1985:03).

Estas duas lideranças particularmente mantinham uma proximidade bastante acentuada com a organização. Costumeiramente, participavam das atividades promovidas pela entidade e recebiam da mesma o apoio para desenvolver seus trabalhos. Este apoio era reconhecido como essencial para que pudessem exercer seus trabalhos de forma mais ampla, junto as comunidades distantes dos centros maiores.

Outras entidades atuaram regionalmente, geralmente com objetivos específicos, como a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), a Operação Anchieta (OPAN), Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI), Centro de Documentação e Informação (CEDI), Comitê de Defesa da Amazônia (CDA). Suas atividades eram voltadas para algum aspecto de interesse dos grupos indígenas com os quais mantinham contato. Possuíam capacidade notória de mobilização em torno de temas que afetavam a organização cotidiana das comunidades.

Como já mencionado, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), sediado em Brasília, desenvolveu um leque de ações bastante amplo. Atuou organizado em regionais, com forte presença junto às comunidades. Posicionou-se abertamente em defesa das questões pertinentes as comunidades e como outras entidades sofreu perseguição em consequência de suas posições. Além destas, diversas outras entidades com este formato característico, deram importante contribuição para as comunidades indígenas, apoiando o conjunto de lutas vividas no período.

Para MATOS (1997), o alinhamento com a Secretaria Executiva permitia as entidades o encaminhamento com maior agilidade das propostas e sugestões, bem como, apontar novas alternativas visando organizar e fornecer subsídios para o avanço das questões de interesse indígena.

Na realidade a atuação dessas entidades passou a redimensionar a relação indígenas e Estado. Alguns movimentos sociais mais combativos as políticas governamentais, passaram a mudar as estratégias no decorrer da década de 1980. Surgia então, uma nova configuração, onde muitas entidades passaram a atuar como catalisadoras de reivindicações e executores de projetos em parceria com o governo.

Ao longo dos anos 80 os movimentos sociais que se formaram vendo o Estado como inimigo passam a vê-lo como parceiro. Aos grupos organizados em instituições não

cabia agora apenas ser instrumento de reivindicações, teriam também que propor e executar ações, tendo o estado como interlocutor (EVANGELISTA:2004,46).

Os movimentos sociais com atuações mais amplas cederam espaços para a organização mais específica junto aos setores sociais menos privilegiados. A busca da execução de projetos que trouxesse melhoria nas condições de vida configurou este novo momento, o qual ganhou espaço na sociedade, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988.

## **2.7. As lideranças indígenas**

Como consequência da dinâmica de valorização interna das comunidades indígenas este novo momento propiciou o despertar de pessoas que saíram do anonimato atuando em espaços políticos em diversos níveis. Alguns exerceram seus papéis de liderança restritos as comunidades de origem, outros, romperam os espaços geográficos e ganharam as páginas da mídia nacional e internacional.

Participando de encontros, reivindicando soluções aos problemas enfrentados junto às autoridades, motivando as comunidades para importância da organização, as lideranças serviram de ponte entre os anseios das comunidades e os órgãos governamentais:

Alguns fatores internos e também externos as comunidades indígenas, aliados aos simpatizantes da questão passam a moldar uma nova mentalidade indígena. O surgimento de lideranças significativas, com capacidade de projetar para fora das comunidades e mostrar a sociedade os problemas vivenciados pelas populações indígenas, construíram junto a sociedade nacional uma outra visão, mostrando que a tutela aplicada sobre as comunidades havia se tornado obsoleta (DEPARIS:2003:35).

O papel principal destas lideranças destacou-se na medida em que eles davam visibilidade as questões relativas aos indígenas. Atuando com persistência, estes foram se firmando como interlocutores das comunidades, representantes legítimos dentro de uma experiência inovadora produzida pelo indigenismo brasileiro. É importante enfatizar que as lideranças emergentes resultaram de um trabalho que vinha sendo construído durante um período em que a questão indígena ocupava maiores espaços nas pautas de discussões. Também os direitos das camadas sociais que eram relegados à margem do processo de desenvolvimento proposto para o país, passavam a ser inclusos nas propostas de transformações sociais defendidas pelos segmentos organizados.

O movimento indígena, fruto de uma conjuntura ampla de participação de diversos segmentos sociais, representava uma vitória também do trabalho missionário. As lideranças que ganhavam espaços na sociedade possuíam uma história de ligação bastante próxima a este. Ao longo da história este se demonstrou contraditório quanto ao resultado de sua atuação. Muitas experiências mostraram-se catastróficas, no entanto, outras práticas contribuíram para a resistência cultural e o desenvolvimento de ações as quais se constituíram em importantes passos no processo de sobrevivência das comunidades indígenas.

Os trabalhos voltados para a educação, foram fundamentais, uma vez que muitos líderes obtiveram formação em colégios religiosos ou com apoio destes através de bolsas de estudo. Conforme destacou MATOS (1997) a trajetória das lideranças indígenas demonstra este perfil de formação bastante próximo as atividades religiosas desenvolvidas nas comunidades, ainda que muitas lideranças adotassem posteriormente posturas críticas em relação aos trabalhos missionários.

No entanto, em menor ou maior grau a presença do trabalho missionário, também influenciou diretamente na construção de uma perspectiva que buscava a valorização do indígena e suas particularidades no processo de formação da cultura brasileira. A exposição desta postura junto à mídia propiciou a alguns líderes momentos de glória, porém, em outras situações diversos fracassos marcaram essas trajetórias. Como já mencionado, o êxito destas lideranças esteve diretamente ligado a capacidade ocupação dos espaços possíveis, junto a sociedade não índia e principalmente nas articulações conjuntas com os segmentos sociais de apoio.

Para muitos, os líderes foram heróis, para outros, figuraram como vilões, por percorrer caminhos contrários aos seus interesses de setores da sociedade majoritária. Isso ocorreu porque desafiaram a ordem da dominação material imposta por pessoas ou grupos que impunham suas próprias regras como forma de reafirmar o domínio econômico. Alguns sacrificaram suas próprias vidas em nome do ideal que se propuseram defender.

As características destas lideranças eram bastante diversificadas, seu espaço de atuação também variava de acordo com as condições das comunidades e da possibilidade de contato com outros grupos. A articulação com setores da sociedade com maior capacidade de oferecer visibilidade a atuação como representantes das questões relacionadas aos indígenas, estimulava o surgimento de lideranças que se engajavam, conforme destacou GOMES (1991):

Em diversas capitais do país surgiram outras lideranças indígenas públicas no bojo dos acontecimentos da década de 70. Muitas são localizadas e se restringem as causas concretas dos seus povos. Diversas apareceram com tanta força pessoal que, nas lutas que travaram contra forças contrárias; os latifundiários, interesses madeireiros e garimpeiros, acabaram sacrificando suas próprias vidas. Angelo Cretã, cacique Kaingang de Mangueirinha Paraná; Marçal Tupa'i, líder Kaiowa do Mato Grosso do Sul, Simão Bororo, do Meruri, Mato Grosso; Mateus e Alcides Lopes, ambos de Guajajara, do Maranhão, e outros mais, foram assassinados por motivos políticos e agora fazem parte do rol dos heróis da causa indígena (GOMES:1991:214).

A pressão exercida pelos setores dominantes que agiram impiedosamente em várias situações, assassinando pessoas ligadas a atuação em favor dos povos indígenas, demonstra como as lideranças populares foram tratadas ao longo da história recente do país. Os assassinatos citados representam apenas uma amostra ao tratamento dado a muitos outros que foram mortos no anonimato de suas comunidades; que mesmo não ganhando as páginas dos noticiários, a atuação destas lideranças não deixou de ser importante, tendo em vista os serviços prestados junto aos seus representados. Como consequência destas atuações, estes não ficaram imunes às preferências da imprensa, outros, expuseram excessivamente seus anseios pessoais de ganhar notoriedade junto a opinião pública, cedendo aos cortejos de uma sociedade que cultua seus ídolos.

Se por um lado a ocupação de espaços na mídia poderia desvirtuar o sentido da liderança indígena, por outro, constituiu-se em oportunidade de demonstrar à sociedade nacional a existência dos indígenas como seres concretos, enfrentando inúmeros problemas; sendo que parte destes foi em consequência das relações estabelecidas durante o contato com a sociedade não índia. O nível de ocupação dos espaços sociais por parte destas lideranças variou segundo a localização do grupo, o histórico de relacionamento com a sociedade não índia e principalmente na capacidade de apropriação das relações construídas com a sociedade externa.

Dentre as lideranças de maior destaque estiveram Mário Juruna, Álvaro Fernandes Sampaio (Tukano), Marçal de Souza, Ailton Krenak, Marcos Terena e Domingos Veríssimo Marcos, que junto a várias outras lideranças desempenharam papéis que ganharam visibilidade no processo de articulação do movimento indígena brasileiro. A atuação destes líderes teve papel diferenciado tendo em vista as condições peculiares de cada um. Alguns atuaram buscando articulações mais amplas envolvendo diferentes grupos; outros exerceram a função de articuladores regionalizados, na medida em que não possuíam um leque de influência capaz de mobilizar um conjunto maior de comunidades.

O exercício da representatividade proporcionou aos indígenas a experiência de conviver com a visão de dois mundos distintos; as particularidades de suas comunidades e o agitado mundo dos *não índios*. Isso possibilitou a compreensão das dificuldades do *mundo externo* em aceitar o modo de vida indígena e a resistência em reconhecer a diversidade como fator positivo. MATOS (1997) interpretou da seguinte forma esta condição dual das lideranças:

No entanto, sua relação com esses dois mundos pode ser interpretada, não como dual, mas sim como uma experiência de interface que serviu de sustentação para o surgimento desse tipo de líder. Ou seja, um tipo de liderança cuja base não está, diretamente, ligada à organização política tradicional das sociedades indígenas e nem, diretamente, à estrutura de poder da sociedade nacional. Mas sim, à sua interface. E por ter essa característica, os líderes do movimento pan-indígena transitam por mundos que seguem regras específicas para se organizarem enquanto sociedade (MATOS:1997:322-323).

As condições sociais que propiciaram o surgimento deste modelo de liderança produziram formas de organização que fugiu, aos tradicionais moldes que historicamente revelou ser a representação indígena. Estas características próprias, conseqüências das experiências vivenciadas, deram uma dinâmica singular, a qual dificulta a compreensão mais detalhada das bases sobre as quais se assentou a organização.

O modelo de liderança causou momentos de intensa disputa interna, fator negativo em determinados momentos na medida em que gerava falta de consenso diante de algumas questões. A disputa pelos holofotes e pelas páginas de destaque nos órgãos de imprensa deu ao movimento, em certos momentos, um caráter de disputas por interesses particulares, em que foram relegadas a segundo plano questões mais amplas de interesse das comunidades.

Dentre os exemplos destacam-se as disputas em torno do controle da União das Nações Indígenas (UNI), em que entre outros fatores o desentendimento entre os principais líderes provocou inúmeras dificuldades de agregação e ampliação de um trabalho que vinha sendo construído conjuntamente.

Em meio as crises e problemas que foram surgindo neste processo de autodeterminação das comunidades, as lideranças cumpriram uma importante função de apresentar à sociedade brasileira a imagem do indígena real, diferenciado da imagem romântica que tradicionalmente o país conhecia. Esta nova concepção que passou a ser efetivada pelo movimento indígena possibilitou durante a década de 1980 a inserção deste dentro da pauta de prioridades a serem discutidas no contexto das possibilidades da elaboração de uma nova Constituição para o país.

A apresentação do indígena inserido num contexto social, em que a existência e a resistência ainda se faziam em condições de profundas precariedades, foi resultado, em parte do trabalho das lideranças. A sociedade tomou conhecimento não mais de um indígena genérico, como sempre se produzido a sua imagem, mas como um indígena, concreto, imerso num conjunto de dificuldades e possibilidades. De um lado ficou exposta a precariedade em que viviam, de outro, apresentou-se uma dimensão, até então, pouca conhecida, a riqueza de sua diversidade cultural.

Para RAMOS (1999) este momento do indigenismo contrapôs para a sociedade o indígena de *carne e osso* com indígena *idealizado*, sendo este último utilizado ao longo da história para incluí-lo ou excluí-lo do projeto de nação segundo os interesses das classes

dominantes. A visão romântica construída perpassava séculos, principalmente nos centros urbanos mais afastados da vivência real das comunidades. O contato mais amplo com a sociedade nacional possibilitou a desmistificação desta visão ao apresentar à sociedade um indígena, que não queria servir apenas como instrumento de produção de riqueza ou parte da *imagem de nação*, mas exigia reconhecimento de sua autenticidade como cidadão e parte atuante da sociedade nacional.

No próximo capítulo, discutiremos as alternativas desenvolvidas na década de 1980, momento em que o movimento indígena, ganhou forma mais global e ampliou as discussões em torno do modelo de representatividade valorizando sua atuação.

A União das Nações Indígenas (UNI), tema que abordaremos a seguir foi parte do desdobramento destas discussões das experiências que foram se consolidando no decorrer dos acontecimentos. Parte de um momento frutífero das lutas sociais brasileiras esta se constituiu como uma ferramenta de organização que pretendia aglutinar as diferentes experiências que vinham sendo desenvolvidas em âmbito regionalizado.

São os caminhos e embates que se desdobraram a partir da criação desta entidade que analisaremos no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO III**

### **UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS (UNI) – A PROPOSTA DE UNIFICAÇÃO DAS LUTAS**

Este capítulo tem por objetivo discutir o processo de fundação e constituição da União das Nações Indígenas (UNI). Como discutimos nos capítulos anteriores, as décadas que precederam este fato constituíram-se em um momento de grande importância para as comunidades indígenas, na medida em que as mesmas trouxeram para o centro das grandes discussões nacionais suas angústias e perspectivas em torno da efetivação de seus direitos.

O debate no início da década de 1980, ganhava força em contraposição aos projetos impopulares que ocupavam as pautas de discussões do governo. No interior destes debates, novas alternativas iam sendo articuladas, como ações que projetavam o trabalho de articulação que ganhava espaços no interior das comunidades indígenas.

Dentro deste cenário de movimentação indígena discute-se e se constrói a União das Nações Indígenas (UNI). A motivação era um fator importante e notável nas comunidades que participavam mais ativamente do debate em torno das questões indígenas. Obviamente que inúmeras dificuldades também estavam postas, frente à peculiaridade que envolvia a diferenciação interna dos indígenas brasileiros. Mas foi no processo de disputa interna e externa que se delineou os caminhos a serem adotados pela UNI. Ganhar a confiança interna e o respeito da sociedade externa tornou-se fundamental para poder constituir-se em um movimento com capacidade de representação efetiva.

Guiados pelos embates em torno das necessidades vigentes das comunidades, as lideranças indígenas protagonizaram um importante momento da história motivados pela possibilidade concreta de organizar um movimento capaz de fazer o enfrentamento, valorizando os interesses indígenas de forma autônoma e sintonizada com seus anseios.

Ao aproximar grupos diferentes com necessidades simultâneas a UNI tornou-se o símbolo de um período de experiências feita de ações concretas, capaz de aproximar grupos diferentes com necessidades semelhantes. Assim a proposta deste capítulo é percorrer os caminhos feitos pela UNI e discutir o papel e a contribuição dessa organização no processo de defesa dos direitos indígenas na década de 1980.

### **3.1. O Seminário de Estudos Indígenas de Mato Grosso do Sul**

A proposta de realização de um seminário articulado nacionalmente para debater as questões relativas aos indígenas foi o principal evento que movimentou as partes envolvidas na discussão de seus problemas. Enquanto estes pressionavam para ampliar os direitos e efetivar conquistas obtidas na década anterior, os órgãos governamentais adotavam medidas de diminuição da participação do Estado nas questões polêmicas de defesa dos interesses destes povos. Com um processo de mobilização, buscando o envolvimento de todos os setores interessados na questão, a preparação do encontro ganhou repercussão na mídia de Mato Grosso do Sul e de outros Estados. No entanto, o contexto que antecedeu a realização do Seminário teceu as diretrizes que deu os rumos da realização deste encontro.

Marcado por um clima de tensão envolvendo indígenas, entidades e governo, a preparação deste Seminário, abria possibilidades, mesmo contrariando alguns setores sociais, para um dos mais importantes debates envolvendo diversas etnias que se uniram para buscar saídas para os problemas vivenciados no período.

Realizado em comemoração da Semana do Índio, entre os dias 17 e 20 de abril de 1980, o Seminário reuniu em Campo Grande – Mato Grosso do Sul – representantes de 15 etnias. Concentradas em sua maior parte nas regiões Centro Oeste e Sul, as comunidades trouxeram consigo uma série de questões para serem debatidas, questões estas, que serviram como parâmetro para a adoção dos encaminhamentos ao final do encontro. Nos quatro dias de debate nos quais se diagnosticou a realidade econômica, social e cultural em que se encontravam as comunidades, discutiu-se também a forma de representação adotada

principalmente pela Funai, a qual dispensava aos indígenas um tratamento em que os mesmos eram vistos como súditos e não como seus representados.

A iniciativa de realização deste Seminário partiu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), do Governo Estadual e da FUNAI. Os dois últimos mostravam todo o interesse em conduzir a realização do encontro pois viam a necessidade de efetivar na prática ações que pretendiam adotar. No entanto, estavam cautelosos, pois as propostas de emancipação e estadualização das responsabilidades oficiais direcionadas aos indígenas, poderiam provocar desgaste da imagem destas instituições frente a sociedade.

A intenção era assumir os debates e nortear medidas que viabilizasse a implantação destes projetos que foram gestados no interior dos governos. O engodo a ser enfrentado era a forma de implantar estas medidas sem causar indignação e reação social. Neste sentido, era de interesse dos órgãos governamentais a condução dos debates e o enfraquecimento da participação dos indígenas no Seminário. Tais estratégias supunham evitar discussões mais calorosas que causassem polêmica e fortalecimento da representação indígena.

As lideranças indígenas e entidades de apoio, com destaque para o trabalho do CIMI, percebendo as intenções dos promotores do Seminário, anteciparam as discussões e, articulando as comunidades, buscaram alternativas para enfraquecer o plano do governo. Esta articulação demonstrou-se bem sucedida; os indígenas angariaram um número significativo de comunidades, que participaram ativamente, assumindo desta forma a condução do Seminário, conduzindo os debates dentro de uma perspectiva que viesse atender as suas expectativas bem como a das entidades de apoio.

A presença de significativo número de etnias, de setores da sociedade simpatizantes às lutas indígenas, tais como, estudantes universitários, intelectuais militantes da causa indígena e da imprensa de várias regiões do país demonstraram o êxito de tal acontecimento:

A presença de várias entidades de apoio e de pessoas simpatizantes da causa fez deste acontecimento um marco importante na história da organização dos povos indígenas. Envolvendo uma programação ampla, com momentos culturais que apresentavam a vida e as lutas dos índios, explanações de importantes membros da sociedade civil com um passado de envolvimento com a vida destes povos e, a participação ativa nos trabalhos

de líderes dos próprios índios, fez deste encontro um grande momento de reflexão sobre o tema (DEPARIS:2003:53).

A participação de simpatizantes manteve-se no campo do apoio, na medida em que as discussões foram deixadas para os indígenas, estes conduzirem o processo do encontro que lhes pertencia. Os debates conduzidos pelos apoiadores concentraram-se no questionamento da conjuntura vigente em relação às políticas oficiais que foram implantadas gradativamente.

As reflexões e debates mostraram aos participantes uma radiografia da situação vivenciada pelas comunidades indígenas, fortalecendo um sentimento comum de que a resistência destes, frente ao processo de dominação imposto por setores da sociedade nacional, precisava ser reforçada com a retomada cultural e histórica a fim de ampliar a conscientização e a organização. Os mais diversos temas que abarcavam as reivindicações foram debatidos e propostos encaminhamentos que pudessem resultar em soluções concretas os mesmos.

As explanações feitas pelos líderes indígenas, concentraram-se em torno da apresentação das condições de abandono que estavam submetidas as comunidades, problemas estes agravados pela ineficácia dos trabalhos desenvolvidos pela FUNAI. Segundo os líderes, as políticas de apoio e proteção, limitavam-se a imposição de propostas desarticuladas com a necessidade vigente enfrentada pelas comunidades.

O processo de demarcação das terras mostrava-se extremamente lento, pois faltava vontade política para enfrentar os entraves regionais que imperavam o avanço desta ação. A falta de investimentos voltados às áreas da saúde, educação, melhorias nas estradas, era agravada pelo desvio de recursos destinados a atender necessidades básicas das comunidades; além disso, havia a submissão imposta aos indígenas por parte dos responsáveis pelos postos de comando da Funai, junto às reservas. Este diagnóstico apontava os problemas que se arrastavam sem soluções concretas no interior das comunidades.

As situações de conflitos que atentavam contra a vida daqueles que habitam áreas litigiosas, foram destacadas como um dos problemas mais urgentes a serem enfrentados. Estes casos necessitavam de ações imediatas que pudessem solucioná-los. Muitos líderes criticaram a atuação dos membros da FUNAI; segundo eles, funcionários instigavam

disputas internas nas aldeias, tirando proveito e obtendo benefícios próprios nestes contextos. Tiburcio Francisco, líder Terena, mencionou o despreparo e o desinteresse dos representantes da Funai em relação as questões que afetavam as comunidades:

Também nós queremos falar um pouco sobre a responsabilidade, é necessário, que se responsável direto pelas áreas, chefe dos postos ou respectivo titular das unidades, isto – Delegados Regionais e os demais escalões, sejam verdade conhecedores, tenham necessário sensibilidade a problemática indígena, tal forma ou orientar adequadamente essa comunidade indígena no processo desenvolvimentista. O que se verifica atualmente é o total desconhecimento do problema do índio, e o seu sentimento, consequência despreparo por parte das nossas atuais dirigentes o que é incoerente e políticas da assimilação harmoniosas gradativa do índio cultura da civilizadora (RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO DE ESTUDOS INDIGENISTAS:1980:05).

Para Marçal de Souza, líder Guarani, o trabalho desenvolvido pela FUNAI estava muito distante das necessidades das comunidades; as reivindicações nem sempre chegavam até as instâncias com poder de decisão. O “*Encarregado*”, que deveria ser o porta-voz dos indígenas, por ser o responsável pelo encaminhamento e pela busca de solução para os problemas, geralmente se eximia de suas atribuições. Ao contrário, costumava barrar o deslocamento dos indígenas até as delegacias, impedindo-os de fazer denúncias e reivindicar soluções concretas relativas aos seus direitos.

As circunstâncias conflituosas, aliada a falta de políticas claras que apontassem soluções duradouras, geravam no interior das comunidades extremo desconforto não contribuindo para a viabilização de alternativas que promovessem mudanças estruturantes. Marcadas pela dependência e falta de perspectivas, as reservas indígenas encontravam-se em processo de dormência sem vislumbrar um futuro melhor para seus membros. Os interesses imediatos, angariados por grupos das próprias comunidades, aliados as posturas pouco engajadas dos responsáveis pelos postos indígenas, em nada contribuía para o avanço das políticas indígenas num contexto mais amplo.

Neste sentido, a realização de um Seminário para debater as questões indígenas, segundo os líderes, constituía-se num importante fórum de apresentação para à sociedade de uma realidade pouco conhecida, que se mantinha velada pelas atitudes de acobertamento dos problemas, geralmente adotadas pelos responsáveis das comunidades.

Segundo alguns líderes, o acúmulo de experiências, consequência da organização e da resistência indígena permitia que os próprios indígenas levassem as reivindicações às autoridades competentes, promovendo um processo organizado de defesa dos direitos. Esta era a concepção de Marçal de Souza:

Condenem esse simpósio que quiser, mas nós queremos reunir todo o povo indígena do Brasil, porque nós temos o direito, nós somos um povo, somos uma nação. Fomos forte no passado, porque então não levamos nós mesmos o nosso problema, a quem é de direito, a quem é responsáveis por nós, é o encarregado quem vai falar por nós, o encarregado administrativo vai mexer com a papelada, com a manipulação da administração, mas não entenderá o índio em pessoa física do índio, nunca ele jamais entenderá o problema, a ferida, a doença (RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO DE ESTUDOS INDIGENISTAS:1980:13).

A posição das lideranças mostrava que havia maturidade dos representantes indígenas em relação ao processo de auto-representação. Particularmente o estágio de desenvolvimento da conscientização possibilitava vislumbrar outro futuro, feito de práticas inovadoras diferentemente daquilo que se havia experimentado ao longo dos séculos em relação à questão.

As exposições feitas pelas lideranças apresentavam uma realidade que rompia a visão romântica do indígena, com a qual sociedade estava acostumada a olhar. Relatos denunciavam a agressão física contra os indígenas por parte das autoridades, bem como iniciativas de violência no interior das mesmas; estas informações desmistificavam a idéia de que os espaços indígenas estavam livres dos problemas tradicionais recorrentes no restante da sociedade.

O crescimento da violência segundo relato das lideranças estava diretamente ligado ao grau de contato que a comunidade estabeleceu com a sociedade não indígena. Os números eram ainda maiores quando se tratava das aldeias próximas das cidades, a exemplo da reserva situada próximo de Dourados-MS. Outros relatos chamavam a atenção para a questão da violência ligada ao exercício do poder no interior das comunidades. O líder utiliza-se de mecanismos violentos para fazer valer seus interesses e impor sua autoridade sobre o grupo, reclamavam vários indígenas.

Comum era o fato de utilizar a intimidação como instrumento para evitar denúncias relacionadas ao abuso de poder e autoridade, esta prática marcava as relações cotidianas das comunidades. Esta realidade associada a ausência da Funai, a qual atuava geralmente em parceria com estas lideranças, favorecia a impunidade e o abuso de poder.

Mário Juruna, coordenador de parte das atividades do referido Seminário, destacou em vários momentos o abandono em que se encontravam vários grupos indígenas. A falta de compromisso do órgão responsável, somando-se as ações contraditórias de pessoas ligadas ao indigenismo prejudicava a luta indígena daqueles que se prestava a desenvolver um trabalho coerente em favor dos povos indígenas. Este conclamou os participantes, especialmente os universitários, a engajarem-se no processo de resistência indígena, afirmando que mesmo com todos os sofrimentos estes continuariam a luta pela sobrevivência.

O momento destinado às falas dos membros das comunidades indígenas, possibilitou por parte das lideranças uma explanação simples, mas de forma esclarecedora sobre as condições vivenciadas. As falas reafirmaram uma realidade já elucidada, de que praticamente as mesmas dificuldades se repetiam nas diferentes regiões diferentes. Em sua fala, Marçal de Souza conclamou os presentes:

Caros amigos, para terminar a nossa intenção e a intenção do Mário Juruna, é que o povo indígena brasileiro se organize. Tenhamos o direito de organizar, aproveitar aqueles elemento que amam os seus irmãos. Quer a sobrevivência do seu povo, da sua raça, que aqueles que são responsáveis por nós, nos dê a liberdade. Tenha a liberdade de se sentar com os caciques indígenas de todo o Brasil em congresso e simpósio, em seminário, quem quer que seja, para discutir juntos, porque não adianta dizer ao doutor que está doendo o corte que está no pé. O doutor pode dar remédio, de acordo com a minha queixa, mas a dor ele não está sentindo, dor ele não sente. O nosso caso, jamais um branco entenderá. O sofrimento moral, espiritual do Índio, é nós mesmo estamos diante dessa impossibilidade dos branco sentir nosso problema, o problema do Índio (RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO DE ESTUDOS INDIGENISTAS:1980:14-15).

As demais entidades de apoio presentes no evento participaram ativamente das atividades desenvolvidas durante esta semana. Representantes destas entidades civis

engajadas na luta indígena foram aos poucos ajudando a lapidar a proposta levantada por Mário Juruna: a criação de uma entidade que aglutinasse a organização das comunidades indígenas.

Os indigenistas, Carmem Junqueira, Fernando Altenfelder, Jane Galvão, Beatriz Buschinelli e Darcy Ribeiro, entre outros participantes, criticaram duramente os projetos federais como, por exemplo, as propostas de emancipação e estadualização das políticas indígenas. Por outro lado, reforçaram o descontentamento com as práticas abusivas de alguns funcionários da FUNAI, tipificando o descaso com que historicamente o governo marcou o tratamento dispensado pelo Estado em relação aos povos indígenas.

As declarações dos indigenistas foram unânimes ao apoiar a proposta da criação de uma entidade indígena que se encarregasse de representar as comunidades no processo de luta. A construção de uma pauta que pudesse defender as reais necessidades vivenciadas pelos povos indígenas, tornava-se imprescindível naquele momento.

Em uma de suas intervenções, Darcy Ribeiro, posicionou-se publicamente favorável a proposta de criação de uma entidade representativa,

Eu acho que é muito importante a idéia de se criar uma Associação indígena, a idéia que eu tenho disso e que eu tenho repetido muitas vezes, é a seguinte: Só os Índios podem salvar, os índios. Não há FUNAI, não há ANAÍ, não há ninguém. Só os índios, os índios são capazes de assumir o comando de si mesmo, o Auto Governo, tratar os funcionários que estão lá nas aldeias, para dar ajuda, como alguém que está para dar ajuda, como alguém que está para dar ajuda, não aquele seu papaizinho, para ser chefinho (RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO DE ESTUDOS INDIGENISTAS:1980: 03).

A proposta foi praticamente consensual entre os participantes do Seminário, pois havia um amplo entendimento que o momento era oportuno para assumir novos desafios. A atuação incisiva das diversas lideranças propiciou o acúmulo de importantes conhecimentos, os quais poderiam, naquele momento, fortalecer a iniciativa de assumir a auto-representação. A maturidade e a tomada de consciência das questões pertinentes aos povos indígenas possibilitavam aos seus líderes a condução das reivindicações de seu povo.

No dia 19 de abril de 1980, por ocasião do encerramento das atividades comemorativas da Semana do Índio, depois de diversos debates, questionamentos e disputas, decidiu-se pela criação de uma entidade que passaria a representar os interesses das comunidades indígenas. Esta seria composta somente por indígenas, porém estava aberta para dialogar e receber apoio de outras pessoas ou entidades. Domingos Veríssimo Marcos, que viria a ser o primeiro presidente provisório da União das Nações Indígenas, se posicionou da seguinte forma sobre a criação da entidade:

A fundação da União das Nações Indígenas, pois, é resultado da consciência que os grupos indígenas têm da realidade em que vivem e, diretamente, do sentimento de solidariedade e de unidade resultantes dos sofrimentos que cada irmão apresentou em seus depoimentos durante o primeiro Seminário de Estudos Indigenistas de Mato Grosso do Sul. A nossa luta é para a conquista de nossos direitos e o respeito a eles, para obtermos condições mínimas de sobrevivência como pessoas e como povos autônomos, íntegros (UNI, SÍNTESE DAS ATIVIDADES:1980:01).

A compreensão da importância da organização é vista como fator fundamental para enfrentar os desafios que historicamente abateram as comunidades e desestabilizaram práticas próprias dos indígenas, transformando a organização comunitária e o modo peculiar de compreensão do mundo. A afirmação mais profunda na expressão do líder indígena está justamente em compreender o sofrimento indígena como instrumento de desenvolvimento da solidariedade no interior das comunidades.

Segundo relatório final do Seminário, a proposta foi apresentada e aprovada pelos representantes das comunidades que se faziam presentes. Posteriormente, as etnias ali representadas foram convidadas a integrar a comissão responsável pela organização e regulamentação da nova entidade, reunindo 15 representantes das diversas etnias denominados na ocasião de “Comissão Formada para a Irmandade Indígena. Este nome, Irmandade Indígena surgiu como sugestão do antropólogo Darcy Ribeiro, mas a decisão sobre os caminhos que entidade deveria adotar inclusive a nomenclatura, ficou sob responsabilidade das lideranças indígenas.

Em retribuição ao apoio recebido de setores da sociedade brasileira presente no Seminário, os indígenas, especificamente a Comissão representativa da nova entidade, escolheu Darcy Ribeiro, Carmem Junqueira e Fernando Altenfelder como padrinhos da

mesma. Os mesmos atuavam como apoiadores diretos da organização desempenhando um papel importante no sentido de auxiliar o processo de luta tendo em vista a experiência que acumulavam. Este ato marcou o início de um processo mais amplo de organização alternativa nascido das discussões apresentadas pelas comunidades indígenas.

### **3.2. A estruturação da UNI e ocupação de espaços internos pelas lideranças**

No encerramento do Seminário Sul Mato-Grossense de Estudos Indigenistas, ocorrido em 19-04-1980, a comissão responsável por elaborar as linhas gerais de funcionamento da nova entidade, reuniu-se, sob a coordenação de Mario Juruna. A finalidade era discutir os primeiros encaminhamentos a ser adotados com o objetivo de fortalecer as decisões tomadas no Seminário. Estava aberto um novo espaço de debates e encaminhamentos das questões relacionadas às lutas indígenas no Brasil.

Entre os principais desafios postos, estava a agilização dos encaminhamentos que visavam legitimar, ocupar espaços, obter credibilidade e buscar visibilidade para a entidade, com o objetivo de avançar dentro das perspectivas positivas que as lutas indígenas vivenciavam no período. Os líderes das 15 etnias, indicados para representar seus povos na composição da entidade, voltaram a reunir-se nos dias 7 e 8 de junho de 1980, onde trataram questões práticas que pudessem iniciar o funcionamento legal e a constituição oficial da entidade. Elaborar uma proposta de trabalho que viesse a nortear as atividades desenvolvidas pela entidade era o principal desafio a ser vencido, na intenção de não cair no esquecimento às decisões do Seminário.

Estes ratificaram a importância do apoio dos indigenistas, pois entendiam que os mesmos eram fundamentais pelo trabalho que desenvolviam e pelo compromisso que demonstravam no fortalecimento da proposta de representatividade independente, valorizando as potencialidades internas.

A proposta inicialmente discutida e aprovada nesta reunião constituiu-se na formação de uma diretoria provisória, responsável pela efetivação dos trâmites legais e da aprovação de um estatuto provisório. Este nortearia as ações da entidade até o encontro a

ser realizado em abril de 1981, ocasião que seria oficializado as questões legais de funcionamento da UNI (ATA 2ª reunião da UNI).

A elaboração de um estatuto, capaz de entender a importância da proposta de agrupamento que estava em discussão, foi uma das preocupações de todos que estavam envolvidos no processo. Para tanto a sugestão do Seminário foi de que dois juristas, que mantinham militância com as lutas sociais, elaborassem a proposta estatutária ainda que provisoriamente. Dalmo de Abreu Dallari e Alan Moreau elaboraram uma proposta de estatuto, que após sua aprovação em junho de 1980, passou a ser a referência inicial das discussões sobre os objetivos e os nortes que deveriam ser adotados pela entidade.

Definiu-se que o mesmo passaria a ter validade provisória até a Semana do Índio de 1981, quando a Assembléia Indígena daria a ele um caráter definitivo e as complementações fossem julgadas necessárias. O estatuto aprovado na oportunidade trazia as finalidades para as quais a entidade foi criada:

- a) representar as nações indígenas e as comunidades que dela vierem a participar; b) promover a autonomia cultural e autodeterminação das Nações e Comunidades e sua colaboração recíproca; c) promover a recuperação e garantir a inviolabilidade e demarcação de suas terras, e o uso exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes; d) assessorar os indígenas e suas Comunidades e Nações no reconhecimento de seus direitos e na elaboração e execução de projetos culturais e de desenvolvimento comunitário (CIRCULAR N 01:1980:01).

Esta proposta de estatuto pretendia inserir todas as dimensões da vida indígena. À entidade deveria exercer o papel de defensora dos interesses das comunidades bem como oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento da autonomia indígena. O grupo reunido escolheu ainda os seus representantes provisórios, sendo a seguinte composição: Presidente: Domingos Veríssimo Marcos (Terena); Vice-presidente: Marçal de Souza (Guarani); além de Paulo de Amorim Bonifácio; Reginaldo Miguel; Calixto Francelino e Marcelino Pereira, (todos da nação Terena), constituindo-se assim a primeira diretoria a coordenar as atividades da entidade.

A nomenclatura União das Nações Indígenas (UNI) foi oficializada, a mesma resultou como a designação que no entendimento das lideranças melhor explicitaria a

proposta nascida no Seminário realizado em abril. Esta nomenclatura adotada foi cedida por parte de uma entidade já existente, fundada por alguns estudantes indígenas que viviam a época em Brasília, denominada UNIND, uma vez que os estudantes concordaram em fornecer a sigla, substituindo assim a expressão Irmandade Indígena por União das Nações Indígenas (UNI).

As perspectivas nascidas com a elaboração de um modelo de representação alternativo gradativamente passavam a ser efetivadas mesmo que o processo ainda se mostrava tímido em relação a amplitude das questões que envolviam os indígenas. A postura política centralizada e autoritária adotado pelos governos militares durante as duas décadas de ditadura, dificultavam qualquer iniciativa desta natureza, principalmente relacionadas as comunidades indígenas.

Reunidos novamente no mês de setembro de 1980, na cidade de Aquidauana-MS, foram retomados os debates para a legalização da entidade, entretanto, as discussões não trouxeram grandes avanços. Dentre outros encaminhamentos foi efetivada a inclusão de dois novos membros na diretoria provisória. Estes também pertenciam à etnia Terena. Este ato, para alguns, representou a apropriação quase exclusiva da UNI por parte da nação Terena, provocando queixas por parte de alguns líderes que reivindicavam maior participação dentro da organização.

Ainda que lentamente, alguns encaminhamentos passaram a fluir, como a participação em encontros envolvendo a temática indígena. Estes eventos serviram para dar visibilidade da entidade em relação a sociedade. Os órgãos de imprensa e os boletins impressos ligados ao indigenismo publicavam matérias referentes a movimentação em torno da entidade, tornando-a conhecida.

Alguns meses após a criação da União das Nações Indígenas, acentuaram-se as reivindicação de espaços internos, principalmente pelo grupo de estudantes que haviam fundado a UNIND, em Brasília. A visibilidade obtida através dos meios de comunicação e em outros setores onde ocorriam as discussões sobre a questão indígena, fez surgir um conjunto de reivindicações entre os membros das etnias agrupadas.

Este grupo de estudantes indígenas possuía maior acesso aos meios políticos e estavam mais próximos do centro das decisões governamentais relacionadas aos indígenas. Ao mesmo tempo, possuíam uma articulação mais abrangente com entidades indigenistas e

mesmo com simpatizantes da questão, os quais abriam espaços mais fáceis para inserção das discussões e das propostas de luta.

Contudo, os jovens indígenas exerciam um modelo de liderança que gerava desconfiança dentre os líderes mais tradicionais. O fato de viverem afastados de suas comunidades de origem e, de manterem-se custeados pela Funai, gerava desconfiança quanto ao real compromisso de luta pela causa. Mesmo em meio aos conflitos este grupo de estudantes continuou a manter contatos com diversas comunidades e com outras entidades de apoio buscando afirmar-se como líderes legítimos daquele processo que estava sendo construído.

Por sua vez, as lideranças que oficialmente haviam sido indicadas no Seminário para presidirem a entidade insistiam no sentido de reforçar junto às comunidades a legitimidade de representantes da União das nações Indígenas. Surgia desta forma o primeiro conflito expresso, demonstrando a complexidade desta iniciativa de organização.

Neste período a UNI participou de diversas atividades oficiais. Seus representantes fizeram parte de congressos, encontros, seminários e outras atividades nas quais se discutiam problemas enfrentados tanto pela população indígena como pelas demais camadas populares não beneficiadas pelas políticas públicas. Com a ampliação das discussões sociais, foram surgindo vários acontecimentos que abriam espaços para a inserção de indígenas. A participação em encontros que se concebiam como importantes fóruns de debates possibilitava denunciar as condições peculiares que enfrentavam as comunidades; ao mesmo tempo, trocava-se experiências e se discutia alternativas que pudessem efetivar propostas transformadoras da realidade vigente.

A visita do Papa João Paulo II ao Brasil em 1980, foi visto pelos simpatizantes do movimento indígena como um momento histórico de expressão do papel político que as lideranças vinham desenvolvendo. Na oportunidade, na cidade de Manaus, Marçal de Souza foi escolhido para falar ao Papa e ao público presente na solenidade em nome dos indígenas brasileiros.

No mesmo ano os indígenas foram à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a fim de buscar apoio e expor a situação em que se encontravam. Posteriormente, em 1981 a União das Nações Indígenas esteve no Equador na conferência organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Conferência realizada pela (UNESCO) na Costa Rica. Estes encontros estavam inseridos num contexto frutífero

de discussões e na perspectivas da construção de alternativas para as comunidades indígenas latino americanas.

Outros momentos de inserção dos representantes indígenas aconteceram no continente europeu, quando membros da entidade participaram em conferência promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) realizada na Suíça em 1981; posteriormente, em 1982 a UNI se fez presente no Congresso Indígena da Colômbia e na Assembléia Mundial da Primeira Nação Indígena Canadense e; no Seminário Indígena do Peru e em 1986, além da Assembléia Indígena da América do Sul realizado na Argentina.

No quarto encontro do grupo de trabalho sobre as populações indígenas promovidos pela ONU, em 1985, a União das Nações Indígenas apresentou um documento reivindicando a defesa do uso exclusivo dos recursos minerais disponíveis em suas terras. Ao mesmo tempo denunciou uma onda de invasão das mineradoras sobre os recursos naturais encontrados nas reservas indígenas, desrespeitando a legislação protetora. A este respeito alude o documento:

Em meio a todas essas pressões, grupos de apoio formados por indígenas e brancos têm tentado impedir as invasões tanto de grandes companhias como de garimpeiros individuais, com pouco sucesso. Talvez por ser a mineração em terras públicas menos onerosa que as privadas, companhias e empresários preferem explorar minerais, tais como cassiterita, a bauxita, o ouro, em áreas indígenas, apesar de tais substancias também existirem em outros lugares (UNI:1985,01).

Este trecho do documento aponta para uma temática que permanece inalterada, retomando as discussões de encontros anteriores. Os problemas arrastam-se sem que soluções concretas fossem adotadas. As práticas de cunho econômico ignoram as particularidades culturais e a própria legislação protetora das terras e dos demais direitos indígenas. O teor do documento ressaltava, ainda que indiretamente, a ausência do Estado no seu papel de legislador e fiscalizador das políticas de apoio desenvolvidas junto as comunidades indígenas.

A participação de seus membros nestes encontros acontecia na medida em que os líderes conseguiam através de apoiadores diversos viabilizarem o deslocamento aos mesmos. A UNI enfrentava dificuldade de organizar a ida nestes encontros e garantir

financeiramente o envio de seus integrantes. As lideranças regionais que mantinha contatos em nome da entidade, empenhavam-se na participação destes encontros, com o propósito de afirmar seus papéis, independentes de uma organização indígena mais compacta e centralizada. A entidade buscou por meio destas atividades discutir alternativas viáveis e o encaminhamento de propostas que viessem a efetivar o desejo de mudança das condições em que estavam imersos os indígenas.

No entanto, o processo de representação nunca aconteceu de forma unânime. Internamente, alguns membros buscavam a partir de suas inserções autodenominar-se representantes da UNI, assumindo o papel de legítimos líderes da entidade, segundo o potencial de inserção de cada membro. Estas atitudes caracterizavam uma representatividade individualista, contrárias a proposta originária de organização.

A participação de representantes indígenas em eventos, demonstrava o respeito que a entidade havia adquirido. Estas faziam questão de apresentar-se como membros da UNI, demonstrando crença no projeto que protagonizou a tentativa de uma organização coletiva entre as comunidades. Por outro lado, esta postura indica que externamente esta forma de organização vinha adquirindo respeito no círculo de debates relacionado as temáticas indígenas.

Nas atividades em que representavam a UNI, as lideranças buscaram mostrar as precárias condições em que se encontravam as comunidades indígenas, discutindo alternativas que pudessem ser fortalecer o movimento, como instrumento que viesse a efetivar avanços em seus direitos. As falas enfatizam as dificuldades e falta de perspectivas que assolam o cotidiano.

Aos poucos a organização indígena brasileira vai inserindo-se nas discussões internacionais ampliando o leque dos grandes debates. Este fato fortaleceu o movimento e proporcionou visibilidade frente à sociedade nacional, dando outra dimensão ao problema e as ações que foram desenvolvidas. Os problemas enfrentados pelos indígenas brasileiros, chegaram às instâncias de debates de órgãos da maior importância internacional, como a Organização das Nações Unidas.

Em nível nacional, as políticas governamentais sempre foram os principais alvos das críticas indígenas. Vistas como instrumento de manutenção do poder dominante, estas não conseguiam efetivar no interior das comunidades transformações que viessem a alterar as condições sociais presentes. No entendimento das lideranças o fortalecimento da

organização contribuiria para dar uma dinâmica de maior tensionamento, com o poder responsável pelas questões indígenas. Através desta, seria possível construir políticas de defesa dos interesses indígenas, uma vez que na conjuntura da época facilmente eram desprestigiadas pela falta de prioridade destinada as mesmas.

O segundo semestre de 1980 serviu como um período importante de mobilizações dos indígenas em torno da entidade. Enquanto se discutia sua legalização outras ações aconteciam. A participação na 14ª Assembléia Indígena realizada em Brasília possibilitou a exposição da experiência de organização a um grupo mais amplo de etnias, ampliando a expectativa criada em torno da nova entidade.

As discussões em torno da legitimidade de representação das comunidades indígenas sucederam-se periodicamente nos anos que a UNI manteve sua existência. Como já era esperado pelos líderes indígenas e pelos apoiadores, a Funai não aceitava representação oficial das comunidades indígenas fora de sua estrutura. Domingos Marcos relata as dificuldades impostas pelo órgão em documento endereçado a OAB-MS, no qual em nome da UNI o mesmo encaminha consulta sobre as possibilidades de reconhecimento da entidade baseada no direito de associação. A postura adotada pela Funai, visava isolar e ignorar as ações desenvolvidas pela UNI, reforçando junto a opinião pública a idéia da ilegalidade deste modelo de associação. Fora das esferas governamentais qualquer processo de articulação era dificultado, através da restrição dos espaços de atuação e pelo não reconhecimento público.

Relatos das atividades da entidade apontam os empecilhos postos pelos órgãos do governo quando se trata de reconhecer a UNI, como órgão de representatividade indígena. Datado de 1982, Domingos Marcos, expõe seu descontentamento como presidente da entidade pela recusa do Presidente da Funai em recebê-lo em audiência previamente programada:

No entanto, apesar de termos marcado a audiência com antecedência, o Cel. Silveira, diretor do Departamento Geral de Operações, nos disse que “por ordem do Sr. Presidente da FUNAI os senhores não serão recebidos como integrantes da diretoria da UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS (UNI), uma vez que tal entidade não é reconhecida pela FUNAI”. Disse ainda que a UNI “tem seus dias contados”, pois a FUNAI não permitirá a existência de outra nação dentro do País, “como é o caso da UNI (RELATÓRIO DE ATIVIDADES:1982,02).

O relato do líder indígena, quanto a frustração de sua tentativa de ser recebido em audiência pela direção da Funai, reforça a postura de isolamento que o órgão adotou em relação a este modelo de organização. Contudo, o fato mais notável desta afirmação é que, mesmo numa fase de maior abertura da ditadura, permanecia no interior do governo a sensação de que qualquer organização fora do controle governamental poderia representar ameaça a segurança do país. Em seguida o líder lamenta a posição da Funai, reiterando o papel desempenhado pela entidade no processo de organização dos povos indígenas.

Com essa atitude a Funai demonstrou mais uma vez seu total desinteresse pelos problemas dos índios, ainda mais quando disse, na pessoa de seu presidente, não reconhecer a UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS, uma entidade formada pelos próprios índios que tem a finalidade de trabalhar com os índios, para eles e com eles, como legítimos representantes das tribos (RELATÓRIO DE ATIVIDADES: 1982: 02).

Todo o processo de organização do movimento indígena no qual fez parte a UNI, aconteceu dentro de contexto paralelo as ações governamentais capitaneadas pela Funai. O controle das populações indígenas, reforçado pelo medo de que a nova organização traria problemas de segurança e de ordem, levou a direção da Funai a isolar toda a atividade ou manifestação que insinuasse qualquer tipo de articulação sem a participação do órgão.

Paralelamente o trabalho da diretoria provisória da entidade durante o ano de 1980 foi desenvolvido visando o grande encontro indígena a ser realizado na Semana do Índio de 1981. Para este, a expectativa era a consolidação e solidificação da entidade, dando a esta um caráter nacional com bases administrativas mais seguras.

Na primeira semana de maio de 1981 vários povos indígenas de diversas regiões do Brasil estiveram presentes na assembléia, realizada em Aquidauana – MS, contabilizando 15 etnias. Discutiram temas envolvendo a problemática indígena como saúde, terra, educação, transporte, economia, demarcação das terras, violência entre outros. Depois de discutidos e aprovados os temas seriam encaminhados as autoridades competentes, para que fossem buscadas as medidas no sentido de procura.

No entanto, a realização do encontro serviu para acirrar as disputas internas entre as lideranças pelo controle da UNI. Na semana que antecedeu o encontro de Aquidauana, um grupo de lideranças esteve reunido em São Paulo, na comissão Pró – Índio, com o intuito de discutir problemas de interesses das comunidades envolvidas no processo. Segundo os relatos de alguns membros presentes, os embates principais concentraram-se em torno da eleição de diretoria da UNI. A discussão iniciada em São Paulo gerou muita polêmica, além de criar um clima desfavorável para o encontro que aconteceria em comemoração da Semana do Índio de 1981. A realização de eleição para a direção da UNI, em São Paulo, causou enorme indisposição por parte de algumas lideranças. Sob o argumento de que teria sido realizada sem a representação da maioria das comunidades que participaram do processo de fundação, a eleição viria a ser anulada por decisão da assembléia realizada em Aquidauana.

Segundo relatório manuscrito do líder Álvaro Tucano, sobre o encontro de Aquidauana, é possível verificar a disputa de diferentes grupos para estar à frente das atividades da UNI. Um dos líderes ligado ao grupo de estudantes, Hibis Menino Freitas, faz a seguinte manifestação:

Justificou por umas vezes, o acontecimento ocorrido em São Paulo. Referiu à força encontrada na Opinião Pública através da imprensa. Disse, como ocorreu a eleição, isso, após um durável debate. Marcos ficou com 58 votos, Álvaro com 8 votos e 5 para Lino Pereira Cordeiro. Isso aconteceu para demonstrar a Opinião Pública como era a seqüência da organização promovida pela nação Terena. Era de suma importância todos que estavam presentes testemunharam de que não houve vencedor e nem vencido; e foi simplesmente a União das Nações Indígenas (SAMPAIO:1981:03).

O tom da fala de Hibis mostra o caráter justificador do acontecimento ocorrido em São Paulo e busca afirmar que foi um processo no qual houve apenas um vencedor a UNI. Todavia, o desencadeamento do encontro caminhou no sentido totalmente inverso, uma vez que o grupo mais tradicional, que exercia a função de comando provisório da entidade, não abriu mão da condição de líderes legítimos da UNI.

Em outro momento Hibis retomou a palavra e explicitou seu descontentamento com a tentativa da etnia Terena de concentrar em suas mãos o projeto de articulação

conjunta das ações indígenas, representadas naquele momento pela União das Nações Indígenas.

Por mais uma vez, Híbis M. Freitas solidarizou com o grupo testemunha de São Paulo. Disse à nação Terena, que isso é absurdo, pois quer concentrar o poder sobre 180.000 indígenas, enquanto que a nação Terena só tem 15.000 pessoas. Firmou o apoio a Mauricio Marcos, disse que ele é capaz de solucionar os problemas indígenas junto aos grandes homens da administração da nação. Demonstrou ser nervoso, e disse, que não votará se já se fez em São Paulo (SAMPAIO:1981:05).

O desencadear das disputas em curso, era polarizado por duas opiniões divergentes. De um lado estava o grupo de estudantes que se considerava com maior instrução e contatos mais avançados com o núcleo do poder político e, portanto, possuía maiores condições de representar as comunidades indígenas em suas reivindicações. Por outro, as lideranças mais tradicionais insistiam que o custeamento das despesas dos estudantes pela Funai e o afastamento destes com as bases indígenas não os legitimavam a exercer a representação das reivindicações. Para tanto, julgavam coerente que a instituição se mantivesse sobre liderança do grupo tradicional.

De qualquer modo a condução do processo de estruturação da UNI, como demonstram os relatórios e documentos dos encontros; deixa visível o predomínio, ou pelo menos a tentativa, por parte da etnia Terena. Num encontro em que estiveram presentes 16 etnias, chama atenção para algumas situações como uma representação ínfima da etnia Guarani e ausência entre outros, da liderança Marçal de Souza, reforçando uma realidade que vinha sendo explicitada, quanto a disputa pelo controle da organização.

Mesmo com estas disputas internas o encontro de 1981 sinalizou com resultados positivos ampliando os debates sobre os temas que permeavam a problemática indígena. Serviu para reafirmar as lutas e marcar posição em relação a questões polêmicas como a demarcação das terras e a emancipação indígena, assuntos estes que estavam inseridos nas propostas governamentais. Um documento com dezesseis pontos foi tirado ao final do encontro, com o compromisso de ser encaminhado aos órgãos competentes. Em relação à diretoria da entidade, por decisão interna definiu-se na Assembléia de 1981 que a direção provisória continuaria o exercício do mandato até que fosse marcada uma eleição

definitiva, demonstrando naquele momento ainda que de modo pouco claro, certo controle das lideranças tradicionais dentro deste processo de efetivação do movimento indígena.

No entanto, a questão prática de disputa de espaços continuou seu curso natural no cotidiano das lideranças. Mariano Marcos (Terena), Álvaro Fernandes Sampaio (Tukano), Ailton Krenak e outros jovens estudantes imprimiram outra dinâmica para as ações indígenas em nome da UNI. Em vários momentos apresentaram-se como representantes oficiais da entidade em eventos e encontros com lideranças políticas de diversos estados brasileiros. O Encontro realizado em Aquidauana representou um marco importante por ter sido um dos maiores acontecimentos envolvendo somente os povos indígenas. Mas apontou para uma realidade inevitável que se desenhava para os líderes do movimento: a dificuldade de unir a grande diversidade e interesses peculiares dentro de um projeto capaz de romper com o cotidiano particularizado de cada etnia. No decorrer do ano de 1981 as ações em nome da UNI foram desenvolvidas por vários líderes, que segundo as circunstâncias, apresentavam-se como representantes legítimos da entidade, fazendo desta forma uma espécie de representação paralela junto aos órgãos indigenistas.

O encontro indígena de 1982 realizado em Brasília apontou um aspecto visível no interior do processo. Não seria possível exercer uma atividade de representação centralizada devido às peculiaridades presentes entre os indígenas. Dificuldades de deslocamento, carência de recursos financeiros, disputas internas e outros fatores, levaram a Assembléia a optar pela regionalização da UNI, que passou a funcionar com cinco representações.

A dificuldade para envolver o emaranhado de grupos indígenas com suas diversidades exigia que o movimento adotasse alternativas que pudessem atender efetivamente seus interesses indígenas. Dois aspectos necessitavam avançar; a resistência governamental em relação a organização indígena e as dificuldades de unidade e de inserção interna, a qual se mostrava distante das demandas existentes. O modelo original de uma representação centralizada passou ainda que indiretamente a ser visto como inviável para atender um processo construído dentro de uma complexidade bastante ampla. A função da UNI não deixou de ser entendida como importante, mas a forma de representatividade centralizada perdeu gradativamente sua eficácia.

Outro momento de discussões entre as lideranças indígenas datada de 1984, aponta para a importância de retomar e fortalecer o papel das Coordenadorias Regionais da

UNI. A criação de um Conselho Indígena, resultado deste encontro evidencia a dificuldade de representação que deixava grande parte das comunidades à margem do processo de discussões de temas relevantes, como a defesa dos direitos sociais, políticos e culturais.

Esse conselho trabalhará em conjunto com as Coordenadorias Regionais da UNI: Norte, Norte II, Centro Oeste, Nordeste e Sul; terão um fluxo de informações sobre o que ocorre nas áreas indígenas de todo o país e passarão de suas aldeias notícias para todos os outros parentes espalhados pelo Brasil. Esse Conselho poderá ser convocado para a Assembléia Extraordinária, quando necessário, para deliberar sobre os trabalhos do movimento indígena. Todas as decisões sobre os próximos passos da União das Nações Indígenas (UNI) serão tomados a partir destas reuniões (UNI-Regional Sul:1984:04).

O encontro expôs uma realidade um tanto fragilizada de uma articulação que se iniciou com bastante fervor. Havia um distanciamento das lideranças regionais, que necessitavam ser reaproximadas e reforçadas pela criação de um Conselho, o qual serviria de suporte para as ações envolvendo a temática indígena. A organização interna, e a viabilização da UNI passou a se deparar com uma problemática extremamente delicada em relação à representatividade indígena. A diversidade de povos indígenas, as peculiaridades internas vividas por cada grupo e até mesmo os interesses internos dificultavam ações mais amplas, envolvendo os interesses de toda a diversidade que a representava.

No ano de 1985, após cinco anos de sua fundação, a entidade sofria com problemas que se arrastavam desde a origem, como era o caso do reconhecimento legal. Preocupados com seu fortalecimento e a busca da legalização, reunidos em Goiânia um dos líderes regionais da entidade, Domingos Veríssimo Marcos expressou sua angústia ao afirmar que era necessário reconhecer juridicamente a organização para enfrentar as práticas capitalistas nas áreas indígenas..

A manifestação reforça a dificuldade enfrentada para efetivar uma iniciativa inusitada de organização. O fechamento dos espaços e os empecilhos criados pelas autoridades restringiam as ações propostas pela UNI, limitando sua capacidade de articulação. Somavam-se a estas condições a dificuldade de efetivar a entidade como uma organização legal, condição esta, que gerava descrédito inclusive entre os próprios indígenas.

### 3.3. A UNI e o Movimento Indígena

A partir da segunda metade do século XX, ganhou força no Brasil uma tendência latino-americana de valorização das culturas indígenas. Ainda que timidamente emergissem manifestações de apoio, debates relacionados a questão começaram a ocupar os espaços acadêmicos.

A experiência mais ampla de trabalho junto aos indígenas, até então, ficava por conta das políticas governamentais desenvolvidas através do SPI. Este trabalho desenvolvido dentro de uma perspectiva de levar soluções prontas para os problemas que surgiam nas comunidades, passou a ser questionado gradativamente. Um movimento de maior aproximação com os indígenas surgiu, a partir de estudos e da militância de alguns antropólogos. As leituras feitas por estes, da realidade indígena e a posterior publicação de materiais referentes à questão, deram visibilidade ao tema que passava despercebido para maior parte da população brasileira.

A partir de meados da década de 1960, esta tendência ganha espaço na sociedade, quando as discussões relacionadas a esses povos passaram a ser mais divulgadas. Posturas de setores influentes da sociedade começam a ser repensadas, como aconteceu com parte da Igreja Católica. As cobranças por maior atenção aos povos indígenas, passaram a ser mais veementes e, gradativamente, o problema passou a receber novos olhares. A década de 1970 apresenta um avolumamento de iniciativas que incorporam o discurso de defesa das questões indígenas. Começam a surgir organizações da sociedade civil que desenvolviam trabalhos de apoio e proteção especificamente junto as comunidades.

O acúmulo destas experiências vai redimensionando as perspectivas futuras que se desenhavam em torno da existência destes grupos. O embate social de enfrentamento da ditadura e a postura de defesa aos direitos dos menos favorecidos passaram a incluir os povos indígenas. Esta realidade do período contribui para o despertar de lideranças indígenas que vão aos poucos se emancipando e assumindo esta condição. Os debates que historicamente se fizeram distante da realidade vão se aproximando da vivência das comunidades.

As bases estruturais do conjunto de lutas já existentes no período possibilitaram o surgimento e a manutenção da União das Nações Indígenas, tendo em vista, que seu estatuto caracterizava-a como uma entidade sem fins lucrativos. As bases do indigenismo desenvolveram um papel preponderante na abertura de espaços que pudesse legitimar a construção que foi sendo elaborada no período.

O apoio oferecido pelo CIMI possivelmente tenha sido o principal ponto de apoio da estruturação da proposta de unificação das lutas indígenas. As circunstâncias e a forma como foram plantadas as bases de discussão das questões pertinente aos indígenas pelo CIMI, configuraram-se como elemento importante para deste modelo de atuação. A organização estrutural e as ações desenvolvidas no início da criação da entidade tinham como norte as experiências desenvolvidas pelo Conselho Indigenista Missionário. O espaço de abrangência da articulação inicial entre as comunidades estava ligado às regiões de atuação do CIMI. Nestas havia melhores condições para que houvesse este intercâmbio de experiências, além da possibilidade de fazer uso da estrutura disponível por parte da entidade. Este papel foi extremamente importante na medida em que oferecia as condições para que os primeiros passos fossem trilhados.

Outros segmentos de organização social também viam como importante a iniciativa que pretendia ter os indígenas como interlocutores do processo de construção de alternativas para as comunidades indígenas. O momento favorável, em que eram feitas discussões amplas envolvendo os problemas sociais, abria espaços no interior da sociedade para a ampliação dos debates envolvendo a questão indígena, tema que sempre enfrentou resistência.

O suporte oferecido por entidades como o CIMI, Comissão Pró-Índio, CEDI, entre outras, tornou-se fundamental para que a UNI propusesse a integração nacional dos povos indígenas. Neste sentido a direção da entidade reconhecia a importância do apoio externo apesar da entidade não contar com a participação direta de não índios,

Informamos, ainda, que a UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS, dentro de suas possibilidades, conta com a ajuda e a colaboração de todas as entidades de apoio às causas indígenas para um amplo trabalho de mobilização de todas as comunidades, tribos e nações indígenas do país para a conscientização de todos quanto a necessidade de virem participar da entidade. Com este objetivo, desejamos participar de tantos quantos forem os encontros destinados a discussão dos problemas que afligem os índios

de nosso país. Bem como promover reuniões e assembléias regionais entre nações e comunidades indígenas (UNI- CIRCULAR N°01:1980:01)

Neste período a UNI articulou-se através de seus líderes, buscando o reconhecimento da sociedade com legítima representante indígena. Mesmo sem conseguir desenvolver uma política sólida com ações mais concretas, as inserções sociais visavam construir bases importantes que garantissem sua legitimidade, como representante indígena. As expectativas dos líderes em relação à entidade também foram sendo renovadas, na medida em que estes acreditavam no poder de representação da entidade.

Em matéria veiculada pelo jornal *O Porantim* (1985) o líder indígena Ailton Krenak, afirmou durante encontro realizado em Goiânia, que naquele momento tornava-se fundamental fortalecer a entidade regionalizando os conselhos e buscando integrar outras etnias. Com a perspectiva da elaboração de uma nova Constituição, foram sendo ampliadas as formas de atuação daqueles que mantinham ligação com as temáticas indígenas em discussão. A inserção da entidade gradativamente reaparece com maior ênfase no período que antecede a elaboração da nova Constituição. Documentos foram elaborados e as ações de várias entidades de defesa indígena contavam com a participação da União das Nações Indígenas que marcava posição em relação às questões que estavam em debate.

A atuação do movimento no qual se inseriu a UNI, ganhou outra dimensão com a eleição de Mário Juruna para o Congresso Nacional em 1982. Este fato fortaleceu o movimento e não só ganhou maior visibilidade e espaços, mas também melhores condições estruturais para avançar nas propostas que vislumbravam a efetivação legal de conquistas almejadas a décadas. O gabinete de Juruna no Congresso Nacional simbolizou um espaço referencial que servia como ponto de apoio na medida em que possibilitava ampliar o contato com outras entidades que mantinham atuação junto às comunidades indígenas.

As ações desenvolvidas em parceria com as entidades irmãs tornaram-se importantes, pois estas possuíam certos caminhos abertos que facilitavam o trabalho que estava sendo iniciado. A possibilidade de abertura de diálogo com alguns movimentos sociais por parte de governadores eleitos em 1982 fazia crescer a expectativa do reconhecimento da legitimidade da UNI frente aos poderes constituídos.

Por outro lado aumentava a restrição imposta pelo governo federal, que insistia em não reconhecer fora da Funai, qualquer forma de representação legal indígena.

Portanto, qualquer iniciativa da UNI continuou a ser ignorada por parte dos órgãos governamentais.

A contribuição oferecida pelas entidades mais antigas foi fundamental à medida que proporcionavam a UNI a possibilidade de levar a proposta da organização conjunta, a várias regiões do Brasil onde se localizavam as comunidades indígenas, além de tornar a entidade conhecida no exterior. O fato de possuir certa experiência de luta e condições estruturais mais avançadas abria caminhos mais rápidos para que a nova entidade fosse adquirindo o reconhecimento que necessitava.

A boa relação de seus líderes com outras organizações contribuiu para a adoção de certas articulações, com um apoio irrestrito destes. O trabalho desenvolvido pelo CIMI entre os indígenas de várias regiões brasileiras, facilitou o contato entre as comunidades divulgando a proposta de unificação das lutas, mesmo que este discurso encontrava-se dificuldade de efetivar-se na prática.

### **3.4. O movimento indígena e as conquistas político-sociais**

A principal novidade política que passou a se concretizar no início dos anos de 1980, foram alguns acontecimentos inéditos, que passaram a ser entendidos como conquistas importantes tanto para os povos indígenas, quanto para toda a sociedade nacional. Alguns Estados da Federação, após quase 20 anos de repressão, inclusive política elegeram governadores e parlamentares que há muito estavam empenhados na luta para restabelecer a democracia no país. O processo de decadência da ditadura acentuava-se cada vez mais; a população em sua grande maioria não tinha disposição concreta para continuar sob o comando de um regime político com não mantinha a sensibilidade de sentir o anseio por mudanças sociais.

Especialmente para a UNI, alguns dos fatos políticos merecem destaque, pois influenciaram diretamente no processo de elaboração das lutas assentadas na participação social e no reconhecimento da atuação militante. Mato Grosso do Sul elegeu um

governador com o qual as comunidades indígenas locais acreditavam abrir um canal de conversações que pudessem ampliar a luta pelos seus direitos.

Em relação a outras regiões do país pelo menos duas outras vitórias políticas eram entendidas como fundamentais para a efetivação da construção de um projeto de auto – representação. A eleição de Leonel Brizola, que tinha como vice Darcy Ribeiro para o governo do Rio de Janeiro; e a eleição de Mario Juruna para a Câmara Federal, significava maior representação no interior do poder instituído.

Em carta endereçada a Marçal de Souza, um dos coordenadores da UNI, expressa seu sentimento de confiança e destaca a importância destes dois acontecimentos políticos para as comunidades indígenas brasileiras.

No próximo dia 15 de março tomará posse, no Congresso nacional o deputado Mário Juruna, conhecido líder indígena brasileiro. No mesmo dia inaugura-se no Rio de Janeiro o governo de Leonel Brizola, apoiado pelas mesmas forças populares que elegeram Mário Juruna. Desse governo faz parte, como vice-governador, o antropólogo Darcy Ribeiro, amigo e aliado dos Índios. Esses acontecimentos tem muita importância para os povos indígenas do Brasil (SAMPAIO: 1983:01).

Estas conquistas foram importantes na medida em que Mário Juruna passou a representar dentro do Congresso Nacional os interesses dos povos indígenas. O fato por si só foi um feito histórico para as populações indígenas e para as classes sociais que foram relegadas à margem do processo de participação das discussões que destinavam os rumos do país.

Prestes a reabertura geral na política brasileira, mesmo com uma atuação conflituosa em determinados aspectos, o deputado alimentava as expectativas de presença mais incisiva da população no meio político.

Segundo MATOS (1997), mesmo com uma atuação marcada por aspectos polêmicos, Mário Juruna encaminhou dois importantes projetos do ponto de vista de fortalecimento da política indigenista. Primeiro foi o projeto de criação da Comissão Parlamentar do Índio. A existência desta comissão foi marcada por conflitos tanto do ponto de vista da disputa parlamentar pelos seus rumos, como pela disputas entre antropólogos e indigenistas pela forma de atuação que deveria ser adotado pela mesma.

Outro projeto encaminhado, pelo então deputado, foi a proposta de reestruturação da Funai. Esta tinha como objetivo principal, possibilitar maior participação indígena nos espaços de decisão da entidade. O projeto também previa a criação de conselhos indígenas para fiscalizar ações desenvolvidas pelo órgão.

O principal foco de atuação de Mário Juruna, foi marcado por uma oposição incisiva as práticas da Funai e por críticas a política indigenista dos governos militares. No entanto, o tom de denúncia e a defesa dos direitos indígenas, levaram o mesmo a ser envolvido numa série de polêmicas, que lhe causaram enorme desgaste. Evidentemente indígenas e simpatizantes entendiam a importância do papel de um parlamentar indígena como membro efetivo do Congresso Nacional, mas compreendiam que em termos quantitativos a representação era ínfima para que se pudesse fazer um processo de discussão mais consistente envolvendo os interesses indígenas.

Na eleição de 1986 os povos indígenas vivenciaram outra experiência política ao obter grandes vitórias e derrotas ao mesmo tempo. Apesar das divergências indígenas em relação às candidaturas, sobretudo quanto a postura partidária, as lideranças indígenas acreditavam no fortalecimento da representação política como sendo indispensável para o êxito das lutas.

Junto com o debate sobre a estruturação da UNI, discutiu-se ainda a cerca da participação indígena na constituinte. Marcos Terrena, Idjarruri Karajá e Ianakulá Kamayurá candidatos a Constituinte pelo PMDB de Brasília, Goiás e São Paulo respectivamente, defenderam sua candidaturas, com o argumento de que é necessário ter vários deputados indígenas no Congresso Nacional em condições de brigar pelos Índios( *O PORANTIM*:1985:20).

O cenário político seguia passos de abertura após duas décadas de ditadura. As expectativas estavam em torno de uma reestruturação histórica no país, sobretudo, com a proposta da elaboração de uma nova Constituição. Era perfeitamente compreensível que aquele momento, apresentava-se como momento simbólico, portanto, era necessário avançar dentro das possibilidades que estavam sendo postas. Os movimentos sociais, como um todo, buscavam reafirmar seu papel reiterando a importância da construção política e social que gradativamente se elaborava.

De forma direta o resultado envolvendo os candidatos indígenas não se mostrou nada favorável. O único parlamentar indígena não conseguiu sua reeleição e os outros candidatos alinhados com a questão indígena, não obtiveram o êxito esperado. Em face destes resultados, a atuação política teve que ser ampliada para que as lutas anteriores não se esvaziassem desmobilizando o processo.

A partir desta realidade uma nova articulação passou a ser elaborada no sentido de reforçar a organização e efetivar uma atuação incisiva nos espaços em que estavam sendo discutidos os grandes temas de interesse dos indígenas. Um rearranjo na busca de apoio político tornou-se imprescindível. Novas alternativas passaram a ser buscadas, visando angariar apoio para as questões de interesse indígena que estavam sendo propostas para ser incluídas na Constituição Federal.

A elaboração destas propostas e a defesa de projetos tido com importantes mobilizaram as lideranças indígenas que atuavam junto aos gabinetes políticos apresentando as necessidades urgentes, visando a adesão dos parlamentares à luta. Um conjunto de sugestões entendidas como um programa mínimo de defesa dos direitos indígenas foi elaborado pela UNI, as quais reiteravam as lutas e reivindicações históricas:

A garantia dos direitos territoriais e culturais próprios dos povos indígenas, bem como o acesso à plena participação na vida do país, são princípios básicos para que se possa construir uma Constituição democrática. Primeiros ocupantes desta terra, os índios foram os primeiros destituídos dos seus direitos fundamentais. O resgate da dívida social no Brasil começa aqui (UNI: DIREITOS INDÍGENAS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA:1986:01).

O documento ressaltava amiúde alguns pontos fundamentais, que historicamente dificultam a plena efetivação dos direitos indígenas e reiterava a importância da efetivação dos mesmos na elaboração da Constituição. A compreensão era de que o momento apresentava-se oportuno para que o país retribuísse aos povos indígenas àquilo que ao longo do processo de contato foi sendo retirado e negado a inúmeras gerações sucessivamente.

No entanto, apesar dos avanços presenciados no início da década, muitos contratempos se somaram neste período de discussão das questões envolvendo as lutas

indígenas. Se, por um lado, os povos indígenas abriram novos caminhos, inclusive no meio político, por outro, a fase final da ditadura militar comprimia ainda mais os direitos indígenas. Muitos espaços no interior da FUNAI foram fechados e as propostas de emancipação e regionalização da tutela indígena, só não se consolidaram graças ao empenho das entidades ligadas ao indigenismo, entre elas as ações da UNI, que mantiveram o propósito de combater a proposta que permeava as intenções governamentais.

### **3.5. Conquistas Constitucionais: vitória da ação conjunta**

As circunstâncias eleitorais de 1986 traziam consigo uma expectativa à parte. Seriam eleitos os deputados e senadores que constituiriam o Congresso e teriam a responsabilidade de elaborar a Nova Constituição Federal. Motivados pela experiência política de Mário Juruna, e também pelas condições próprias daquele momento a expectativa do movimento indígena mostrava-se bastante positiva.

A articulação de várias entidades com a finalidade de ampliar o apoio aos projetos de lei de interesse indígena, foi desenvolvida, pois havia um amadurecimento da conscientização da importância do apoio para reafirmar os fatos vigentes. Nesse sentido a UNI na condição de representante dos povos indígenas se fez presente tanto nas discussões eleitorais como posteriormente na defesa dos direitos destes na Constituição.

Duas possibilidades dividiam as lideranças em torno da articulação que seria adotada para garantir a representatividade indígena no congresso. Algumas lideranças entendiam que os indígenas deveriam buscar através do voto legitimar-se como representantes indígenas no Congresso; outros entendiam que a participação indígena no Congresso deveria ocorrer através da efetivação de uma corrente de apoio que não passasse necessariamente por eleições. Havia o entendimento que a disputa eleitoral poderia levar o enfraquecimento do movimento em caso de derrota.

Como os resultados daquelas eleições não se mostraram favoráveis, imediatamente novas alternativas deveriam ser adotadas. Reafirmar a importância do apoio

das entidades que desenvolviam atividades junto às comunidades indígenas e junto aos órgãos instituídos do poder governamental passou a ser um instrumento indispensável.

A UNI fez parte dessas articulações com a atuação de seus líderes, buscando apoio e incorporando as discussões pertinentes aos projetos de lei a serem incluídos na Constituição. O apoio firmado por diversos parlamentares que se dispuseram a contribuir nas discussões, colocando inclusive as estruturas físicas de seus mandatos a disposição de algumas lideranças foi imprescindível para assegurar as condições mínimas necessárias para a efetivação de alguns direitos constitucionais. Os debates que moveram a nação as vésperas da Constituinte foram de fundamental importância no sentido de reforçar entre os indígenas e a sociedade o compromisso de fazer daquele período um momento histórico. Domingos Veríssimo Marcos em documento escrito às comunidades conclama seus irmãos indígenas:

Companheiros indígenas do Brasil, muitos foram os desafios nacionais antes do dia 15 de março do ano que findou, a partir daí, iniciou-se uma NOVA FASE da história do país. No momento, em todo o Brasil, toma corpo o debate sobre a próxima convocação da Assembléia Nacional Constituinte, prevista no corrente ano, requiere-se do povo uma maior participação cívica... espero que os companheiros indígenas reflitam sobre isso e se disponham a uma militância política cada vez mais intensa (*MARCOS: 1986:01*).

Este documento tinha como objetivo informá-los sobre a importância da nova Constituição, justamente pelo fato do país estar vivendo um momento novo, embasado por expectativas e por ideais democráticos, oportunizando as classes menos privilegiadas da sociedade caminhos para a efetivação dos direitos fundamentais.

É notória entre as lideranças a preocupação com os acontecimentos presentes, por um lado havia muitas expectativas com o destino do país, por outro, havia a preocupação de que os povos indígenas, neste emaranhado de etnias, que englobam os grupos indígenas brasileiros, fossem novamente esquecidos:

Como vai ficar este complicado mosaico de etnias indígenas e variedades de línguas, a extraordinária riqueza da expressão de cultura, existente no país e de soluções sociais que acumulam história de conhecimentos e adaptações do meio, seus peculiares propósitos ideológicos e espirituais, seus desenvolvimentos lingüísticos, segue

produzindo esta área de civilização que se apresenta como um grande desafio (MARCOS:1986:06).

Fundamentados nas Constituições anteriores, nas necessidades presentes e problemas próprios, os indígenas foram enfáticos em defender efetivamente os direitos negados há séculos. Em meio a um período marcado por conflitos e tentativas de esvaziar as lutas indígenas, transferindo as responsabilidades pelas políticas a outras instâncias que não a federal, foi efetivamente vitorioso todo o processo conduzido em torno da defesa dos direitos constitucionais.

O direito de demarcação e proteção das terras, o uso-fruto das mesmas mantendo sobre responsabilidade da União; o respeito às especificidades indígenas em relação a língua, costumes, tradições e valores; bem como as conquistas de outros direitos, como a proteção judicial, o direito de defender legalmente seus interesses e reivindicações, o acesso à saúde e educação, representaram avanços inquestionáveis para os indígenas brasileiros na Constituição Federal de 1988.

A aprovação destes direitos no âmbito constitucional reforçou uma tendência de reconhecimento dos direitos indígenas em nível de América Latina. Como vinha ocorrendo em vários países, os movimentos indígenas, apoiados por outros segmentos foram incluindo nas Constituições reivindicações que até então, estavam a margem do reconhecimento oficial dos Estados. Para Prieto, estes acontecimentos marcam a superação de uma proposta centralizadora adotadas pelos governos:

O reconhecimento explícito dos povos indígenas e seus direitos é a tônica das novas constituições promulgadas nesta década em vários países da América Latina. Trata-se da emergência de uma política excludente da pluralidade. Assistimos hoje a um processo de criatividade política, no qual os povos indígenas apresentam-se com um perfil reivindicativo, questionador e renovador da ordem jurídica nacional. O reconhecimento dos direitos indígenas e de sua diversidade cultural ganha assim o estatuto de tema constitucional (PRIETO:APUD:TEMPO E PRESENÇA:1993:23).

A realidade indígena brasileira inseriu-se neste contexto latino-americano, onde os direitos indígenas alçaram importantes avanços e o reconhecimento oficial enquanto povos com fatores culturais diferenciados da população majoritária do país.

Avanços mais significativos, ainda que apenas na lei foram assegurados na Constituição de 1988, em que a autonomia e a diversidade foram reconhecidas oficialmente pelo Estado. A *Constituição Cidadã* como ficou conhecida, abriu uma nova página nas lutas sociais do país, inclusive para os povos indígenas. Vencido o período de luta para consolidar legalmente este processo, inicia-se a fase da consolidação, de forma mais regionalizada os povos indígenas vão estabelecer uma pauta de prioridades que serão reivindicadas junto às autoridades, baseada nas garantias constitucionais e nas demandas localizada de cada comunidade.

Na nova Constituição os indígenas puderam reafirmar seus direitos já prescritos nas Constituições anteriores, além de conquistar avanços significativos que passaram a fazer parte de seus direitos. As conquistas aconteceram graças ao empenho das lideranças indígenas que não mediram esforços para assegurar o apoio dos parlamentares nas votações decisivas do Congresso.

Integram os direitos garantidos em lei, prescritos na Atual Constituição Brasileira promulgada em 05 de outubro de 1988:

## **Da organização do Estado**

### **Da União**

Art. 20. São bens da União:

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XIV – populações indígenas;

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

## **Dos tribunais regionais federais e dos juízes federais**

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

## **Das Funções Essenciais da Justiça**

### **Do ministério público**

Art.129. São funções Institucionais do ministério Público:

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

## **Da educação da Cultura e do Desporto**

### **Seção I - Da Educação**

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

### **Seção II – Da Cultura**

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O estado protegerá as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

## **Capítulo VIII**

### **Dos Índios**

Art.231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com a

autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º as terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso nacional, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvando relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são parte legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Importantes avanços foram efetivados constitucionalmente. O período pós promulgação da Constituição inaugurou um novo momento das lutas. Em todo o país os indígenas conquistaram amparo legal para reivindicar aquilo que lhes é de direito, oportunizando maior acesso junto aos poderes instituídos. No entanto muitas são as dificuldades que impedem a efetivação concreta destes direitos.

Como conseqüência desta conquista, houve evidentemente uma reformulação e até a perspectiva de crise em algumas entidades que atuavam entre os indígenas. A União das Nações Indígenas passou por um processo de desintegração ainda maior, na medida em que, a realidade das lutas voltou-se para o espaço concreto de cada comunidade. As iniciativas de mobilizações amplas deram lugar a projetos mais específicos, uma vez que os embates mais abrangentes foram de certa forma sendo encerrados naquele momento. A conquista dos direitos de forma genérica, conforme prevê a Constituição, passou a exigir de cada comunidade uma organização voltada para solucionar questões pertinentes as mesmas, em certos casos, atuando na sentido de assegurar estes avanços.

As regionais da UNI em grande parte se desintegraram, restando apenas na região norte, particularmente com UNI– Acre, a qual manteve sua atuação no período posterior a elaboração da Constituição Federal, porém com um modelo de luta, próprio tendo em vista

as demandas regionalizadas. As demais regionais, aos poucos foram perdendo o referencial, na medida em que as lideranças voltaram sua atuação, visando atender os interesses mais específicos das comunidades de origem. Também, é importante ressaltar que outros líderes que não participaram ativamente daquele momento, foram se fortalecendo e abrindo caminhos para um novo modelo de representação principalmente com uma ligação bastante estreita com os trabalhos desenvolvidos pela ONGs junto as comunidades.

Para o país ficou marcada toda uma conjuntura de lutas com características próprias, jamais experimentadas antes. Demonstrou a força da organização e apresentou à sociedade a riqueza própria das comunidades indígenas, desconhecidas até então da maior parte da nação. A organização social, em que pese suas dificuldades, permitiu aos povos indígenas dar uma nova dimensão e uma nova moldagem as lutas organizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do movimento indígena construída no Brasil representou uma tarefa árdua, tendo em vista as enormes singularidades que o caracterizaram. Marcado por um processo de disputa extremamente desigual, os indígenas buscaram a seu modo viabilizar alternativas que pudessem efetivar o direito de organização de suas comunidades dentro das características próprias que diferenciavam estes povos do restante da sociedade nacional.

Marcada por vitórias e também por derrotas, a organização indígena assegurou a possibilidade de negar a incorporação ao processo hegemônico de sociedade. Fortalecendo-se pode reagir a um modelo de organização social que ao longo da história brasileira foi responsável pelo extermínio de inúmeras comunidades.

A história de nosso país, incluída dentro de uma perspectiva latino-americana mostrou a ascensão dos movimentos sociais, que construíram através das lutas conjuntas importantes articulações nestas últimas décadas. Isto permitiu aos mesmos enfrentar o poder estabelecido pelas elites, combatendo as arbitrariedades e apresentando as minorias como partes importantes de uma nação. E como partes, necessitam da efetivação dos direitos fundamentais que os setores dominantes historicamente censuraram.

Ao mostrar as necessidades das minorias, os estudos desses movimentos têm apontado que o fortalecimento das lutas acontece quando seus membros tomam consciência de suas condições de explorados. A partir de então, integram-se a um processo coletivo e, unidos se propõem a articular as mudanças que representam acima de tudo a conquista de espaços permitindo assim assegurar aquilo que naquele momento motivou o grupo em torno do mesmo objetivo.

Ao analisarmos o movimento indígena percebemos que a problemática não foi diferente. O destino desta pluralidade de povos durante os cinco séculos de contato

concentrou-se nas decisões das classes dominantes. *Donos* de um território imensurável, que lhes permitia liberdade e organização social, segundo os costumes grupais, gradativamente, foram sendo incorporados pelo avanço das práticas de produção da sociedade majoritária.

A idéia de progresso trazida pelos não indígenas aos poucos se transformou num símbolo doloroso e cruel. Desarticulados e cada vez mais confinados em pequenos espaços, estes foram assistindo com o passar do tempo sua própria destruição.

O Estado em certas intervenções buscou reformular suas políticas tornando-se tutor e assumindo para si as responsabilidades em relação às políticas sociais que representavam os interesses indígenas. Mas, por sofrer enormes dificuldades em desvincular-se dos interesses dominantes, por mais que por muitas vezes, buscou certas saídas, estas quase sempre representavam apenas a reorganização dos interesses do poder constituído em detrimento da disseminação dos povos nativos.

Foi apenas recentemente, graças a uma mudança de mentalidade de alguns setores e instituições sociais, que os povos indígenas puderam à luz desta nova mentalidade repensar sua maneira de organizarem-se elaborando projetos capazes de oferecer resistência ao projeto progressista acampado pelas elites brasileiras.

O movimento gestado na década de 1970 marcou uma guinada indiscutível para os povos indígenas. Vale lembrar que mesmo conquistando certos espaços sociais importantes, o movimento não deixou de fazê-lo dentro de circunstâncias extremamente adversas. A resistência por parte de setores conservadores da sociedade se fez notar em diversos momentos, principalmente, quando o movimento indígena mostrou-se capaz de avançar rumo a uma organização eficiente constituída fora dos padrões governamentais.

A década de 1980 entrou para a história do movimento indígena como um momento singular para a luta destes povos. Propiciado pelas circunstâncias que se encontrava o país na época, o movimento construiu-se em torno de um considerável grupo de povos indígenas, formando uma corrente de luta que acreditou sensivelmente na capacidade de auto-organização e auto-representação.

Acompanhado por um grupo significativo de entidades dispostas a apoiar as causas indígenas, a organização independente representada pela União das Nações Indígenas (UNI) promoveu em grande parte do território nacional, no qual se encontrava os mais diferentes povos, uma série de debates, encontros e ações conjuntas. Estas puderam

mostrar uma desconhecida capacidade de mobilização, vinda do anseio dos próprios indígenas, que até então haviam historicamente delegado a outros a defesa de seus interesses.

O conjunto prevaleceu sensivelmente sobre as articulações desvinculadas que até então se havia construído em torno da problemática envolvendo os indígenas brasileiros. Todavia, este conjunto, devida sua enorme diversidade, mostrou as duas faces de uma organização ampla, que carregava dentro de si interesses muitas vezes contraditórios.

Ao mesmo tempo em que o movimento indígena conquistou importantes avanços, nunca visto antes, como a garantia de seus direitos prescritos na lei maior de nosso país - a Constituição Federal - foram estes mesmos avanços que posteriormente enfraqueceu o movimento, visto que não mais conseguia representar os interesses de todos.

As particularidades que desencadearam os rumos da UNI, após a conquista de 1988 ficam para outro trabalho; contudo, a partir da experiência memorável do movimento indígena da década de 1980, tornou-se evidente duas lições. De um lado, a luta construída em conjunto possibilitou ainda que com enormes dificuldades a concretização dos objetivos traçados; e de outro, transpareceu a fragilidade de iniciativas que buscam englobar grande número de diferentes comunidades dentro de um mesmo projeto.

Portanto, a contribuição essencial desta pesquisa consiste na análise da organização autônoma, efetivada pela União das Nações Indígenas, a qual fez parte de um importante processo de reversão do modelo de representação de um determinado segmento social. Este, por vez, assumiu a condição de sujeito histórico, contrapondo a condição de submissão, que conduziu as relações constituídas durante as experiências de dominação da sociedade dita *civilizada*.

Particularmente, esta pesquisa que se iniciou com a produção de uma monografia avançou no sentido de entrar no cotidiano das relações que conduziram a organização e o desenrolar das ações lideradas pelos indígenas. Destacamos duas vertentes do movimento que apesar das discordâncias, serviu de estímulo em determinados momentos para o engajamento e a continuidade do enfrentamento. Primeiro, a competição interna que visava a apropriação da entidade, como instrumento de ocupação de espaços e reconhecimento da sociedade nacional; segundo, o fato da UNI não ter se constituído uma entidade legal, o que não significou distanciamento por parte das lideranças em relação à entidade; ao contrário, durante todo o período de lutas houve a valorização do nome da entidade

enquanto possibilidade de organização representativa mais extensa. Simbolicamente a UNI, serviu de mediadora entre diversas iniciativas de efetivação dos direitos, pois esta nomenclatura manteve a capacidade de mobilização dos diferentes grupos étnicos. Em nome da mesma, documentos foram elaborados, reuniões promovidas, propostas tiradas e levadas às autoridades; enfim, uma série de ações se efetivou mesmo a entidade não tendo conseguido sua consolidação enquanto organização perene.

A localização de material disponível abordando a questão, particularmente a disponibilidade de uma quantidade significativa de fontes apontadas na bibliografia, significou a possibilidade de avançar na discussão do importante protagonismo do movimento indígena, como instrumento de enfrentamento do poder dominante e de suas práticas de autoritarismo e de decisões centralizadas.

Do ponto de vista das conquistas, a criação da União das Nações Indígenas configurou-se numa experiência de êxito. O fato de não ter se efetivado como uma organização mais sólida, não tirou os méritos da atuação daqueles que acompanhavam as discussões em torno da entidade e fizeram a discussão pertinente à temática indígena, apresentando-se como membros da entidade.

Assim como todo o modelo de atuação efetivado pelo movimento indígena, o trabalho da UNI, cumpriu sua função de construir ao lado de um grande número de entidades a efetivação dos direitos indígenas. O deslocamento destes para o centro das discussões importantes relacionadas aos direitos sociais em nosso país, possibilitou o indígena ser compreendido pela sociedade como sujeito, partícipe efetivo do desenvolvimento político, social, econômico e cultural da nação.

## BIBLIOGRAFIA

BONIM, Iara. “Refletindo sobre os movimentos sociais e movimento indígena no Brasil”, Trabalho final da disciplina “Estado, Sociedade e Educação”. Programa de Pós – Graduação da Faculdade de Educação, UNB: Brasília, 1997.

CIMI. Somos povos somos nações. Brasília-DF: CIMI/CNBB. 32 p. Série Subsídios didáticos sobre a questão indígena, B volume 2, 1987.

CNBB. Y Juca Pirama. O índio: aquele que deve morrer. Carta dos bispos do Brasil: Brasília, 1973.

\_\_\_\_\_ Os povos indígenas e a nova república. Estudos da CNBB Nº 43. Edições Paulinas: São Paulo, 1986.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988. Revisada e atualizada. Senado Federal: Brasília, 2003.

DEPARIS, Sidiclei Roque. Indigenismo alternativo: Notas preliminares sobre o surgimento da União das Nações Indígenas (UNI). UFMS. Campus de Dourados, 2003.(Monografia de conclusão de curso).

DUARTE. Laura Maria Scheneider. Isto não se aprende na Escola. A educação do povo na CEBs.Vozes: Petrópolis, 1983.

DURHAM, Eunice Ribeiro. O Lugar do Índio. In. Comissão Pró-Índio. O Índio e a Cidadania. Brasiliense: São Paulo, 1983.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. Direitos indígenas: o debate na constituinte de 1988.UFRJ: Rio de Janeiro, 2004 (Dissertação de mestrado em História Social).

FERNANDES, D. Luís. Como se faz Uma Comunidade Eclesial de Base. 3ª Ed. Vozes: Petrópolis,1984.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os militares e a democratização. Análise estrutural da ideologia do Pres. Castelo Branco. Ed. Graal: Rio de Janeiro, 1980.

GIROTTI, Renata Lourenço. Por uma Nova Textura Histórica: O Movimento de Professores Indigenistas Guarani/Kaiowa de Mato Grosso do Sul. UFMS: Campus de Dourados, 2001 (Dissertação de Mestrado em História).

GOMES, Mércio Pereira. Os Índios e o Brasil. 2ªed. Vozes: Petrópolis, 1991.

HABERT, Nadine. A Década de 70: Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira. Ática: São Paulo, 1992.

HECK, Egon Dionísio. Os Índios e a Caserna: Políticas Indigenistas dos governos Militares 1964-1985. Unicamp: Campinas, 1996. (Dissertação de Mestrado).

LARAIA, Roque de Barros. Novas tendências do indigenismo brasileiro. Anuário Antropológico: Rio de Janeiro, 1985.

LEI Nº 6.001 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio. DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In: SILVA, A.L. & GRUPIONI, L.D. B. (Org) A temática indígena na Escola: Novos subsídios para Professores de 1º e 2º Graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

MACHADO, Lia Zanotta. Comunitarismo indígena e modernidade: Contraste entre o pensamento brasileiro e andino. In: Serie Antropologia, Nº. 169. Brasília, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Papyrus: São Paulo, 1987.

MATOS, Maria Helena Ortolan. O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil. UNB: Brasília, 1997. (Dissertação de Mestrado em Antropologia).

NEVES, Lino João de Oliveira. Olhos mágicos do Sul: lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. IN: **SANTOS**, Boaventura de Souza. (org) Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Volume 03. Lisboa/Portugal, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio. In: SILVA, A.L. & GRUPIONI, L.D. B. (Org) A temática indígena na Escola: Novos subsídios para Professores de 1º e 2º Graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. A crise do indigenismo. Ed. Unicamp: Campinas: SP, 1988.

PREZIA, BENITO. Org. Caminhando na luta e na Esperança. Retrospectiva dos últimos 60 anos da pastoral indigenista e dos 30 anos do CIMI. Ed. Loyola. SP, 2003.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo de resultados. Série antropologia. Nº.100. Biblioteca Online da UNB: Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_ Uma Crítica a desrazão indigenista. Série Antropologia. N° 243. Biblioteca Online da UNB: Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Projetos Indigenistas no Brasil Independente. Série Antropologia. N°. 267. Biblioteca Online da UNB: Brasília, 1999.

SADER, Emir. Quando Novos personagens entram em cena. Experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Vozes: Petrópolis, 1988.

SUESS, Paulo. A causa Indígena na Caminhada e a Proposta do CIMI: 1972-1989. Vozes: Petrópolis, 1989.

\_\_\_\_\_. Em Defesa Dos Povos Indígenas. Documentos e Legislação. Edições Loyola: São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. CIMI 30 anos. Contexto, origem e inspiração. Palestra proferida na comemoração dos 30 anos da criação do CIMI. Secretariado Nacional do CIMI. BRASILIA: DF, 2001.

TELLES JUNIOR, Goffredo da Silva. Carta aos Brasileiros. 1977. [www.USP.br/arquivos](http://www.USP.br/arquivos).

TEMPO E PRESENÇA. Revisão constitucional. Povos Indígenas. Publicação do CEDI. Ano 15. N° 270: SP, 1993.

VIEIRA, Evaldo. A Republica Brasileira 1964-1984. 10 ed. Moderna: São Paulo, 1985.

VIEIRA, Regina da Luz. O Jornal Porantim e o indígena. Ed. Annablume: SP, 2000.

## FONTES DOCUMENTAIS

Ata da segunda reunião da Comissão organizadora da UNI, 07 de junho de 1980. Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD / Dourados-MS.

Ata da Reunião da Diretoria da UNI. Aquidauana – MS, 03 de maio de 1981, 1p. datilografada. Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD/ Dourados – MS.

Carta da Comissão Pró-Índio de São Paulo para Domingos Veríssimo Marcos – Presidente da UNI. SP, 08 de Dezembro de 1982. 2p. Datilografada. Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD/ Dourados – MS.

Circular nº 1 e anexos: síntese das atividades e estatutos. Campo Grande – MS, 22 de agosto de 1980, 06p. Datilografadas. Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD/ Dourados - MS

Circular S/N. Circular e reflexão sobre o movimento indígena. 1985. 8p. Centro Documental do Instituto Sócio Ambiental (ISA): São Paulo: SP.

Documento “Semana do Índio” – I Seminário Sul Mato–Grossense de Estudos Indigenistas. Campo Grande – MS, 19 de abril de 1980,4p. Manuscrito. Arquivo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados UFGD – Dourados - MS.

Documento apresentado pela UNI – União das Nações Indígenas – Na quarta sessão do grupo de trabalho sobre populações indígenas da ONU em Genebra. 1985. 3p. Centro Documental do Instituto Sócio Ambiental (ISA): São Paulo: SP.

MARCOS. Domingos Veríssimo. Relatório da UNI- Conselho Tribal das comunidades indígenas do Centro Oeste. Discussões e propostas sobre a Nova Constituição. Campo Grande -MS, 19 de agosto de 1986, 20p. Datilografado. Arquivo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados UFGD/ Dourados – MS

Relatório do Iº Seminário de Estudos Indigenistas. Campo Grande – MS, 1980. Arquivo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados / UFGD: Dourados - MS.

Relatório da UNI sobre a situação atual das comunidades indígenas – violência, insegurança e ameaça. [s.l.], [s.d.], 2p. Datilografado. Arquivo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados /UFGD: Dourados – MS.

Relatório da I Assembléia da UNI. Aquidauana – MS – 02-06 de maio de 1981. Arquivo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados / UFGD: Dourados - MS

Relatório da UNI – síntese das atividades de abril/1980 a junho/1982. Aquidauana – MS , 05 de junho de 1982. Arquivo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados / UFGD: Dourados – MS.

Relatório de Atividades da Presidência da UNI. Janeiro de 1982. 3p. Centro Documental do Instituto Sócio Ambiental (ISA): São Paulo: SP.

Relatório da UNI sobre sua fundação. Campo Grande – MS, 10 de junho de 1987. Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD/ Dourados –MS.

SAMPAIO. Álvaro Fernandes. Relatório provisório a respeito da assembléia da UNI realizada em Aquidauana, MS. Manuscrito. Maio de 1981. Centro Documental do Instituto Sócio Ambiental (ISA): São Paulo: SP.

\_\_\_\_\_ Carta endereçada a Marçal de Souza. Rio de Janeiro – RJ, 08 de janeiro de 1983. 03p. Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD / Dourados-MS.

PORANTIM, O. Agosto de 1980. [s.n.]. Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD/ Dourados/ MS.

\_\_\_\_\_ Outubro de 1980. [s.n.]. . Arquivo do Centro de Documentação Regional da UFGD / Dourados - MS

\_\_\_\_\_ Novembro de 1985. Nº 81. Arquivo do Centro de Documentação Regional da /UFGD / Dourados – MS.

UNI. Síntese das Atividades. Abril a agosto de 1980. Centro Documental do Instituto Sócio Ambiental (ISA): São Paulo: SP.

UNI – Regional Sul. Relatório do II Encontro de Lideranças Indígenas. Brasília 02-05 de abril de 1984. Centro Documental do Instituto Sócio Ambiental (ISA): São Paulo: SP.

UNI. Conselho tribal das comunidades indígenas do Centro Oeste. 1986. Arquivo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados: UFGD / Dourados – MS.

UNI. Direitos indígenas na Constituição Brasileira. Programa Mínimo: Agora, a luta decisiva dos índios na Constituinte. 1986. 2p. Centro Documental do Instituto Sócio Ambiental (ISA): São Paulo: SP.

Ficha elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal da Grande Dourados

981.417 Deparis, Sidiclei Roque.

D421u União das Nações Indígenas / Sidiclei Roque Deparis. Dourados,  
MS : UFGD, 2007.

126p.

Orientador : Prof. Dr. Osvaldo Zorzato.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da  
Grande Dourados.

1. União das Nações Indígenas (UNI). 2. Movimento Indígena, MS  
I.Título.

Autorizo a reprodução deste trabalho.  
DOURADOS, 01 de OUTUBRO de 2007.

**SIDICLEI ROQUE DEPARIS**